



MARCO ZERO

Sistema Indicadores da **Cidadania**



Indicadores da Cidadania

www.incid.org.br
incid@ibase.br

Dezembro 2012

**INSTITUTO BRASILEIRO DE
ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS**

Av. Rio Branco, 124 / 8º andar
20040-916 · Rio de Janeiro · RJ
Tel: (21) 2178-9400
Fax: (21) 2178-9402
Site: www.ibase.br

EQUIPE DO PROJETO INCID

COORDENAÇÃO

Geral: Cândido Grzybowski
Técnica: Nahyda Franca
Administrativa: Luzmere Demoner
Comunicação: Martha Neiva Moreira

PESQUISADORAS

Carolina de Freitas Pereira
Natália Moraes Gaspar
Renata Feno Neves
Rita Correa Brandão

AUXILIAR DE PESQUISA

Ana Beatriz Noronha Rosa

ESTAGIÁRIOS

Daiana da Silva
Suellem Henriques da Silva

ASSISTENTE

Rozi Judith Billo

CONSULTORES

Eugênia Motta
Luiz Marcelo Ferreira Carvano
Leonardo de Carvalho Silva

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Mórlua Oficina de Ideias

PUBLICADO SOB LICENÇA CREATIVE COMMONS.
ALGUNS DIREITOS RESERVADOS:

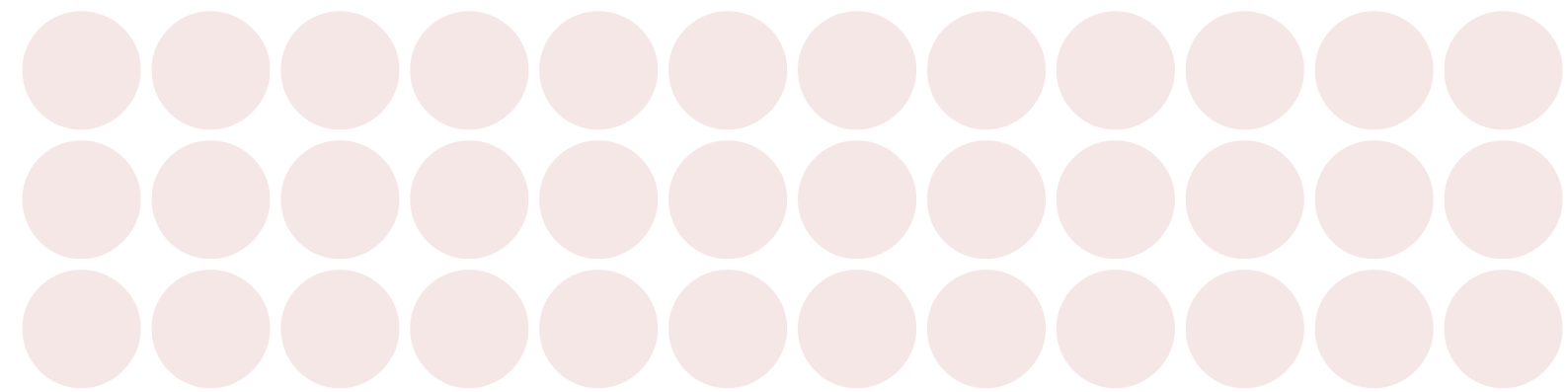


índice

Introdução	3
O Sistema Incid	7
A Cidadania Ativa na área do Incid	25
Legitimação, apropriação e comunicação do Incid	79
O que está por vir	89
Anexos	93

The background features a grid of small, light gray circles. A large, solid white circle is centered on the page, overlapping the grid. The word "Introdução" is written in white, bold, sans-serif font across the center of the white circle.

Introdução



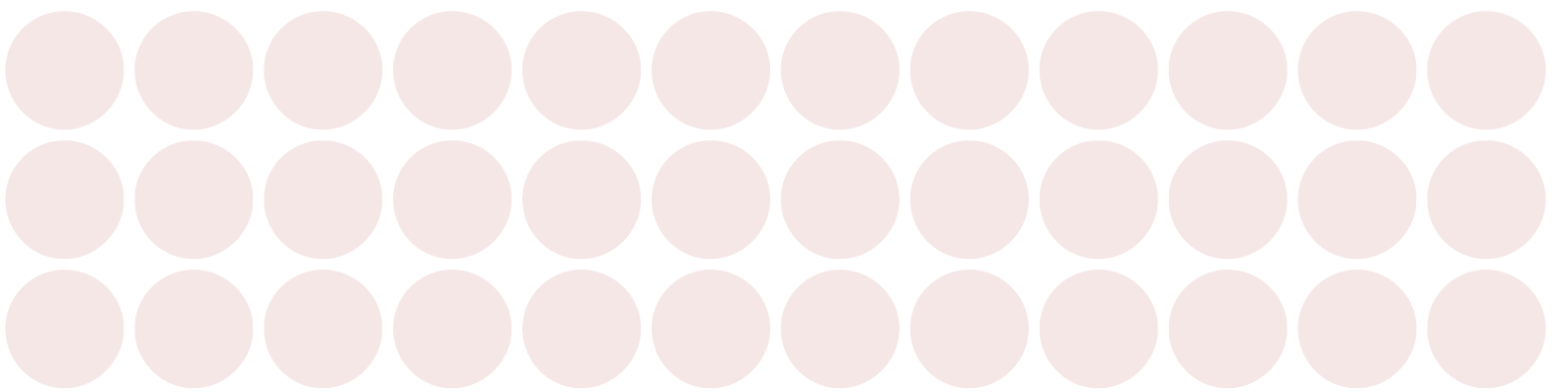
Este relatório apresenta o Sistema Incid de Indicadores de Cidadania (Incid) na sua primeira versão, chamada de Marco Zero. Ele tem a dupla função de relatar o trabalho realizado ao longo do primeiro ano do projeto e mostrar o principal produto deste processo que é o Sistema de Indicadores. Além disso, o documento contém a análise, a partir deste sistema, sobre a Cidadania Ativa na área de atuação do projeto.

O Marco Zero concretiza o esforço de construir um instrumento de Cidadania Ativa. O maior desafio ao longo destes meses foi construir um sistema robusto, com uma lógica consistente e com rigor técnico, mas que fosse simples e facilmente entendido. Isso só foi possível com o constante diálogo entre os saberes especializados e as demandas e questões levantadas pela própria população à qual os indicadores se referem. Além de representar, como seu principal produto, a conclusão de uma fase do projeto, o Marco Zero também representa o começo de uma nova fase, não

menos desafiadora, de colocar esta ferramenta nas mãos da Cidadania da região.

Este relatório também apresenta, pela primeira vez, uma leitura integrada da Cidadania Ativa da área do Incid. Esta análise tem como base outros marcos do projeto, notadamente os relatórios dos quatro painéis que precederam o presente documento. Mas o que há neste relatório é muito mais do que a soma do que foi produzido. Novas articulações, conclusões e leituras são possíveis quando o olhar integrado de fato se apresenta com toda sua força.

O relatório está dividido em quatro partes. Na primeira, é apresentada a estrutura do Sistema Incid, são estabelecidas as relações entre os conceitos e os princípios de construção do Sistema e a proposta de organização dos indicadores. A partir das dimensões da Cidadania Ativa e dos conjuntos de direitos considerados, foi elaborada uma arquitetura de dados que permite diversas leituras. Concluindo a apresentação do sistema há uma avaliação do seu alcance e de sua potencialidade. Em



seguida, são apresentados os aprendizados sobre a busca por dados que viriam a compor o sistema ao longo do primeiro ano do projeto. As dificuldades e os obstáculos encontrados, além de oferecerem um importante registro do processo, são reveladores de uma série de questões que estão no coração do esforço de construção dos Indicadores de Cidadania. Por exemplo, a forma como os dados oficiais são organizados e apresentados, os entraves para o acesso a estatísticas e a ausência de informações sobre assuntos de extrema relevância. Além disso, são destacados temas e assuntos que são considerados ainda não explorados de maneira satisfatória e que constituem um desafio especial para o segundo ano do projeto.

Na segunda parte do relatório, os indicadores propriamente ditos sobre os 14 municípios da área do Incid são apresentados. Eles são analisados com base nos conjuntos de direitos, apresentando uma nova abordagem, além da análise pelas dimensões, já realizadas nos relatório dos Painéis I, II, III e IV. Aqui está o

coração do que chamamos de Marco Zero: um primeiro olhar sobre a situação da Cidadania Ativa na região que servirá como base para o trabalho com as organizações locais. Está presente também uma avaliação provocativa sobre indícios de violações de direitos expressados pelos números analisados.

É na terceira parte deste documento que há uma reflexão sobre o diálogo estabelecido com os atores locais da área de atuação do Incid. São analisadas as diversas iniciativas neste sentido e destacadas as relações entre elas e a construção do Sistema tal como é apresentado agora.

A quarta e última parte do relatório é uma ponte entre o Marco Zero, o primeiro ano de trabalho do projeto e sua continuidade, com a incorporação dos aprendizados até aqui, algumas inovações e a retomada do proposto no projeto como um todo. O futuro do Incid é tratado tanto do ponto de vista da aplicação prática do Sistema, como das estratégias de articulação com as organizações locais.

**0 Sistema
Incid**

01

CONCEITOS

O conceito básico do Incid é o de Cidadania Ativa. Com ele pretendemos articular variadas dimensões da cidadania e expressar seus diversos aspectos e sentidos. O principal objetivo é superar a ideia de que a cidadania é algo como a soma de direitos individuais e segmentados. Para expressar a complexidade que pretendemos colocar em debate, no Sistema de Indicadores da Cidadania construímos uma arquitetura baseada nas quatro dimensões da Cidadania Ativa.

A primeira dimensão é a Cidadania Viva, que consideramos como composta pelas condições atuais das pessoas em relação a seus direitos. Esta dimensão representa uma fotografia das condições de vida e é bastante abordada em indicadores de outras iniciativas, notadamente governamentais.

A segunda dimensão que consideramos é a Cidadania Garantida, que diz respeito ao esforço do poder público na garantia dos direitos, na forma de políticas, programas e ações. Aqui destaca-se a responsabilidade do Estado e o grau de realização desta responsabilidade frente à população.

A terceira dimensão é uma inovação no que diz respeito à abordagem da cidadania. A Cidadania Percebida trata da forma como as pessoas percebem, pensam e se sentem a respeito dos seus direitos e deveres e representa uma apro-

ximação com aspectos que muitas vezes são ignorados. A percepção das pessoas tem relação com as condições em que vivem, mas também com suas expectativas, esperanças e por isso se articula fortemente com a quarta dimensão da cidadania, que é a Cidadania em Ação. Esta última é uma parte fundamental da cidadania porque representa a forma como as pessoas participam, se mobilizam e se organizam.

Várias das questões que animam o uso do conceito de Cidadania Ativa (e suas quatro dimensões) são fruto de séculos de reflexão e de avanço democrático. Elas estão inscritas nas lutas populares e na reflexão de organizações e intelectuais comprometidos. O que o Incid traz é a ideia de uma articulação nova entre estas ideias, que possa fortalecer lutas presentes através da integração sistêmica de aspectos que muitas vezes são considerados de forma separada.

Além do conceito de Cidadania Ativa, o Sistema Incid também utiliza como uma forma possível de leitura dos indicadores três conjuntos de direitos, considerados segundo sua natureza em relação aos sujeitos. São conjuntos já consagrados na literatura e que chamam a atenção para especificidades, mas não negam a fundamental definição da Conferência da ONU (Viena – 1993) no sentido da integralidade dos direitos. O primeiro conjunto se refere aos Direitos Coletivos, que são aqueles indivisíveis e que só podem ser apropriados

coletivamente. Estes direitos estão relacionados a espaços e dimensões compartilhadas da vida, notadamente os Direitos Ambientais e o Direito à Cidade, além do Direito à Informação e à Cultura. Os Direitos Ambientais são aqueles ligados ao usufruto livre e seguro da natureza para uma vida saudável das gerações presentes e futuras. O Direito à Cidade trata das condições compartilhadas de vida no ambiente propriamente urbano, possibilitando a convivência pacífica e uma vida coletiva saudável. Enquanto o Direito à Informação e à Cultura está ligado à possibilidade das pessoas terem acesso a dados e conhecimentos.

Outro conjunto de direitos que consideramos são os Sociais e Econômicos, onde a questão fundamental é a equidade. Estes se referem às condições básicas de manutenção e reprodução da vida. Entre eles estão o Direito à Saúde, o Direito à Educação, o Direito ao Trabalho, e também à renda, à habitação, ao esporte, ao lazer etc.

O terceiro conjunto de Direitos são os Cívicos e Políticos, definidos pela igualdade, e que estão relacionados à possibilidade de participação plena na vida em sociedade, com liberdade, possibilidade de expressão. Entre eles consideramos o Direito à Igualdade e Diversidade e o Direito à Participação Social e Eleitoral, além do Direito à Liberdade de Expressão e do Direito de Acesso à Justiça.

“Várias das questões que animam o uso do conceito de **Cidadania Ativa (e suas quatro dimensões) são fruto de séculos de reflexão e de avanço democrático. Elas estão inscritas nas **lutas populares e na reflexão de organizações e intelectuais comprometidos**”**

Nem todos os direitos mencionados chegaram a constituir indicadores neste Marco Zero do Incid, mas foram aqui mencionados para nortear a compreensão dos três conjuntos de direitos abordados.

PRINCÍPIOS

O objetivo do projeto é a construção de indicadores que fortaleçam as lutas locais e sejam ferramentas de ação. Este princípio básico é o que norteia a construção do Sistema como um todo e de cada indicador. Dele decorrem os outros princípios de construção do Sistema:

1 – CONFIABILIDADE TÉCNICA

Os indicadores foram produzidos segundo metodologias diferentes, e todas seguem padrões consagrados de qualidade técnica e rigor. Esse é um aspecto fundamental porque garante a confiança pública nos números, que é um aspecto importante para sua força como argumento político, além de ser um dos aspectos relacionados à possibilidade de replicação e comparação.

2 – INTELIGIBILIDADE

A sofisticação da proposta conceitual do Incid se traduziu em indicadores e num sistema de organização dos dados que pode ser entendido por pessoas que não têm formação técnica na leitura de estatísticas e tabelas. Para este projeto a possibilidade de que o Sistema seja facilmente entendido por qualquer pessoa é indispensável.

3 – REPLICABILIDADE E COMPARABILIDADE

O Sistema Incid pode ser aplicado potencialmente em qualquer área do território brasileiro, cuja menor unidade de análise sejam municípios. A metodologia permite a replicação dos indicadores e do sistema de forma que se podem comparar realidades diversas.

4 – MULTIPLICIDADES DE LEITURAS

A organização do Sistema permite leituras a partir de perspectivas diferentes, seja

considerando as dimensões da Cidadania, os Conjuntos de Direitos ou os Direitos propriamente ditos. Os dados podem ser integrados sistemicamente a partir de diferentes olhares e, conseqüentemente, diferentes usos.

5 – CLAREZA METODOLÓGICA

Todo o trabalho de produção e organização dos indicadores foi documentado e tornado público. Esse é um aspecto fundamental de um Sistema que se pretende ser apropriado pelos mais diversos públicos, seja de especialistas ou leigos.

6 – SIMPLICIDADE E FLEXIBILIDADE

A arquitetura do Sistema Incid é simples o suficiente para que possa ser aperfeiçoada e tenha aspectos somados ao longo do tempo. Novos indicadores, novas formas de agrupá-los e novos conjuntos de direitos poderão ser acrescentados ao longo do tempo.

METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

Para a composição do Sistema de Indicadores de Cidadania foram adotadas estratégias metodológicas diferenciadas para cada painel que, em conjunto, formam a sua base de referência.

PAINEL I (CIDADANIA VIVIDA)

O painel I se refere à situação da Cidadania Viva na área em estudo. Os indicadores deste painel foram definidos e apurados com base em dados secundários já existentes, principalmente os resultantes do Censo Demográfico de 2010 do IBGE, levando-se em conta as possibilidades reais de obtenção de dados estatísticos confiáveis e as demandas concretas dos atores sociais que se encontram na área do Incid.

PAINEL II (CIDADANIA GARANTIDA)

O painel II é um mapeamento das políticas públicas dos vários níveis de governo ativas na área, no intuito de examinar a efetividade destas. Para a apuração dos indicadores deste painel foram utilizados dados primários e secundários. O processo de pesquisa consistiu em um momento de reconhecimento do cenário público e instrumentalização para as pesquisas de fonte primária e secundária. Foram, então, realizadas as seguintes ações: levantamento da estrutura político-administrativa dos três níveis de governo; levantamento de políticas públicas do governo federal; coleta de informações municipais (dados secundários); contatos com órgãos públicos; estudo e consulta a especialista.

PAINEL III (CIDADANIA PERCEBIDA)

O painel III trata das percepções e vivências da população da área de atuação do projeto sobre questões relacionadas à cidadania, participação, acesso a direitos, diversidade e desigualdade. Para atender a este objetivo, foi realizada pesquisa quantitativa junto à população dos 14 municípios que constituem a Área de Atuação do Incid. Tal pesquisa deu-se via aplicação de questionário aplicado aos passantes (pesquisa “de fluxo”) em um processo de amostragem não-probabilístico, através da seleção de cotas populacionais, estabelecidas por recortes de sexo e idade, além de distribuição das entrevistas ao longo da área geográfica (espalhamento geográfico).

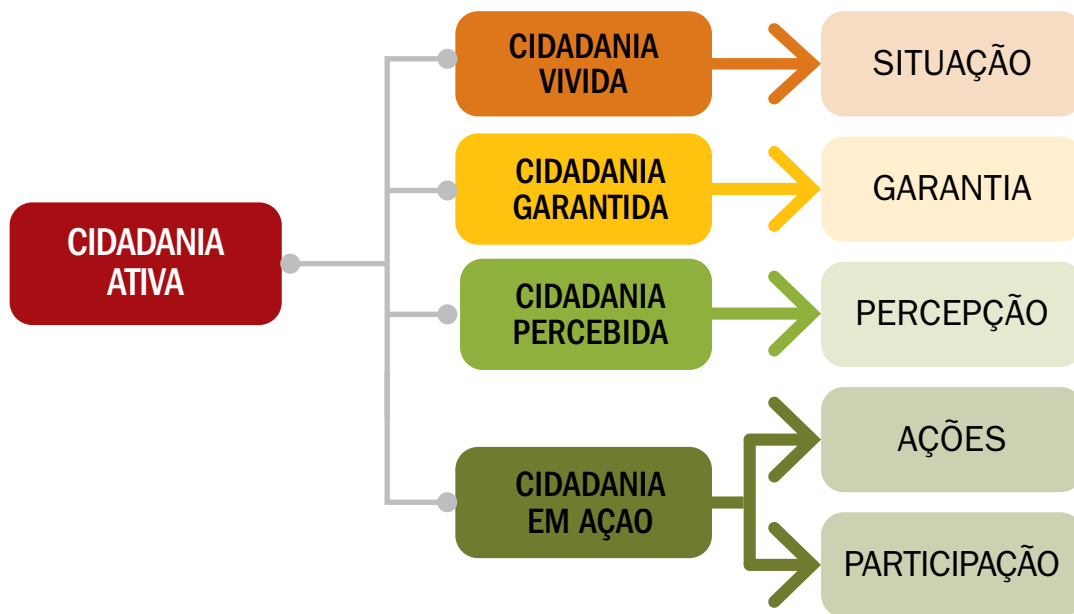
PAINEL IV (CIDADANIA EM AÇÃO)

O painel IV é um retrato da organização da cidadania nos territórios. Para a construção dos indicadores foi realizado levantamento de dados primários e secundários sobre as ações e organizações da cidadania nos 14 municípios que integram o Incid, tendo como atividades: levantamento de dados relacionados à organização da participação da sociedade civil em conselhos de direitos e comitês; coleta de informações sobre comparecimento eleitoral; além da organização de um banco de dados com o intuito de “mapear” e armazenar as informações sobre a sociedade civil organizada e suas ações políticas.

“Cada indicador foi nomeado segundo seu pertencimento a cada uma das **dimensões da Cidadania**, de modo que os usuários poderão facilmente identificar o caráter do indicador e a metodologia que foi usada”

ESTRUTURA DO SISTEMA

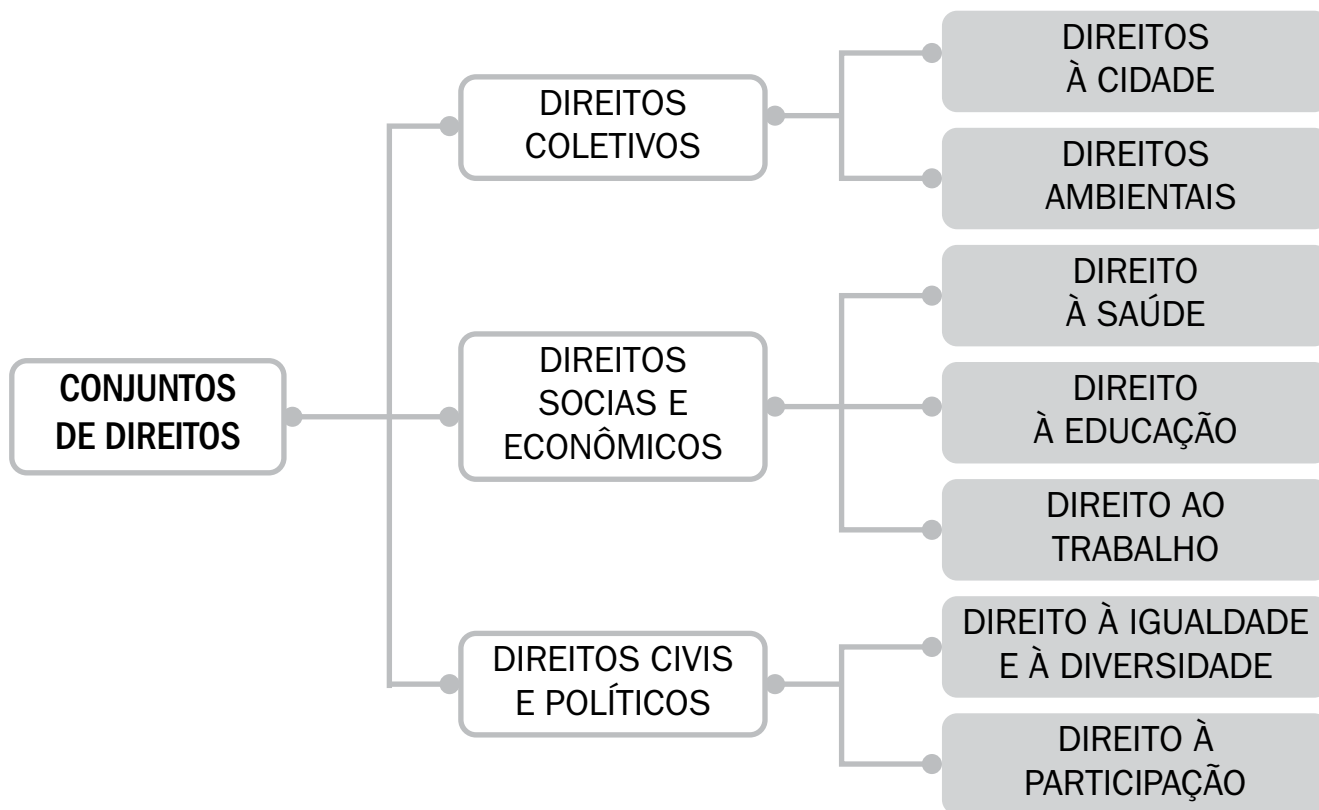
O Sistema Incid tem uma arquitetura simples, baseada em duas possibilidades básicas de agrupamento dos indicadores. A primeira possibilidade de leitura é a partir das quatro dimensões da cidadania (Vivida, Garantida, Percebida e Em Ação). Cada indicador foi nomeado segundo seu pertencimento a cada uma das dimensões da Cidadania, de modo que os usuários poderão facilmente identificar o caráter do indicador e a metodologia que foi usada.



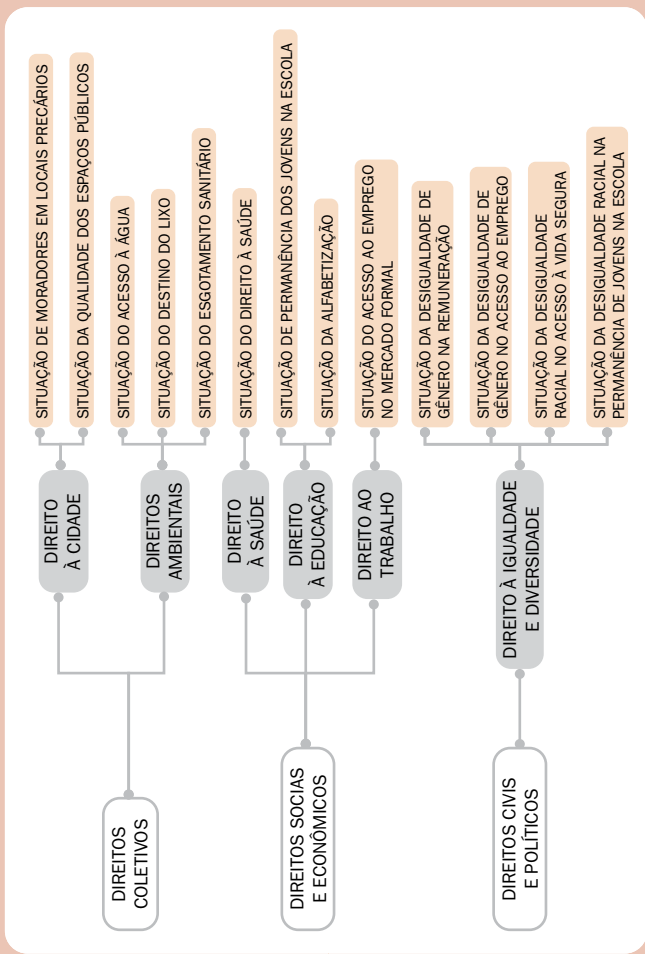
Outra forma possível de agrupamento dos indicadores é através dos direitos. Nesta leitura é possível identificar a quais direitos pertence cada indicador, que por sua vez são agrupados segundo os três conjuntos de direitos. Temos assim uma segunda estrutura lógica no sistema, organizada da seguinte maneira:

A partir de cada uma das leituras é possível abordar os indicadores conjuntamente segundo duas lógicas distintas de organização que, por sua vez, expressam duas formas distintas de compreensão. Cada um dos indicadores está classificado segundo a Dimensão da Cidadania a que pertence, segundo o direito a que se refere e de acordo com o conjunto de direitos ao qual o primeiro está associado.

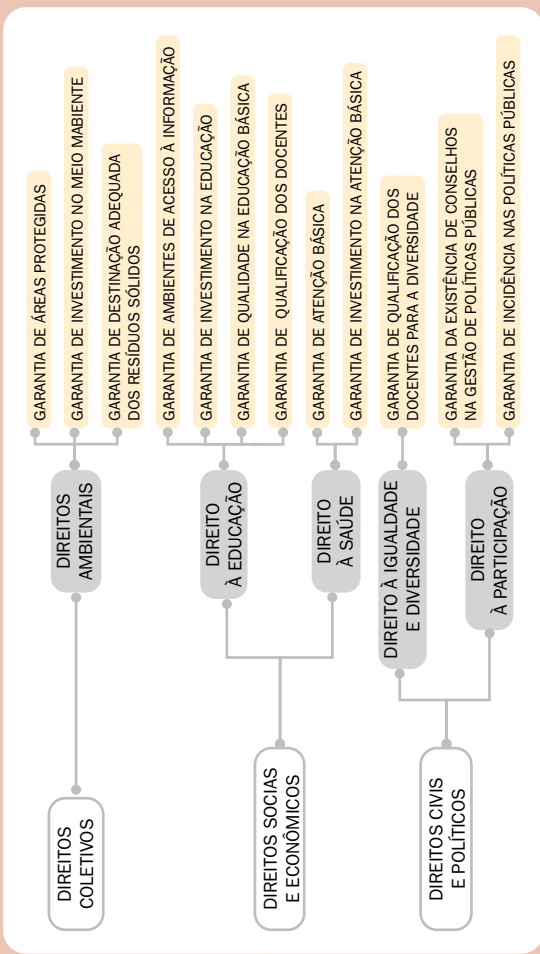
Pode-se então representar graficamente o sistema de duas formas diferentes, considerando o conjunto dos indicadores.



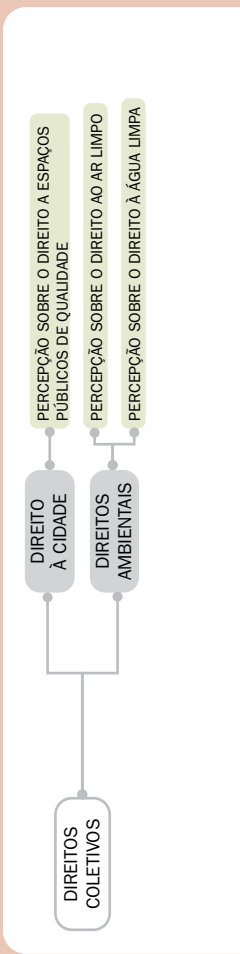
CIDADANIA VIVIDA



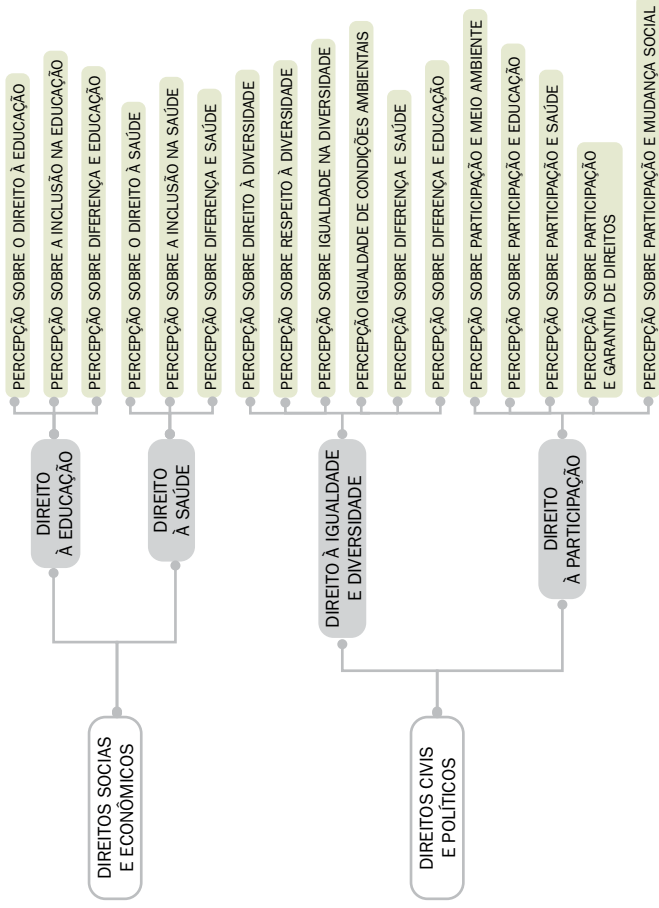
CIDADANIA GARANTIDA



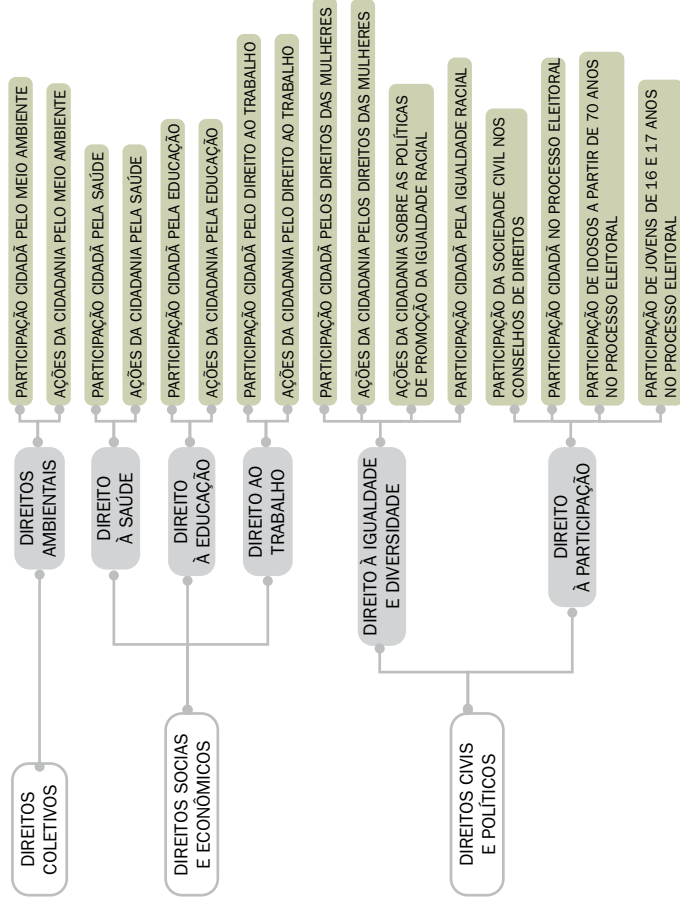
CIDADANIA ATIVA

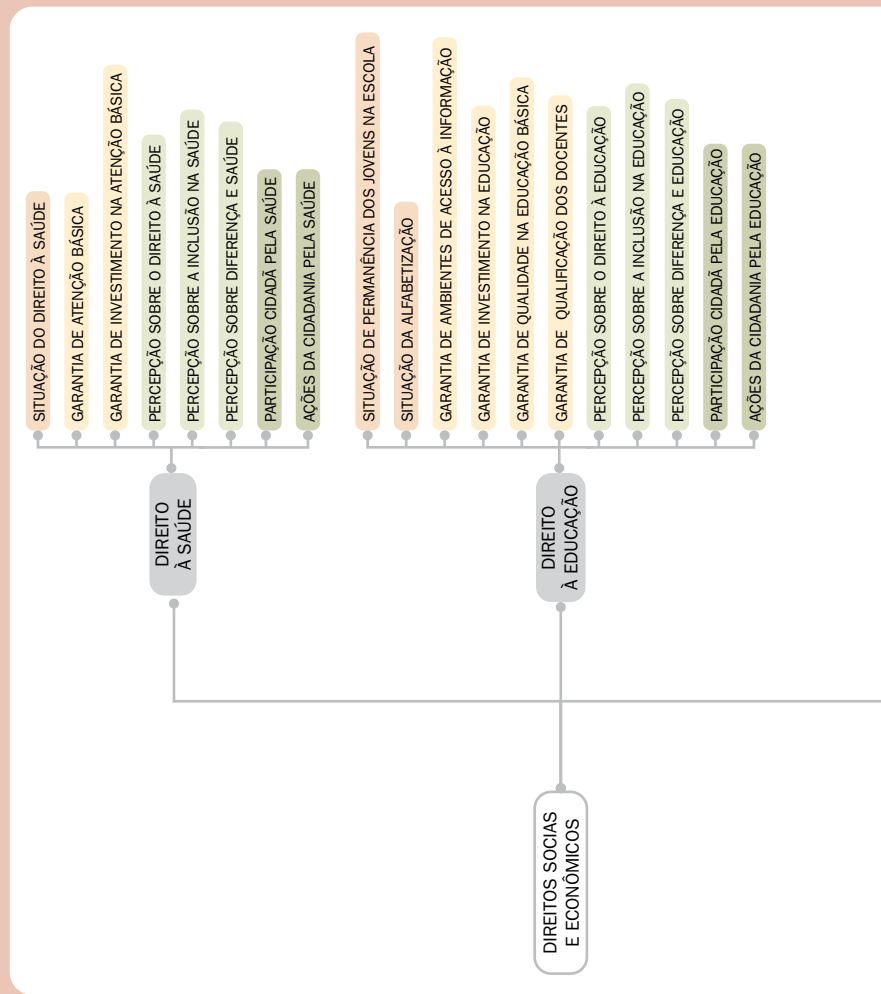
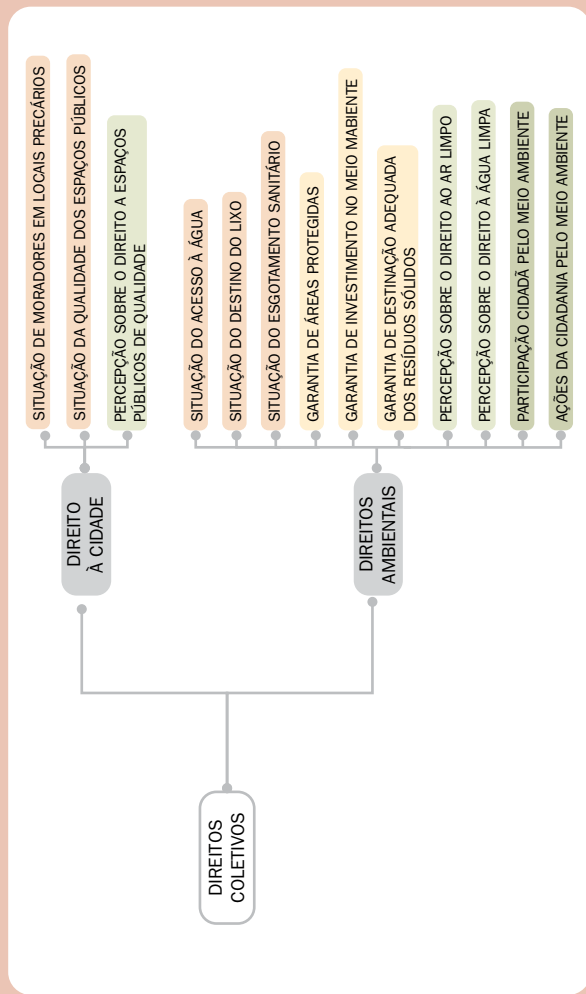


CIDADANIA PERCEBIDA



CIDADANIA EM AÇÃO





CONJUNTOS DE DIREITOS

SITUAÇÃO DO ACESSO AO EMPREGO NO MERCADO FORMAL

PARTICIPÇÃO CIDADÃ PELO DIREITO AO TRABALHO

ACOES DA CIDADANIA PELO DIREITO AO TRABALHO

DIREITO AO TRABALHO

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REMUNERAÇÃO

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AO EMPREGO

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO A VIDA SEGURA

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NA PERMANÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA

GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES PARA A DIVERSIDADE

PERCEÇÃO SOBRE DIREITO À DIVERSIDADE

PERCEÇÃO SOBRE RESPEITO À DIVERSIDADE

PERCEÇÃO SOBRE IGUALDADE NA DIVERSIDADE

PERCEÇÃO IGUALDADE DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS

PERCEÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE

PERCEÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO

PARTICIPÇÃO CIDADÃ PELOS DIREITOS DAS MULHERES

ACOES DA CIDADANIA SOBRE AS POLITICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

PARTICIPÇÃO CIDADÃ PELA IGUALDADE RACIAL

DIREITO À IGUALDADE E DIVERSIDADE

DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

GARANTIA DA EXISTÊNCIA DE CONSELHOS NA GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS

GARANTIA DE INCIDÊNCIA NAS POLITICAS PÚBLICAS

PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MEIO AMBIENTE

PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E SAÚDE

PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

PARTICIPÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS DE DIREITOS

PARTICIPÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO ELEITORAL

PARTICIPÇÃO DE IDOSOS A PARTIR DE 70 ANOS NO PROCESSO ELEITORAL

PARTICIPÇÃO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS NO PROCESSO ELEITORAL

DIREITO À PARTICIPAÇÃO

A FORÇA DO SISTEMA INCID

O Sistema que apresentamos agora é o resultado de um intenso trabalho em diversas frentes, desde a pesquisa ampla em bases de dados secundárias oficiais e alternativas à produção primária de dados em diversas modalidades e, além de tudo, de um esforço para construir a relevância da proposta junto a diversos atores. Chegamos a uma proposta que tem a força de um trabalho técnico apurado e de um diálogo permanente com especialistas e com organizações dos 14 municípios da região de atuação do projeto.

Um ponto que vale ressaltar é o reconhecimento de que este sistema foi construído com base no acúmulo das lutas sociais. De maneira alguma partimos de um terreno vazio e procuramos aprender o máximo possível com os processos passados. O segundo ponto é indissociável deste primeiro: o Incid apresenta uma visão inovadora da Cidadania. Esta visão inovadora está no conceito de Cidadania Ativa e na aplicação prática do conceito na estruturação do Sistema. A articulação entre as dimensões da Cidadania Ativa e a possibilidade de expressá-la através de indicadores é um novo instrumento para a sociedade civil.

O grande desafio que se enfrenta quando se ousa criar novos instrumentos de intervenção baseados em números é a necessidade de expressar ideias complexas de maneira simples. Esta ousadia só é possível em organizações que pretendem estabelecer uma ponte entre o saber especializado e seu uso prático e comprometido. O compromisso do Sistema é antes de tudo com a construção da cidadania que só se faz pelas mãos da sociedade. Isso significa que o aspecto propriamente técnico é subsidiário da necessidade de que o Sistema seja um instrumento potente de intervenção política.

Além de pretendermos que o Sistema Incid tenha um importante papel na vida política dos 14 municípios a que o projeto está referido, esta proposta é potencialmente aplicável a qualquer território. A replicabilidade deste sistema – e isso inclui as diversas metodologias usadas – está à disposição de qualquer pessoa ou organização. Estando a experiência e as lições documentadas, o Sistema Incid gera conhecimento aberto, apropriável, livre, aplicável a muitas realidades.

Por fim, cabe ressaltar que o Sistema Incid é uma proposta. Assim como concebemos os direitos e a cidadania como algo sempre em construção e em processo, também concebemos o sistema. Ele poderá e será mudado, melhorado, adaptado. É isso que se espera.

LIMITES DOS DADOS E ASPECTOS A APROFUNDAR

A coleta e o tratamento de informações para compor as análises das dimensões da cidadania que integram este Marco Zero do Sistema Incid esbarraram em dificuldades de diferentes níveis, que envolvem questões como transparência, acessibilidade, organização e perspectivas que norteiam a construção e a disponibilização de dados. À exceção da dimensão da Cidadania Percebida, analisada a partir de dados primários construídos pelo próprio Ibase através de uma pesquisa de percepção, as análises das demais dimensões da cidadania tiveram de levar em conta algumas limitações.

Os bancos de dados secundários foram fundamentais para construir a análise tanto da Cidadania Viva quanto da Cidadania Garantida. Para se chegar aos indicadores apresentados, foram consultadas diversas fontes governamentais de informações, de órgãos públicos federais - como IBGE, IPEA, IBAMA, INCRA, CADIM (Banco Central do Brasil) -, estaduais - INEA, ISP, Fundação Ceperj, Cbmerj, Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro -, bancos de dados de órgãos oficiais - como o Ministério da Saúde (Datusus), Mi-

nistério da Educação (Inep - MEC), Secretaria do Tesouro Nacional, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Fundação Cultural Palmares, Funai, Detran -, de organizações sociais (Comissão Pastoral da Terra) e de instituições de ensino - Inforoyalties (UCAM), Observatório das Metrôpoles (Ippur/Ufrj), entre outros.

Apesar da aparente abundância de dados, dificuldades foram surgindo. Primeiramente, a necessidade de tratar de 14 municípios, que não se encontram classificados nas mesmas regiões segundo critérios de diferentes fontes oficiais (IBGE, Fundação Ceperj)¹, e a necessidade de estabelecer comparações em nível municipal impediu que fossem utilizados dados referentes somente à Região Metropolitana (Observatório das Metrôpoles [Ippur/Ufrj], Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - a Pnad, do IBGE). Além disso, grande parte dos dados divulgados por diversas instituições, quando requeridos em suas minúcias, não se apresentam no nível municipal (caso de informações da ANP sobre royalties e de informações mais detalhadas do Censo Agropecuário do IBGE). Os dados do Detran, por exemplo, se referem ao município onde o veículo foi emplacado,

1. Ver relatório *Introdução ao Incid*, disponível em <http://issuu.com/ibase/docs/ibaseincid1>

que não necessariamente é o mesmo de residência do proprietário. Quando se trata do transporte coletivo intermunicipal, a informação se torna ineficaz, pois não revela a quais municípios estes veículos atendem. Outro exemplo são os dados do Inep (MEC), que informam sobre as escolas do município e os alunos nelas matriculados, mas não informam o município de residência destes estudantes. Quando se trata de segurança pública, área em que órgãos como as polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros² são de responsabilidade estadual, fica comprometido o desmembramento a nível municipal, pois as informações não foram construídas com esse recorte, mas sim, por exemplo, por batalhão - caso da Polícia Militar -, que pode atender a regiões de mais de um município.

O processo de envolvimento da população e de construção participativa dos indicadores permitiu também conhecer questionamentos aos dados apresentados pelas fontes oficiais. Em Cachoeiras de Macacu e em Maricá, por exemplo, foram contestados os dados do Censo Demográfico sobre abastecimento de água e esgotamento sanitário, e até mesmo o número de domicílios computados em 2010. Em Casimiro

de Abreu, quando apresentamos um mapa dos aparatos de segurança pública construído a partir de informações das polícias Civil e Militar e do Corpo de Bombeiros, foi questionada a ausência de uma unidade dos Bombeiros instalada no município há cerca de 5 anos.

Outro desafio revelado pelo mergulho nos dados disponíveis se refere à forma como são apresentados, impossibilitando cruzamentos mais detalhados - entre número e área de estabelecimentos agropecuários, no Censo Agropecuário do IBGE, ou entre a área dos estabelecimentos agropecuários e a área dos municípios, levantadas por diferentes pesquisas do mesmo IBGE, por exemplo. Este obstáculo, em particular, impossibilitou que chegássemos a um indicador de acesso à terra satisfatório para inclusão no Marco Zero.

Algumas vezes, foi necessário ainda avaliar a consistência de informações fornecidas por órgãos oficiais e as metodologias através das quais foram elaboradas. É o caso do Banco de Dados do ICMS Verde, apresentado pela Secretaria Estadual de Ambiente (SEA), que estabelece um critério próprio de valoração de iniciativas dos governos municipais para buscar a sustentabilidade ambiental. A

2. <http://www.policiacivil.rj.gov.br/delegacia.asp>; <http://www.bm3.cbmerj.rj.gov.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=70>; http://www.policiamilitar.rj.gov.br/unidades_pmerj_sub_categorias.php?id=7cid1.

“O processo de envolvimento da população e de construção participativa dos indicadores permitiu também conhecer questionamentos aos dados apresentados pelas fontes oficiais”

tentativa de construir um indicador de investimento em saneamento, a partir de informações sobre as estações de tratamento de esgoto na área do Incid, revelou a necessidade de adotar a pontuação destas estações segundo classificação própria da SEA. O mesmo ocorreu com o ranking dos municípios segundo sua adequação aos critérios do ICMS Verde – sua adoção implicaria a concordância técnica do Incid com relação aos critérios do governo estadual. Assim, foi necessário abandonar este caminho, optando por utilizar desta fonte somente os dados brutos sobre as áreas de Unidades de Conservação nos municípios.

Há dificuldades também em relacionar informações fornecidas pelas diferentes fontes mencionadas, principalmente devido a diferenças na periodicidade da divulgação dos dados. O Censo é realizado de 10 em 10 anos. Enquanto o Datasus divulga alguns de seus dados até com periodicidade mensal, o Inep realiza o Censo Escolar bianualmente. Outras informações, de divulgação anual, apresentam grande defasagem na consolidação e

publicação – como é o caso das informações sobre orçamento municipal, da Secretaria do Tesouro Nacional, que datam de 2009.

Outras informações simplesmente pararam de ser produzidas ou divulgadas, como é o caso do índice de Gini fundiário, disponibilizado pelo Incra pela última vez em 1999, ou dos dados de uso e ocupação do solo fluminense, que eram produzidos pela extinta Fundação Cide (atualmente Fundação Ceperj). Os dados mais recentes do Ibama sobre a pesca datam de 2005. Informações sobre a qualidade da água e do ar, se estiverem sendo produzidas, não estão sendo divulgadas.

Finalmente, outra dificuldade que se coloca para construir a análise das dimensões da Cidadania Garantida e da Cidadania em Ação é a pouca transparência dos governos municipais e estadual, que resulta em limitações das informações acessíveis sobre os orçamentos municipais e o licenciamento ambiental. A busca por informações a respeito dos gastos públicos municipais esbarrou no caráter sigiloso de dados do Cadim (Banco Central do Brasil).

Seminário temático regional (Maricá, Saquarema e Rio Bonito) em Rio Bonito, no Clube dos Dirigentes Lojistas, dia 06 de julho de 2012



Foram, então, selecionados critérios para construir um indicador de transparência dos sítios na internet das prefeituras dos municípios em estudo e foram realizados alguns testes. O aprofundamento da escolha destes critérios revelou, contudo, que devem ser levadas em conta não somente as informações disponibilizadas, mas também a facilidade de acessá-las e a sua organização para o público, bem como outras formas de publicização não restritas à internet. Assim, o processo de construção de indicadores sobre transparência municipal e transparência no licenciamento ambiental demandará maior tempo e maturação, para que possam ser conhecidas e avaliadas diferentes metodologias (inclusive através do contato com pesquisadores de instituições como a FGV) e apropriados estudos teóricos e novas legislações como a Lei de Acesso à Informação. No que tange ao licenciamento ambiental, somam-se as dificuldades de ser de responsabilidade de órgãos estadual e federal e do fracionamento dos empreendimentos.

Dessa forma, algumas das questões caras à análise da Cidadania Ativa na área em estudo, especialmente considerando-se suas especificidades – uma região prestes a viver grandes transformações capitaneadas pela

implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), composta por alguns municípios com precária infraestrutura urbana e com características de região metropolitana, e por outros com características rurais e extensas áreas naturais –, ainda não chegaram a constituir indicadores para compor o sistema, apesar do esforço em persegui-las. É o caso da questão do acesso à terra, da regularização fundiária, do transporte, da qualidade da água e do ar, da segurança pública, e do acesso à cultura e à informação.

Outra gama de questões, também importantes para observar as transformações na área do Incid, ainda serão aprofundadas no segundo ano do projeto, pois se constituíram em desdobramentos das primeiras análises realizadas. Considerando o montante de indicadores construídos, avaliamos que ainda é necessário elucidar o papel dos poderes legislativo e judiciário na garantia da cidadania. É fundamental construir, apesar da limitação dos dados disponíveis, indicadores sobre a migração, que deve se intensificar na região nos próximos anos, e sobre a garantia de acesso ao ensino técnico e à capacitação profissional, uma das principais demandas da população local.

The background is a solid dark red color. It features a decorative laurel wreath that frames the central text. The wreath is composed of dark red circular shapes, some of which are cut off by the edges of the page. The overall design is clean and modern.

02

**A Cidadania
Ativa na área
do Incid**

A área do Incid é composta por 14 municípios da região chamada de Leste Fluminense, alvo de planos governamentais e empresariais que têm, como carro chefe de uma série de transformações, a implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), pela Petrobras, no município de Itaboraí.

O estado da Cidadania Ativa na Área do Incid é apresentado neste Marco Zero do Sistema de Indicadores da Cidadania através de indicadores agrupados por conjuntos de direitos: Direitos Coletivos, Direitos Sociais e Econômicos e Direitos Cíveis e Políticos. Estes indicadores foram primeiramente construídos de modo a contribuir para a análise de cada uma das dimensões da Cidadania Ativa – Cidadania Viva, Cidadania Garantida, Cidadania Percebida e Cidadania em Ação –, apresentadas nos relatórios de cada painel do Incid³. Sua integração no Marco Zero permite acrescentar o recorte por direitos e conjuntos de direitos.

3. Disponíveis em <http://incid.org.br/biblioteca/>

DIREITOS COLETIVOS

Os Direitos Coletivos, indivisíveis, são aqueles que só podem ser apropriados coletivamente. Eles foram contemplados no Marco Zero do Incid através dos Direitos Ambientais e do Direito à Cidade.

DIREITOS AMBIENTAIS

Os direitos ambientais foram contemplados em diferentes dimensões da cidadania, de modo a delinear uma espécie de panorama das condições gerais do ambiente na área do Incid. Foram utilizadas diferentes fontes de informação para tratar de bens comuns como ar, água, solo e florestas.

Na dimensão da Cidadania Viva, foram elaborados indicadores sobre os três pilares básicos do saneamento (abastecimento de água, destinação do esgoto e do lixo), cuja situação pode interferir diretamente na poluição da água e do solo. Foi considerada a situação dos domicílios no acesso a estes serviços. A dimensão da Cidadania Garantida contribui para pensar o esforço público de investir no meio ambiente de maneira geral e, especificamente, na preservação de áreas naturais (através da criação de áreas protegidas, que geralmente se destinam à manutenção da fauna e da flora, dos corpos hídricos etc., contribuindo para a qualidade da

água, do ar e do solo) e na gestão da poluição pelos resíduos sólidos (existência de “lixões”, que acarretam poluição do solo e eventualmente dos corpos hídricos). A Cidadania Percebida contribui com a percepção dos moradores dos municípios em estudo sobre o respeito aos seus direitos de dispor de água e ar limpos.

Os problemas relacionados ao saneamento ambiental foram alvos de sérias críticas entre os membros participantes dos grupos e oficinas locais realizados pelo Incid. A área do Incid tem 21,9% de seus domicílios com escoamento de esgoto inadequado, acima da média do estado do Rio de Janeiro (13,6%), segundo o Censo Demográfico (Ver Gráfico 1). Considerando o conjunto de 14 municípios analisados, as proporções de domicílios com destino do lixo inadequado (4,7% - Gráfico 2) e abastecidos com água de forma inadequada (8% - Gráfico 3) também são maiores do que a média estadual. A destinação adequada dos resíduos sólidos tampouco vem sendo garantida, uma vez que na área em estudo ainda existem 7 lixões (Tabela 1). Quanto à garantia de áreas protegidas, a região do Incid tem 45,9% de seu território recoberto por Unidades de Conservação, bastante acima do percentual do estado do Rio (21,4% - Gráfico 4), mas o investimento municipal *per capita* em meio ambiente ainda é baixo na maior parte dos municípios (Ver Gráfico 5). Finalmente, a

percepção sobre a limpeza da água que chega às casas é de 73,3% (Gráfico 6), enquanto que apenas 52,8% dos habitantes da área do Incid afirma ter direito ao ar limpo (Gráfico 7).

Abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem e manejo de águas pluviais são temas condicionados ao saneamento ambiental. Atualmente, os municípios do Incid encontram-se em fase de elaboração de seus planos de saneamento ambiental e contam com programas e recursos dos governos Estadual e Federal para o cumprimento das metas impostas pela Lei 11.445 de 5 de Janeiro de 2007, que cria as diretrizes nacionais para o saneamento básico brasileiro e a Lei Estadual 42.930 de 18 de abril de 2011, que cria o programa Pacto pelo Saneamento.

Para a construção do indicador de Situação de acesso ao esgotamento sanitário, foram considerados inadequados os domicílios não atendidos por uma rede geral ou pluvial ou fossa séptica. A maior parte dos 14 municípios se encontra acima da média da própria área em estudo, uma vez que os municípios mais populosos, como Niterói (7,8%) e São Gonçalo (16,5%) possuem percentual mais baixo que os demais, “puxando” a média para baixo. No entanto, é preciso notar que, por serem os mais populosos, em termos absolutos estes percentuais correspondem a numerosos domicílios

que escoam esgoto de forma inadequada. A taxa de inadequação da forma de escoamento do esgoto domiciliar nos demais municípios do Incid varia entre 23,4%, no município de Rio Bonito, a 44,1% em Saquarema.

A dimensão da Cidadania Viva considerou como adequado a coleta de lixo por serviço de limpeza e através de caçamba, mais comum em áreas rurais. Outros tratamentos dados aos resíduos sólidos, que conduzem à poluição do solo ou dos recursos hídricos e que podem comprometer a saúde da população, são considerados inadequados, como por exemplo: queimar (na propriedade), enterrar (na propriedade), jogar em terreno baldio ou logradouro, jogar em rio, lago ou mar etc. O indicador de situação do destino do lixo (Gráfico 2) mostra Silva Jardim (10,6%) e Cachoeiras de Macacu (10,5%) com a maior proporção de domicílios com destino do lixo inadequado. Já Niterói (1%), Casimiro de Abreu (1,6%), Nova Friburgo (1,8%) e Teresópolis (3%) encontram-se abaixo da média estadual. Nos demais municípios em estudo, a proporção de domicílios cujo destino do lixo é inadequado varia de 4,2% em Magé a 7,5% em Rio Bonito. É importante lembrar que São Gonçalo, com quase 1 milhão de habitantes, possui, segundo o Censo Demográfico do IBGE, 6,2% de seus domicílios com destino inadequado do lixo. Isso corresponde a aproximadamente 6 mil domicílios sem acesso a uma coleta de lixo adequada.

Os domicílios com abastecimento inadequado de água são aqueles sem água canalizada, com água canalizada somente no terreno ou na propriedade, com água canalizada em somente um cômodo, ou de poço ou nascente fora da propriedade. Estão incluídos domicílios abastecidos por carro-pipa, água da chuva armazenada de outra forma, rio, açude, lago ou igarapé ou outra forma de abastecimento de água. Foram consideradas formas adequadas de abastecimento de água a rede geral (quando o domicílio, o terreno, ou a propriedade estão ligados a uma rede geral de distribuição de água) e poço ou nascente - quando o domicílio era servido por água proveniente de poço ou nascente localizado no terreno ou na propriedade onde estava construído.

Comparando a situação dos 14 municípios do Incid em 2010 (Gráfico 3), é possível observar Teresópolis na pior situação referente ao abastecimento de água com 16% dos domicílios com abastecimento de água inadequado. Na sequência, verificamos os municípios de Magé (14%), Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo e Itaboraí com 11% e Guapimirim com 10% dos domicílios sem abastecimento adequado. Apenas Niterói (1%) e Casimiro de Abreu (2%) possuem um percentual de inadequação no abastecimento de água menor que o Estado do Rio de Janeiro (4%).

A questão dos resíduos sólidos também foi contemplada na dimensão da Cidadania Garantida, através do indicador Garantia da destinação adequada dos resíduos sólidos que foi avaliado através da existência ou não de lixões nos municípios da área do Incid.

Desde a Constituição Federal de 1988, é responsabilidade do poder público municipal zelar pela limpeza urbana e pela coleta e destinação final do lixo. Mas foi só com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10) que os gestores municipais recebem princípios e diretrizes, seguindo critérios ambientais. A orientação é a criação de aterros sanitários ambientalmente adequados e o fim dos lixões existentes. Os municípios têm a obrigação legal de erradicar essas áreas insalubres até agosto de 2014. Em até dois anos, os municípios, bem como os estados da União, que não tiverem seus planos de gestão aprovados, não estarão aptos a receberem recursos federais para projetos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos.

A região do Incid conta atualmente com a existência de 7 lixões: Lixão Municipal em Parada Modelo (Guapimirim), Bongaba (Magé), Lixão de Caxito e Lixão de Itapeba (Maricá), Morro do Céu (Itaboraí), Lixão de Rio Bonito (Rio Bonito) e Lixão de Saquarema (Saquarema), de acordo com levantamentos da dimensão Cidadania Garantida feitos junto à Secretaria do Estado do Ambiente – SEA (Tabela 1).

Quando se trata de bens comuns, sabemos que uma importante parcela dos recursos naturais, que são patrimônio coletivo, vem sendo comercializada em nome do desenvolvimento. Bens comuns como a terra e a água são exemplos claros disso e sua preservação, monitoramento e gestão constituem um desafio para os gestores públicos.

O indicador de Garantia de áreas protegidas (Gráfico 4) da dimensão Cidadania Garantida que computou áreas municipais, estaduais e federais, mostra a integridade de parques, florestas, cascatas, montanhas, nascentes, riachos e rios que está sendo assegurada sob a proteção legal das chamadas Unidades de Conservação (UCs). Esse indicador revela que 45,9% da área do Incid correspondem a UCs. Silva Jardim, Magé e Casimiro de Abreu possuem mais da metade de seu território legalmente protegido. Já Itaboraí (5,9%), São Gonçalo (7,4%) e Niterói (8,3%) apresentam uma pequena parte de seu território sob proteção desse título legal.

O indicador Garantia de investimentos em meio ambiente (Gráfico 5) revela que, no ano de 2009, os gastos ambientais foram muito baixos, se analisados pela diretriz *per capita* em alguns municípios do Incid. É possível perceber que esses gastos, à exceção de Cachoeiras de Macacu (R\$ 146,84) e Casimiro de Abreu (R\$ 57,81), não chegaram a

R\$50 *per capita* ao ano e que os municípios de Guapimirim, Magé e Maricá não declararam nenhum gasto na gestão ambiental. Em Itaboraí (R\$ 7,53), Niterói (R\$ 5,34), Nova Friburgo (R\$ 0,47) e Saquarema (R\$ 0,76), os gastos *per capita* são irrisórios. Nos demais municípios, os gastos municipais *per capita* em meio ambiente variam de R\$11,73, em São Gonçalo, a R\$ 33,54, em Silva Jardim.

A percepção sobre a boa qualidade da água fica acima de 90% em Casimiro de Abreu e Niterói, e acima de 80% em Nova Friburgo, Guapimirim e Teresópolis. Entretanto, sete municípios estão abaixo da média da área do Incid: Cachoeiras de Macacu (72,9%), Rio

Bonito (67,7%), São Gonçalo (67,1%), Tanguá (65,1%), Saquarema (63,5%), Magé (61,3%) e Maricá (32,4%) – Gráfico 6.

Em relação ao ar, os resultados da pesquisa realizada pelo Ibase, também referentes à dimensão da Cidadania Percebida, apontam pouco mais da metade da população (52,8%) considerando respirar um ar limpo e, portanto, de qualidade (Gráfico 7). Nos municípios de Niterói (38,3%), São Gonçalo (39,3%) e Itaboraí (49,5%), ao contrário, menos da metade dos moradores acham que respiram um ar limpo no local onde vivem. Já Casimiro de Abreu (89,4%) figura como o município de melhor qualidade do ar, segundo os entrevistados.

Visita a campo – Praia da Beira (Ilha de Itaoca)
em São Gonçalo, dia 31 de outubro de 2012



GRÁFICO 1_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO

DOMICÍLIOS COM ESGOTAMENTO SANITÁRIO INADEQUADO (2010) (%)

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

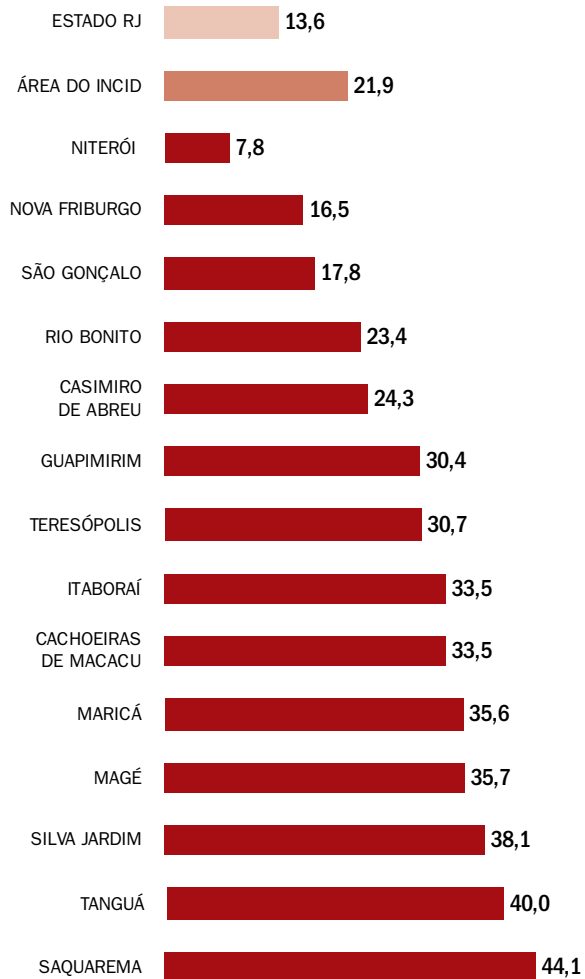


GRÁFICO 2_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DO DESTINO DO LIXO

DOMICÍLIOS CUJA DESTINAÇÃO DO LIXO É INADEQUADA (2010) (%)

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

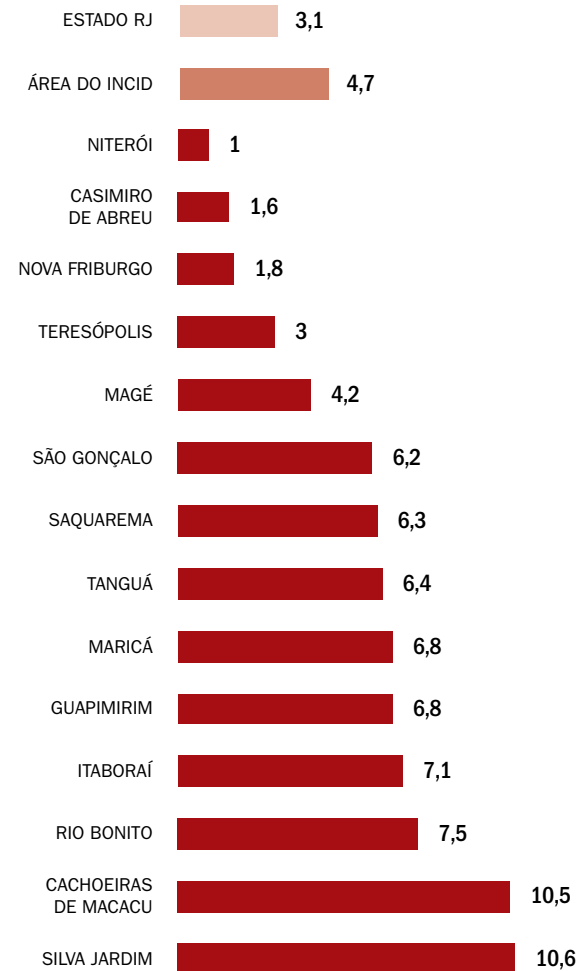


GRÁFICO 3_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA

DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA INADEQUADO (2010) (%)

FONTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

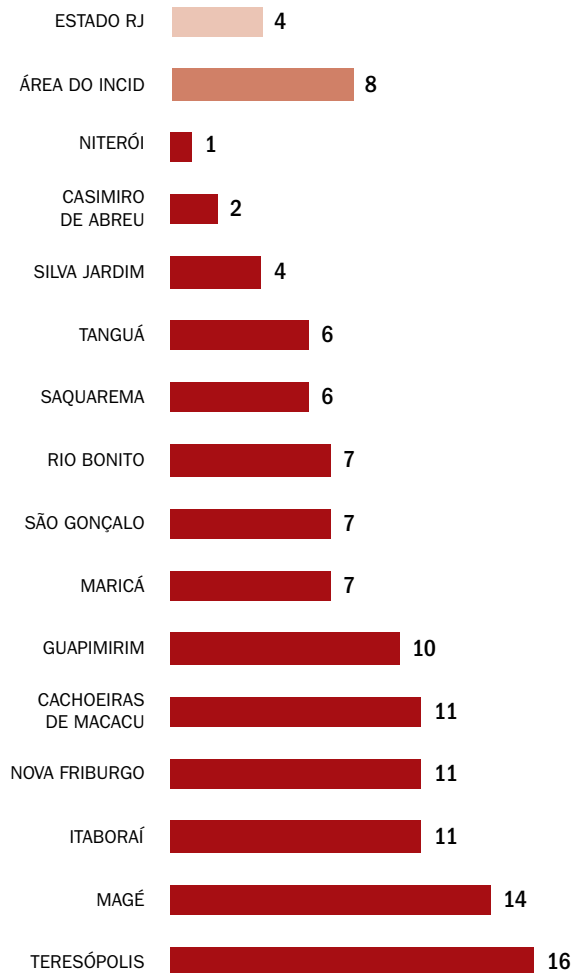


GRÁFICO 4_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE ÁREAS PROTEGIDAS

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS) SOBRE A ÁREA DO MUNICÍPIO (2011) (%)

FONTE: SEA, 2011 (WWW.RJ.GOV.BR/WEB/SEA/EXIBCONTEUDO?ARTICLE-ID=164974)

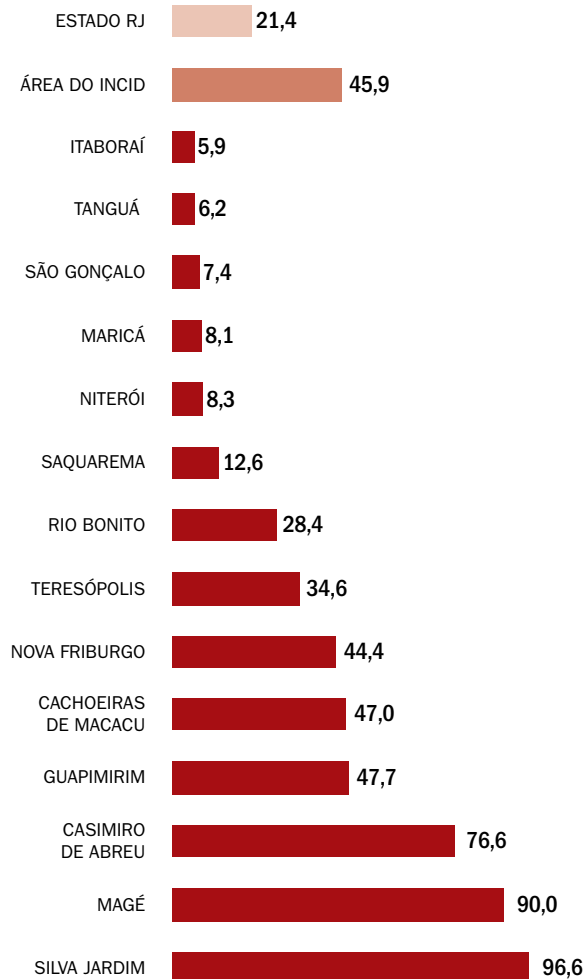


GRÁFICO 5_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE

GASTOS MUNICIPAIS EM GESTÃO AMBIENTAL POR HABITANTE (2009) (R\$)

FONTES: STN E IBGE, 2010

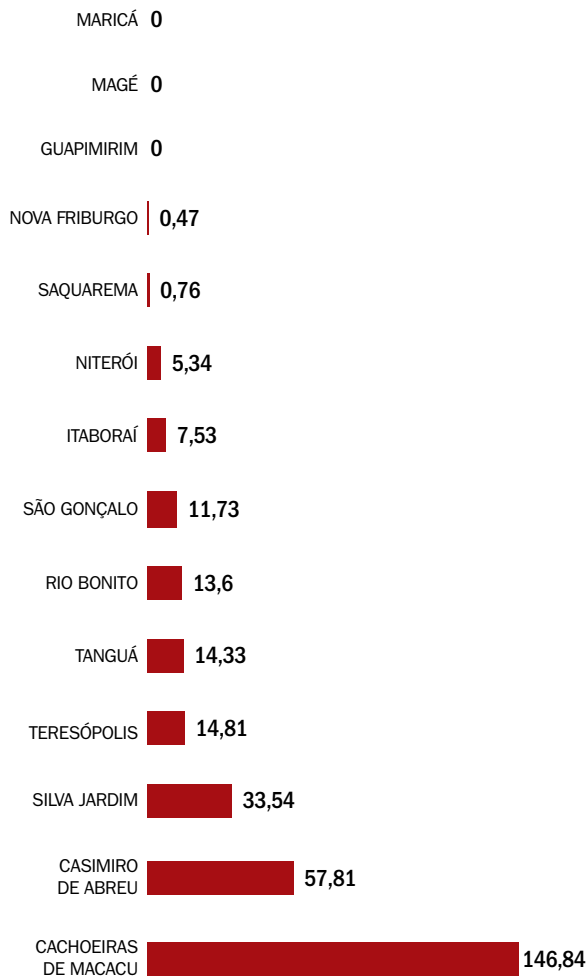


TABELA1_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

EXISTÊNCIA DE "LIXÕES" E DE ATERROS SANITÁRIOS

FONTES: SECRETARIA DO ESTADO DO AMBIENTE – SEA/ 2012

MUNICÍPIO	EXISTÊNCIA DE LIXÃO NO MUNICÍPIO	DESTINAÇÃO ATUAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
CACHOEIRAS DE MACACU	Não	Aterro Sanitário Local: Itaboraí
CASIMIRO DE ABREU	Não	Aterro Sanitário de Dois Arcos Local: São Pedro da Aldeia
GUAPIMIRIM	Sim	Lixão Municipal Local: Parada Modelo
ITABORAÍ	Não	Aterro Sanitário – Local: Itaboraí
MAGÉ	Sim	Vazadouro em recuperação com operação concomitante exclusivo para o município – Local: Bongaba
MARICÁ	Sim	Lixão de Caxito e Lixão de Itapeba
NITERÓI	Sim	Morro do Céu (Célula Sanitária Emergencial anexa ao Vazadouro) e Aterro Sanitário Privado (CTDR Estre) Local: Itaboraí
NOVA FRIBURGO	Não	Aterro Sanitário de Friburgo
RIO BONITO	Sim	Lixão de Rio Bonito
SÃO GONÇALO	Não	Aterro Sanitário de São Gonçalo CTDR Alcântara
SAQUAREMA	Sim	Lixão de Saquarema
SILVA JARDIM	Não	Aterro Sanitário de Dois Arcos Local: São Pedro da Aldeia
TANGUÁ	Não	Aterro Sanitário – Local: Itaboraí
TERESÓPOLIS	Não	Aterro Sanitário de Teresópolis
TOTAL DE LIXÕES	7	

GRÁFICO 6_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À ÁGUA LIMPA

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE A ÁGUA QUE NAS CASAS É LIMPA NO LUGAR ONDE MORAM (2012) (%)*

FONTE: PESQUISA INCID – CIDADANIA PERCEBIDA

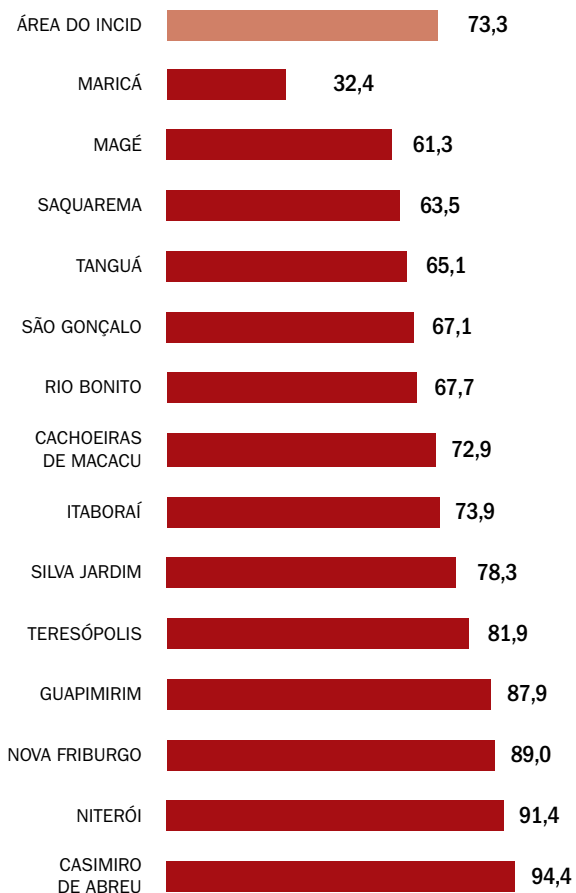
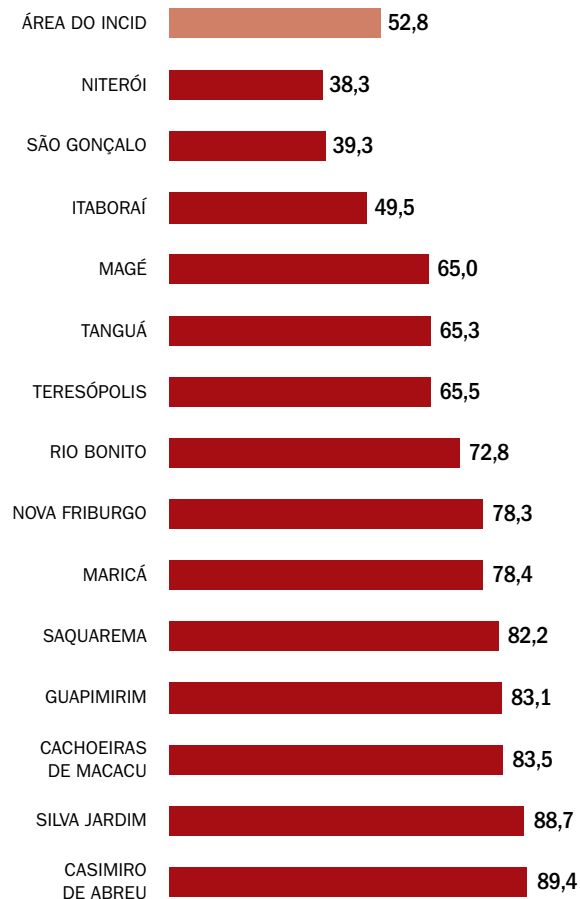


GRÁFICO 7_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO AO AR LIMPO

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE O AR É LIMPO NO LUGAR ONDE MORAM (2012) (%)*

FONTE: PESQUISA INCID – CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

DIREITO À CIDADE

A luta pelo Direito à Cidade integra a luta pelos Direitos Coletivos e incorpora os direitos humanos básicos no campo da governança das cidades. O objetivo é colocar na pauta dos gestores públicos mudanças qualitativas na vida dos habitantes das cidades através da mudança no planejamento, na governança e desenvolvimento, de modo que o resultado disso seja o bem estar coletivo com dignidade por meio da igualdade e da justiça social.

Na cidade, todos devem desfrutar dos direitos humanos por meio de um bem estar coletivo. Nela, o interesse público deve ser priorizado e coletivizado e sua gestão deve ser democrática e participativa contando com o acompanhamento e participação de seus habitantes no planejamento, no orçamento e no controle dos processos urbanos. Atualmente, metade da população mundial vive em cidades e o atual modelo de vida e desenvolvimento caminha na direção do aumento dos aglomerados urbanos.

O Direito à Cidade foi analisado, neste Marco Zero do Incid, através das dimensões da Cidadania Viva e Percebida. Levamos em conta o percentual da população dos 14 municípios que vive em locais classificados pelo IBGE como “aglomerados subnormais”⁴ (Gráfico 8), o percentual de habitantes das áreas urbanas que convive com esgoto a céu aberto (12,6% - Gráfico 9) e a percepção da população sobre a qualidade dos espaços públicos, cujo indicador revela que menos da metade da população da área do Incid percebe ter respeitado seu direito a ruas e praças limpas (Gráfico 10).

Em 2010, o Brasil possuía 6% da população (11.425.644 pessoas) vivendo em aglomerados subnormais, distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Vinte regiões metropolitanas concentravam 88,6% desses domicílios, e quase a metade (49,8%) dos domicílios de aglomerados estava na Região Sudeste. No estado do

4. “O Manual de Delimitação dos Setores do Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação atende aos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há dez anos ou menos); e b) Possuírem urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).”
Fonte: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010agsub.asp?o=8&i=P>

Rio de Janeiro, a proporção tanto de domicílios quanto da população residente em aglomerados subnormais está bem acima da média nacional, com 12,7% da população fluminense vivendo em aglomerados subnormais.

A dimensão da Cidadania Vivida revela, com dados do IBGE/Censo Demográfico de 2010 (Gráfico 8), que 25,6% da população de Teresópolis e 16,4% da população de Niterói residem em aglomerados subnormais. Também se encontra um elevado percentual da população vivendo em locais precários como nos municípios de Cachoeiras de Macacu (8,6%), Magé (8,2%) e Maricá (7,7%). Por outro lado, nos municípios de Saquarema e Guapimirim, o IBGE não identificou a presença de aglomerados subnormais. Nos demais municípios em estudo, a proporção da população residente em aglomerados subnormais varia de 0,8%, em Casimiro de Abreu, a 4,2%, em Silva Jardim.

No estado do Rio de Janeiro, em 2010, 7,3% dos habitantes de áreas urbanas conviviam com a presença de esgoto a céu aberto nos locais onde moram. Na região do Incid, este percentual é bem mais elevado, chegando a 12,6% da população de áreas urbanas. Três dos 14 municípios em estudo se situam acima desta proporção – Itaboraí (21,3%), São Gonçalo (19,1%) e Maricá (15,5%). O municí-

pio de Magé também apresenta proporção elevada de moradores em áreas urbanas convivendo com a presença de esgoto a céu aberto (embora abaixo da média da área do Incid) – 11,1%. Nos demais municípios em estudo, esta proporção varia de 0,6% em Nova Friburgo a 5,8% em Guapimirim.

A pesquisa do Ibase, na dimensão Cidadania Percebida, com o indicador Percepção sobre o direito a espaços públicos de qualidade (Gráfico 10), revela que em Teresópolis, município com o pior índice apontado no indicador anterior, apenas 36,5% da população considera viver em espaços públicos de qualidade. Em Itaboraí, essa porcentagem cai para 32,2%, sendo acompanhada pelos municípios de São Gonçalo com 34,3% e Maricá, com apenas 37,3% dos moradores achando que no lugar em que vivem a limpeza de ruas e praças é satisfatória. Já em Casimiro de Abreu, 90,2% da população considera viver em um ambiente limpo e de qualidade.

Características visuais e olfativas saltam aos olhos na percepção da população de modo geral. O fato da percepção da limpeza de ruas e praças enquanto espaços públicos não ser boa nos municípios de Itaboraí, São Gonçalo, Teresópolis e Maricá vem ao encontro do fato desses municípios estarem convivendo com

carências significativas em habitações dignas e falta de tratamento de esgoto, principalmente Teresópolis e São Gonçalo.

O município de Nova Friburgo se destaca positivamente - com 100% da população fora de aglomerados subnormais. Essa porcentagem também se apresenta em Guapimirim e Saquarema. Nova Friburgo também aparece como o município com o menor percentual de população urbana convivendo com esgoto a céu aberto.

Portanto, através dos indicadores da dimensão Cidadania Viva e Percebida do Sistema Incid analisados nessa esfera dos Direitos Coletivos à luz do Direito à Cidade, destacam-se os municípios de Nova Friburgo, Guapimirim e Rio Bonito como tendo os melhores resultados, enquanto Teresópolis e São Gonçalo se destacam negativamente.

GRÁFICO 8_CIDADANIA VIVA

SITUAÇÃO DE MORADORES EM LOCAIS PRECÁRIOS

MORADORES EM DOMICÍLIOS LOCALIZADOS EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS (2010) (%)

FONTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO

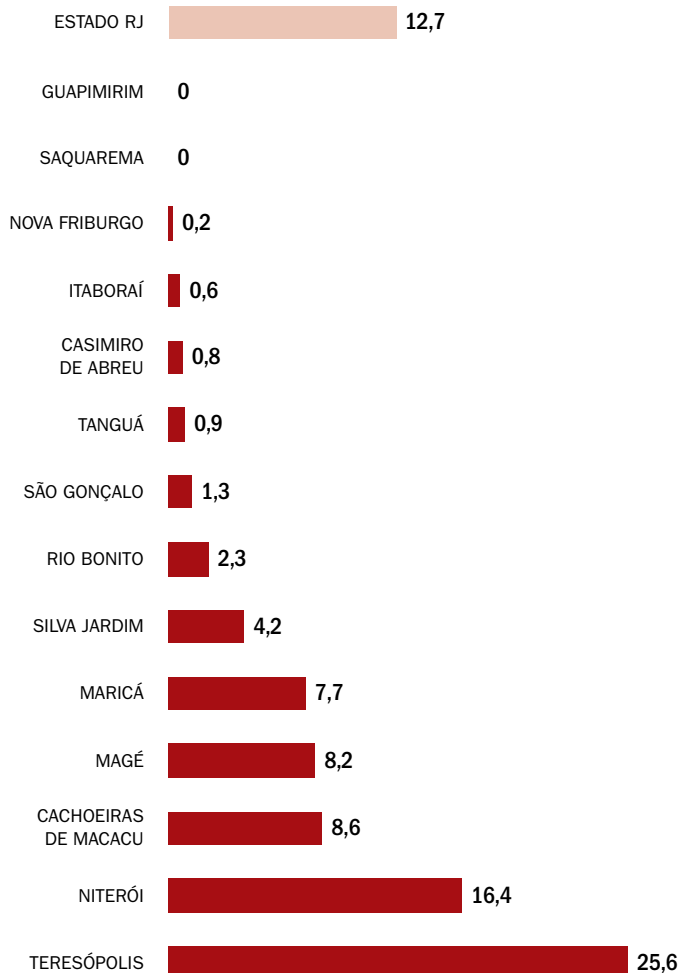


GRÁFICO 9_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS MORADORES EM DOMICÍLIOS URBANOS COM ESGOTO A CÉU ABERTO NO ENTORNO (2010) (%)

FORNTE: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (RESULTADOS PARA O UNIVERSO)

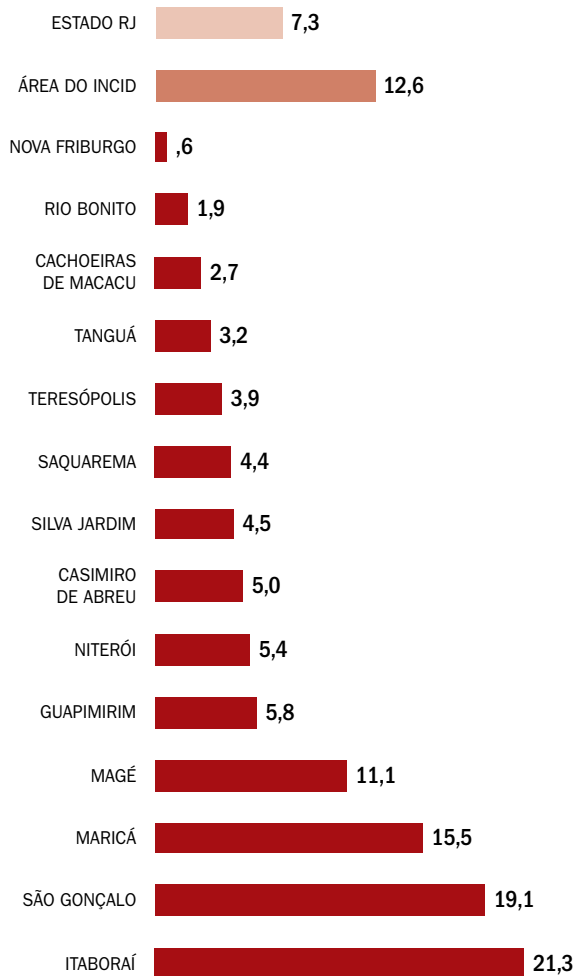
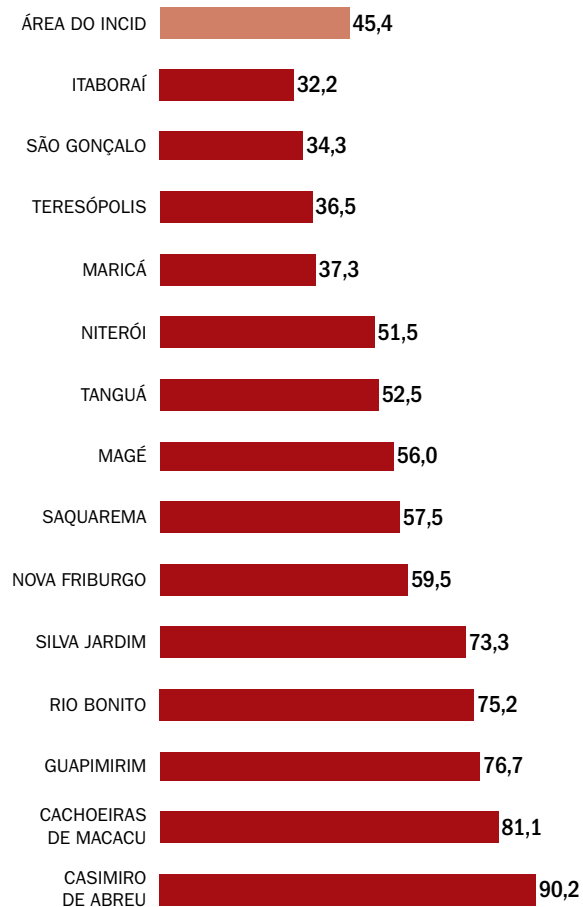


GRÁFICO 10_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO A ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE OS ESPAÇOS PÚBLICOS SÃO LIMPOS
NO LUGAR ONDE MORAM (2012) (%)*

FORNTE: PESQUISA INCID – CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

Este conjunto de direitos se refere às condições básicas de manutenção e reprodução da vida. Foi analisado através do agrupamento dos indicadores que se referem ao Direito à Saúde, Direito à Educação e Direito ao Trabalho.

DIREITO À SAÚDE

O direito à saúde foi contemplado em diferentes dimensões da cidadania de modo a apresentar uma espécie de panorama das condições gerais da saúde na área do Incid. Isto significa que não foram analisadas questões mais específicas como a existência de médicos, hospitais, leitos etc., mas sim o estado geral dos serviços de saúde. Esta opção parte do pressuposto de que o direito à saúde não está relacionado somente ao tratamento de doenças, mas a ações mais amplas relacionadas a cuidados com o corpo e com a qualidade de vida.

Na dimensão da Cidadania Vivida, o indicador utilizado afere sobre condições socioeconômicas de maneira ampla, enquanto que, na Cidadania Garantida, os indicadores informam sobre os programas de Atenção Básica, como esforço do poder público por medidas mais duradouras, preventivas e efetivas de assistência, além de primar por critérios de universalidade e equidade. Na dimensão da

Cidadania Percebida, a pesquisa priorizou a visão geral dos entrevistados sobre os serviços de saúde e sobre o acesso a eles, procurando captar também a percepção sobre possíveis desigualdades neste acesso. Na Cidadania em Ação, busca-se construir um cenário das organizações e ações da sociedade em prol da saúde em cada um dos municípios do Incid.

Quanto à situação do direito à saúde, analisada através do percentual de nascidos vivos com baixo peso, que é um indicador de condições socioeconômicas gerais (quanto maior o percentual, piores as condições de vida), a área do Incid como um todo se situa abaixo da média estadual, mas ainda distante do patamar de 6% apresentado por países desenvolvidos e adotado como adequado pelo Incid (Gráfico 11). Com relação à garantia de Atenção Básica em Saúde, concebida para atender toda a população, o percentual da população cadastrada pelos programas na área do Incid fica na casa dos 40% (Gráfico 12). Ao mesmo tempo, a percepção sobre o direito à saúde na área em estudo fica em 35% (Gráfico 14), mas a percepção de inclusão de todos os cidadãos no acesso à saúde se situa em 29,1% (Gráfico 15), revelando aguda percepção das desigualdades.

Neste momento de construção do Marco Zero do Sistema Incid, em relação ao direito à saúde, considerado no âmbito dos direitos sociais e econômicos, fundamentais para as-

segurar a manutenção e reprodução da vida, é possível observar que alguns municípios apresentam os piores resultados em vários dos indicadores analisados.

Primeiramente, destacamos que os dados do município de Teresópolis figuram entre os seis piores resultados em todos os indicadores de saúde analisados. Em seguida, os municípios de Maricá e Saquarema foram os que apresentaram resultados baixos em 5 dos 6 indicadores considerados. As condições de saúde também são críticas em municípios como São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, e Nova Friburgo (nesta ordem), dada a frequência com que se situam entre os resultados mais baixos na área da saúde. O município de Niterói se destaca pelas desigualdades.

Observando mais detidamente os dados, é possível notar que Teresópolis foi o único município a se situar acima da meta de 10% estabelecida pela ONU para a proporção de crianças nascidas abaixo do peso (quanto maior o percentual, piores as condições socioeconômicas), no ano de 2009. O Incid recomenda a proporção de 6% de nascidos abaixo do peso, encontrada nos países desenvolvidos e em alguns países da América Latina. Quando se trata da garantia de Atenção Básica em Saúde, Teresópolis apresenta proporção de cadastrados menor do que a média

da área do Incid, sendo também o quinto pior colocado quando se trata dos gastos *per capita* com Atenção Básica, no ano de 2009. Na dimensão da percepção, apenas 26,6% da população de Teresópolis percebe ter acesso adequado aos serviços de saúde e também é bastante elevada a percepção da exclusão de outras pessoas do acesso a estes serviços.

Nos municípios de Saquarema e São Gonçalo houve elevação da proporção de nascidos com baixo peso entre 2000 e 2009, apontando para deterioração da situação do direito à saúde. Ambos apresentaram baixos valores de gastos *per capita* em Atenção Básica em 2009 – R\$283,42 e R\$144,01, respectivamente. A percepção do direito à saúde também é baixa nestes municípios (29,8% e 32,9%, respectivamente).

O município de Nova Friburgo, que também apresenta proporção entre as mais elevadas de nascidos abaixo do peso (8,9%), é onde menos se verifica a garantia de Atenção Básica em Saúde, tanto quando se considera a proporção de pessoas cadastradas quando levando em conta os gastos *per capita* em Atenção Básica.

Os municípios de Itaboraí, Teresópolis e Maricá apresentam os piores indicadores do Direito à Saúde na dimensão da Cidadania Percebida, assim como a mais elevada percepção de desigualdades e exclusão, sendo que Maricá também apresenta baixos índices

na dimensão da garantia de Atenção Básica. Na percepção de inclusão na saúde, e também de diferenças no acesso à saúde, cabe destacar os resultados mais baixos nos municípios de Saquarema, Magé e Tanguá, apontando para uma percepção mais aguda de desigualdades e exclusão quando se trata de acesso à saúde (Gráfico 16). Finalmente, cabe destacar que Niterói apresenta baixo percentual de população cadastrada nos programas de Atenção Básica e o maior percentual de pessoas que se percebem como atendidas em seu direito à saúde, mas percebem que há pessoas excluídas em relação ao acesso à saúde – 21%.

* OBSERVAÇÃO: O percentual de 6% de nascidos vivos abaixo do peso, marcado no gráfico com a linha verde, se refere ao índice mediano nos países desenvolvidos e já atingido por alguns países da América Latina. O Sistema Incid adota esta faixa como recomendável para os municípios analisados.

GRÁFICO 11_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE

NASCIDOS VIVOS COM PESO AO NASCER INFERIOR A 2.500 GRAMAS (2009 A 2009) (%)*

FUNTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - SINASC

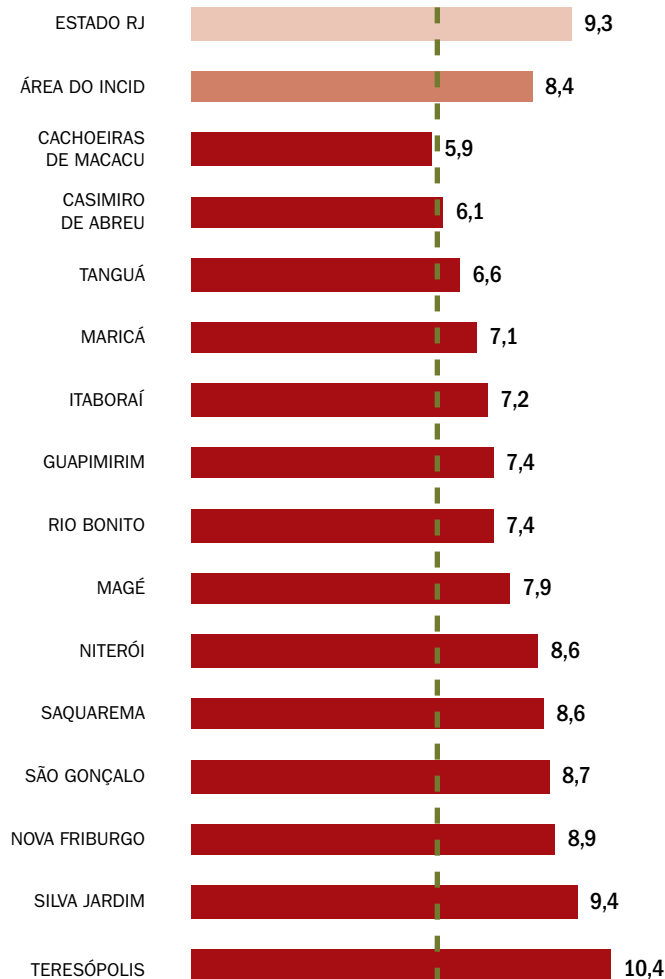


GRÁFICO 12_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE ATENÇÃO BÁSICA

PESSOAS CADASTRADAS NOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE (2010) (%)

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE – DATASUS

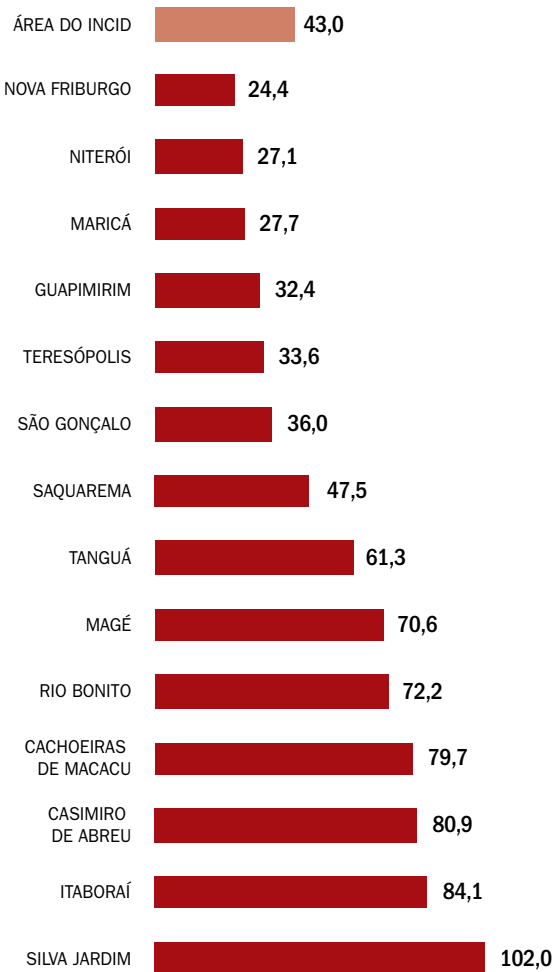


GRÁFICO 13_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA

GASTO EM ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE POR HABITANTE (2010) (R\$)

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN)

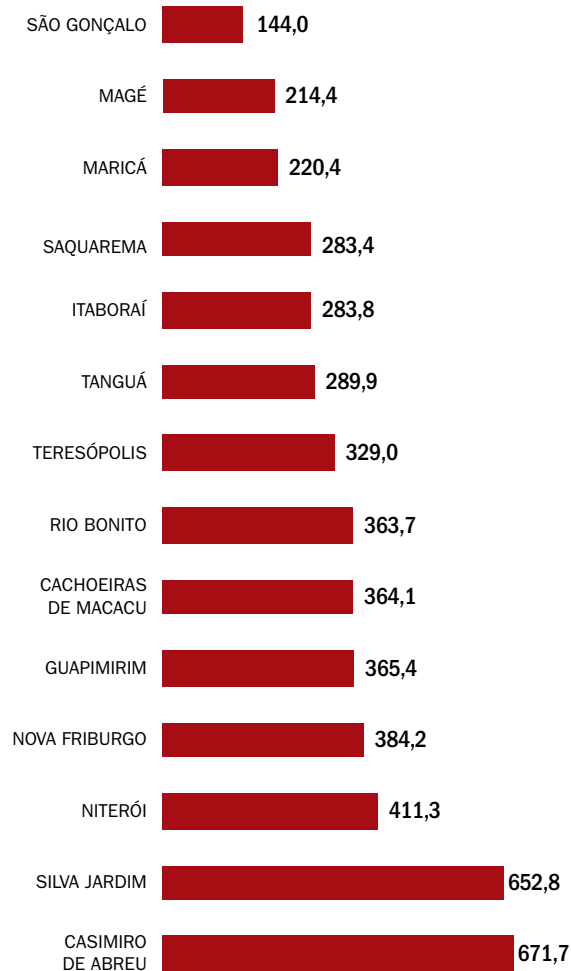


GRÁFICO 14_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À SAÚDE

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE OS SERVIÇOS DE SAÚDE ATENDEM ADEQUADAMENTE ÀS SUAS NECESSIDADES E ÀS DE PESSOAS PRÓXIMAS (2012) (%)

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

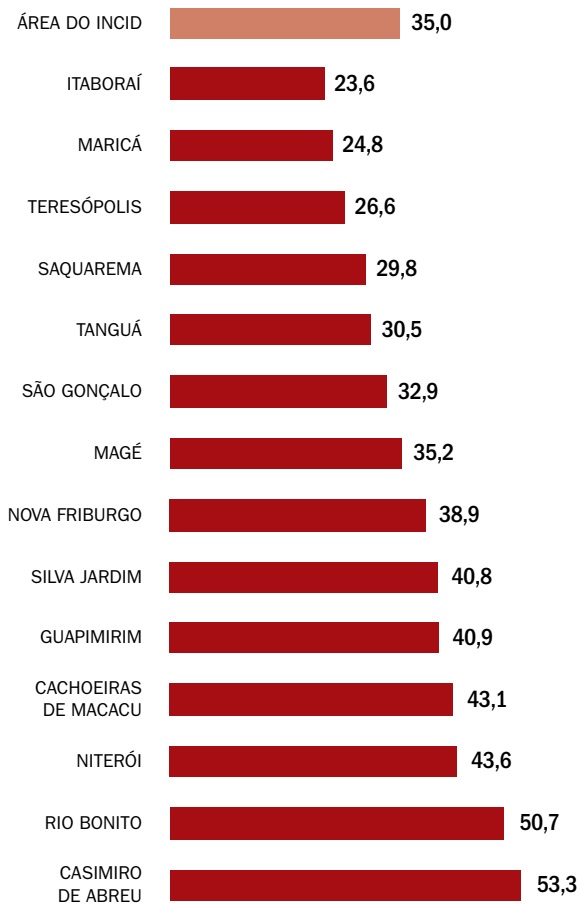
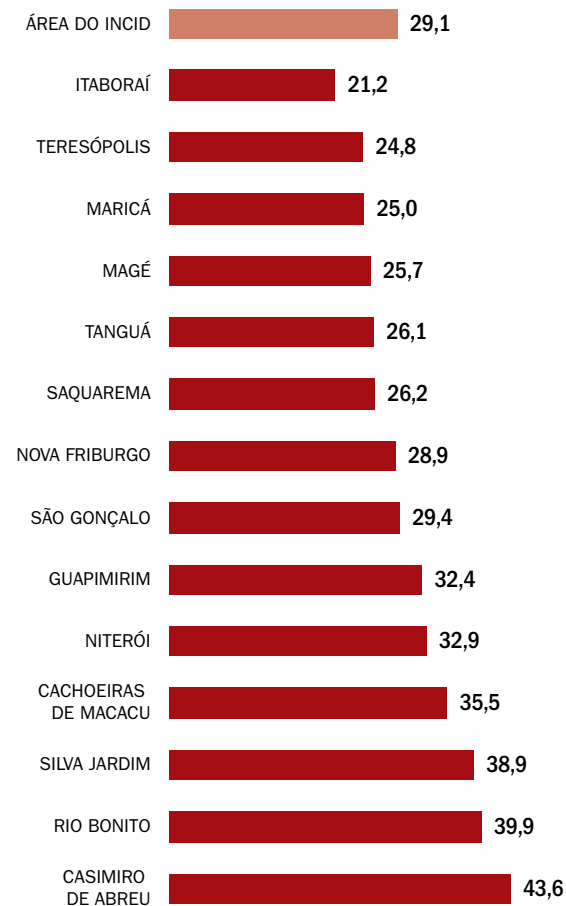


GRÁFICO 15_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE INCLUSÃO NA SAÚDE

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE OUTRAS PESSOAS DO LUGAR ONDE MORAM TÊM ACESSO ADEQUADO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE (2012) (%)*

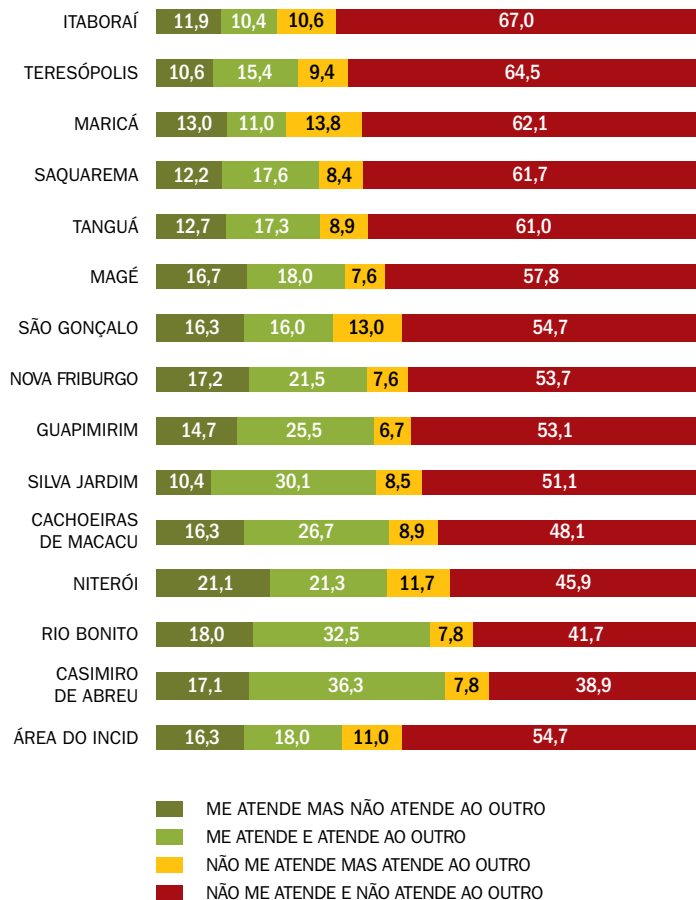
FONTE: PESQUISA INCID – CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 16_CIDADANIA PERCEBIDA**PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE****DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO SOBRE O ACESSO DE SI MESMO E DE OUTRAS PESSOAS, DO "LUGAR ONDE MORA", AOS SERVIÇOS DE SAÚDE (2012) (%)***

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

DIREITO À EDUCAÇÃO

O direito à educação foi abordado através da análise de diferentes dimensões da cidadania, de modo a apresentar uma visão ampla na qual são contemplados não só a qualidade da educação pública oferecida à população, mas também situações de exclusão do acesso à educação. Esta abordagem parte do pressuposto de que toda a população deve ser atendida pelos serviços de educação e ter acesso ao conhecimento, sem distinção de raça, idade ou local de moradia. O acesso à educação escolar e ao conhecimento é indispensável para o fortalecimento da cidadania.

Na dimensão da Cidadania Viva, os indicadores apontam situações de exclusão, como o percentual de jovens de 15 a 17 anos fora da escola (Gráfico 17) e o percentual de analfabetos (Gráfico 18). Na Cidadania Garantida, procuramos analisar os serviços de educação indispensáveis e básicos oferecidos à população, concentrando-nos em informações que quantificam e qualificam a educação pública no nível do Ensino Fundamental, como o investimento por aluno (Gráfico 19), e garantia de ambientes de acesso à informação, com laboratórios de informática e bibliotecas nas escolas (Gráfico 20), o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Gráficos 21 e 22), dado oficial auferido pelo MEC como tentativa de medir a qualidade da educação, e o percentual de professores sem

formação superior nos anos iniciais do Ensino Fundamental (Gráfico 23). A dimensão da Cidadania Percebida traz informações sobre a percepção de exclusão e desigualdades, dificilmente captáveis através de bancos de dados que apresentam informações que são médias municipais. Na Cidadania em Ação, busca-se construir um cenário das organizações e ações da sociedade em prol da educação em cada um dos municípios do Incid.

Em se tratando de uma região que passará a abrigar grandes empreendimentos da cadeia produtiva do petróleo, a educação escolar torna-se fundamental para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, na área do Incid como um todo, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que não frequentam a escola é de 12,5%. Ao mesmo tempo, a proporção de pessoas com 15 anos ou mais analfabetas se encontra acima da média do estado do Rio. Estes segmentos da população têm claramente o seu direito à educação violado. Para aqueles que têm acesso à educação escolar, os indicadores mostram que os serviços de educação oferecidos no nível do Ensino Fundamental se situam aquém do necessário para a garantia do direito à educação adequada, uma vez que a qualidade da educação (medida através do Ideb) está abaixo da média estadual na maior parte dos municípios analisados e mais da metade dos professores do primeiro segmento do Ensino

Fundamental não têm formação superior, apesar de a região situar-se acima da média estadual quanto à garantia de investimento na educação e de ambientes de acesso à informação nas escolas. A população percebe que o direito à educação adequada ainda está distante, pois apenas 41,2% (Gráfico 24) percebe ter este direito respeitado e a percepção da existência de exclusão ultrapassa os 50% (Gráfico 25).

Neste momento de construção do Marco Zero do Sistema Incid, em relação ao direito à educação, considerado no âmbito dos direitos sociais e econômicos, fundamentais para assegurar a manutenção e reprodução da vida, é possível observar que alguns municípios apresentam os piores resultados em vários dos indicadores analisados.

Cabe salientar a grave violação do direito à educação no município de Magé, que se situa entre os seis piores colocados em 9 dos 10 indicadores avaliados. Em seguida, destacam-se negativamente os municípios de Guapimirim, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí e Teresópolis. Os municípios de Saquarema e Niterói chamam a atenção particularmente pelas desigualdades.

Primeiramente, é preciso observar que o indicador de situação do acesso à alfabetização apresenta resultados discrepantes em relação aos demais indicadores de direito à educação analisados. Isto acontece porque a taxa de analfabetismo se concentra nas faixas

etárias mais elevadas e em municípios onde é mais significativa a característica rural – onde, no passado, o acesso à escolarização era bem mais restrito. Ainda assim, cabe lembrar que estas pessoas mais idosas e que cresceram no meio rural têm igual direito à educação e têm este direito violado já que não são tomadas medidas efetivas para a sua inserção na cultura letrada. Quanto ao acesso à alfabetização, os piores resultados são apresentados pelos municípios de Silva Jardim, Cachoeiras de Macacu, Tanguá, Guapimirim e Casimiro de Abreu, nesta ordem. Neste mesmo sentido, o indicador de situação de permanência dos jovens na escola, apesar de ser apresentado em forma de ranking do pior para o melhor, aponta para situações de violação de direitos, pois a existência, por si só, de jovens que não frequentam a escola constitui grave violação, independente do percentual que representem dentro da população jovem do município.

Com relação à garantia de qualidade da educação, observamos que os municípios de Magé e São Gonçalo apresentam os piores resultados do Ideb tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais do Ensino Fundamental. Magé também se destaca por apresentar o mais baixo investimento por aluno, o maior percentual de professores do Ensino Fundamental sem formação superior e o terceiro pior índice de garantia de ambientes de acesso à informação

nas escolas. Na dimensão da percepção, além de Magé e São Gonçalo, nos municípios de Itaboraí e Maricá a maior parte da população percebe não só que tem seu direito à educação adequada violado, como também que este direito é negado a outros moradores da cidade.

O município de Guapimirim, além de ter apresentado Ideb baixo nos dois segmentos do Ensino Fundamental, também apresenta baixo índice de garantia de ambientes de acesso à informação nas escolas, de garantia de qualificação dos docentes e elevado percentual de jovens fora da escola. Quanto a esta situação, o município de Teresópolis apresenta o mais elevado percentual da área do Incid – 17,4% dos habitantes de 15 a 17 anos não frequentam a escola, além de situar-se entre os seis piores na percepção do direito à educação e na percepção de desigualdades no acesso a este direito. O município de Saquarema também apresenta elevado percentual de jovens fora da escola (15,7%, enquanto a média da área em estudo é de 12,5%), o que coaduna com a percepção de baixa inclusão da educação – 48,6%. Neste quesito, Niterói se destaca pelo menor índice de percepção de inclusão na educação. Complementarmente, o indicador de percepção de diferença e educação revela que a percepção da desigualdade por parte de quem tem acesso à educação, mas percebe que há outras pessoas que ficam sem acesso, é mais elevada em Niterói (22,1%) e Saquarema (20,9%).

GRÁFICO 17_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DA PERMANÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA
PESSOAS COM IDADES ENTRE 15 E 17 ANOS FORA DA ESCOLA (2010) (%)

FONTES: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

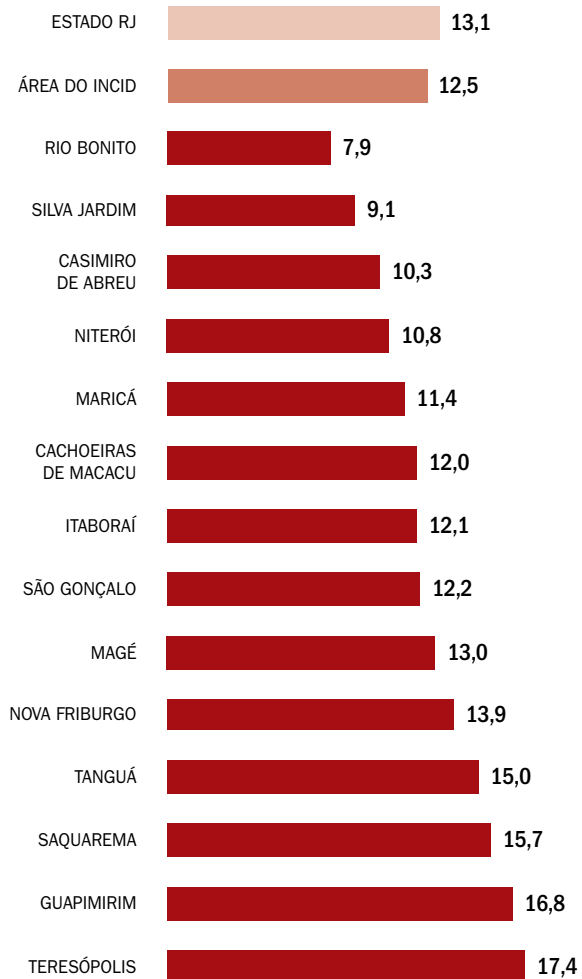


GRÁFICO 18_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DE ACESSO À ALFABETIZAÇÃO
PESSOAS ANALFABETAS (15 ANOS OU MAIS) (2010) (%)

FONTES: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO 2010 (DADOS DO UNIVERSO)

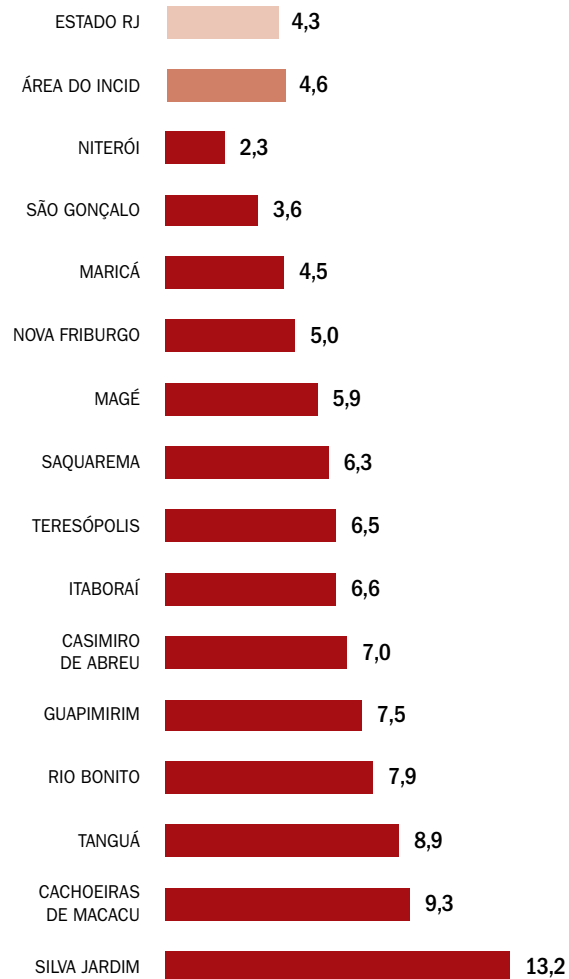


GRÁFICO 19_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO

GASTO POR ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA (2011) (R\$)

FONTE: [HTTP://WWW.FNDE.GOV.BR](http://www.fnde.gov.br)

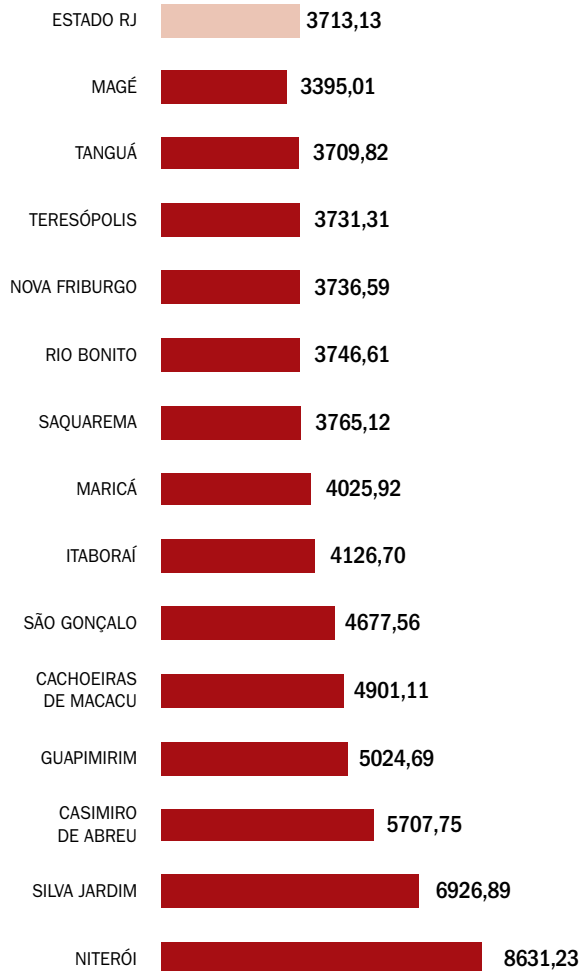


GRÁFICO 20_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE AMBIENTES DE ACESSO À INFORMAÇÃO

ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA EM ESCOLAS COM LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA E BIBLIOTECA (2010) (%)

FONTE: CENSO ESCOLAR / INEP – 2011

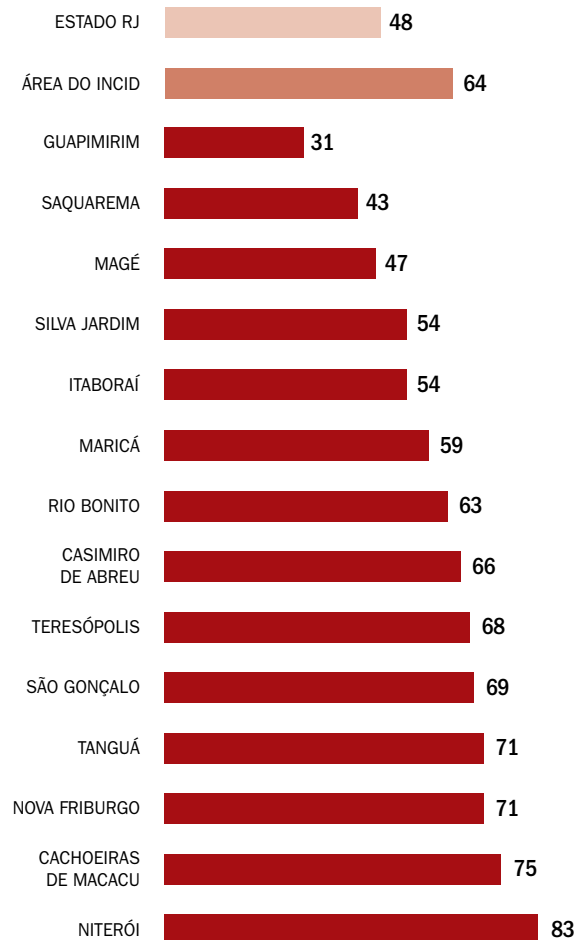


GRÁFICO 21_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (2011) (VALORES DE 0 A 10)

FONTE: INEP/MEC

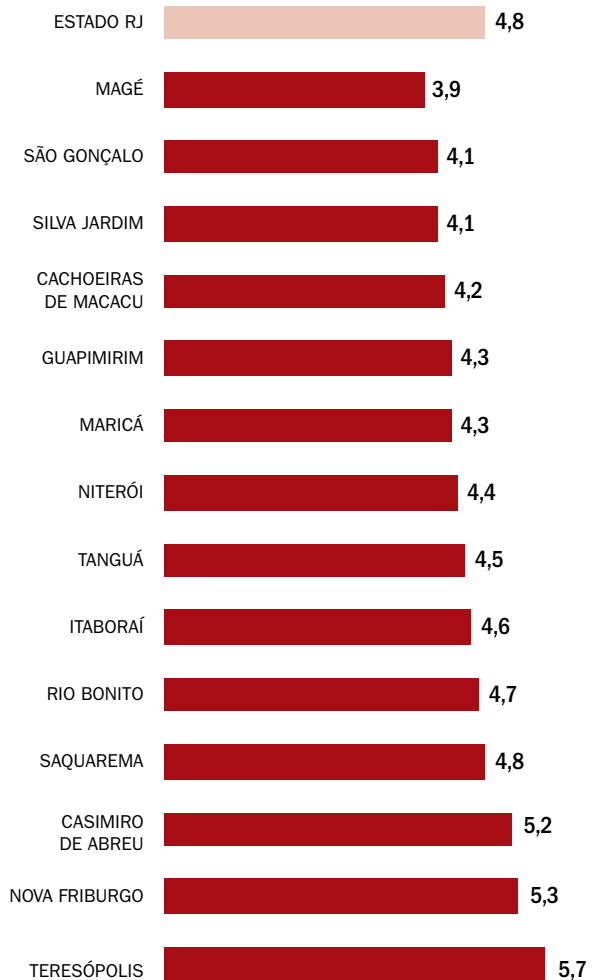


GRÁFICO 22_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA - IDEB - ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL (2011) (VALORES DE 0 A 10)

FONTE: INEP/MEC

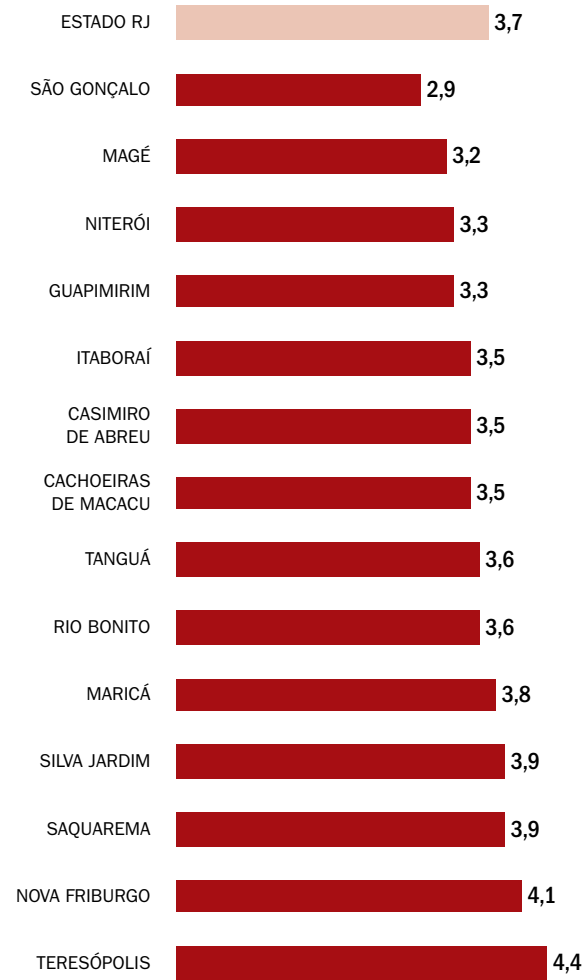
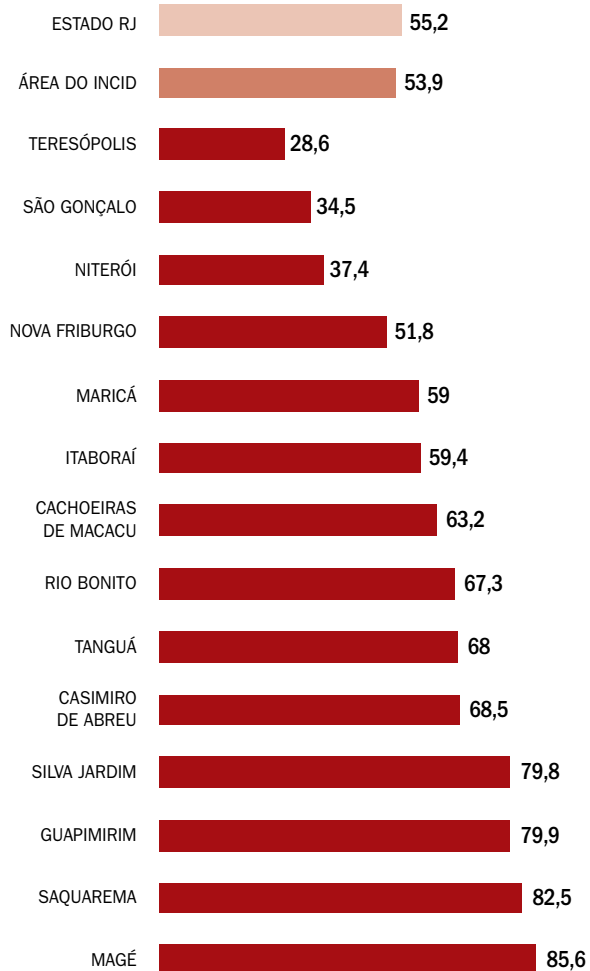


GRÁFICO 23_CIDADANIA GARANTIDA**GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES**

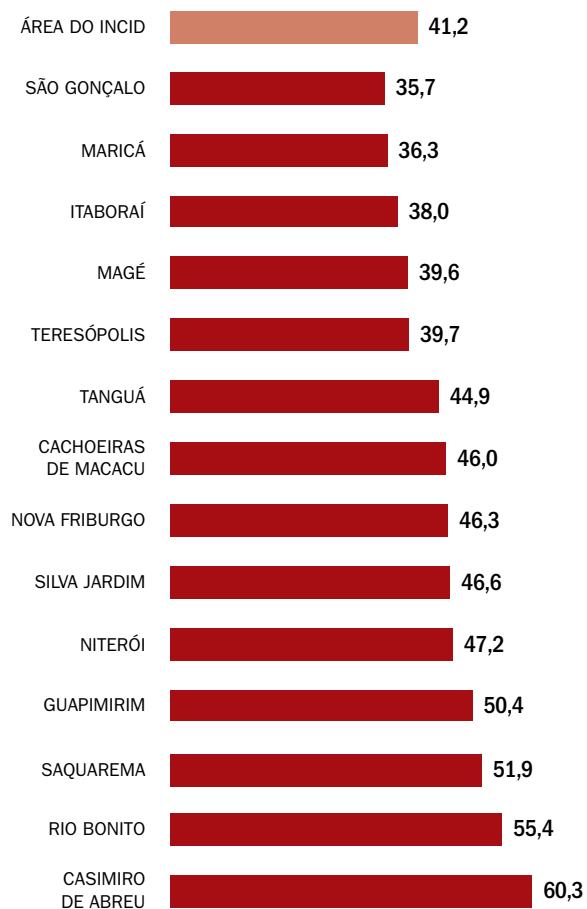
PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I DA REDE PÚBLICA QUE NÃO POSSUEM ENSINO SUPERIOR COMPLETO (2009) (%)

FONTE: CENSO ESCOLAR / INEP

**GRÁFICO 24_CIDADANIA PERCEBIDA****PERCEPÇÃO SOBRE DIREITO À EDUCAÇÃO**

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE OS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO ATENDEM ADEQUADAMENTE AS SUAS NECESSIDADES E AS DE SUA FAMÍLIA (2012) (%)

FONTE: PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 25_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE OUTRAS PESSOAS DO LUGAR ONDE MORAM TÊM ACESSO ADEQUADO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO (2012) (%)*

FONTES: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

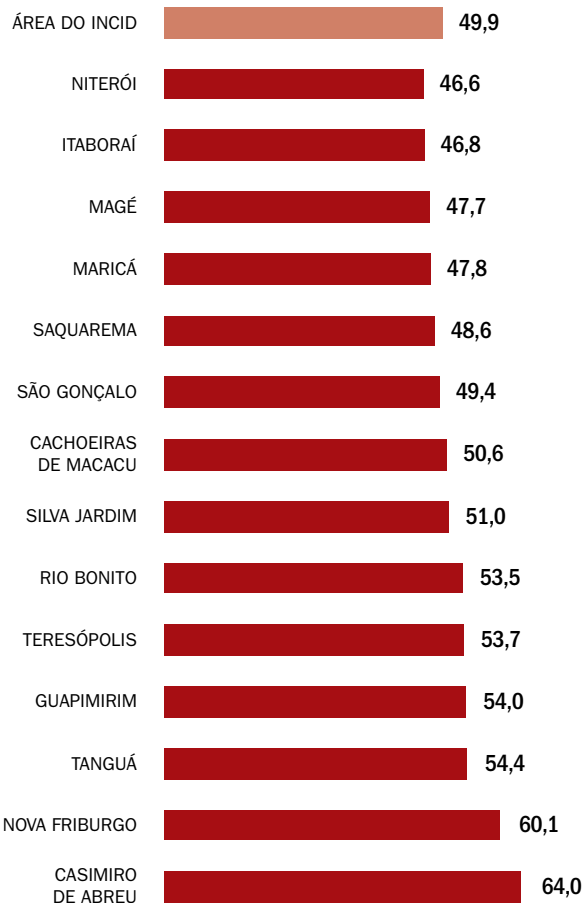
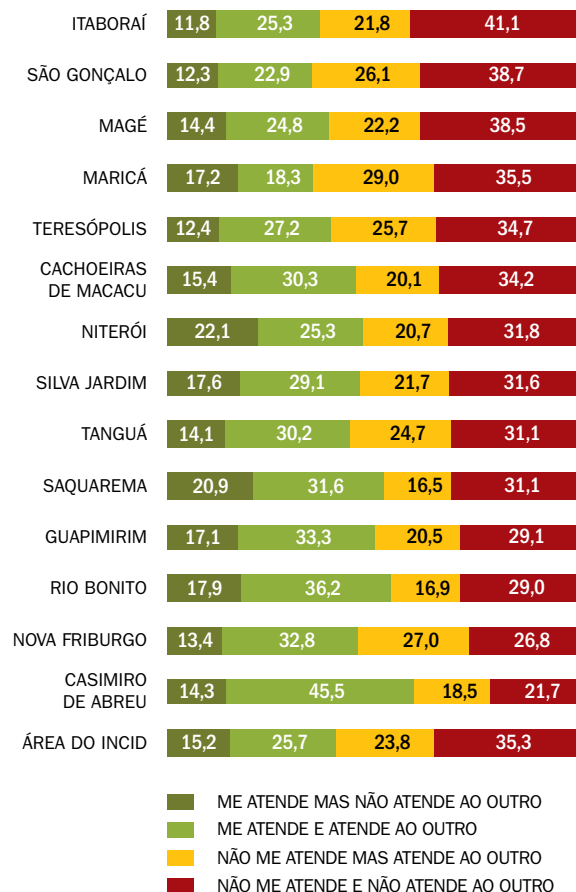


GRÁFICO 26_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO

DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO SOBRE O ACESSO DE SI MESMO E DE OUTRAS PESSOAS, DO “LUGAR ONDE MORA” SOBRE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO (2012) (%)*

FONTES: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

DIREITO AO TRABALHO

O direito ao mercado de trabalho formal é fruto de uma série de lutas e conquistas integradas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), fundamental para a inclusão dos trabalhadores como cidadãos na sociedade. O fato de a área do Incid ser alvo de grandes projetos de desenvolvimento torna o mercado de trabalho formal um elemento chave para acompanhar este processo, uma vez que uma das principais vantagens relacionadas pelo discurso oficial dos projetos de desenvolvimento é a “geração de empregos” que, assim sendo, constitui parte importante das expectativas da população com relação às transformações do território.

O mergulho nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), abre um leque de possibilidades para desenvolver o monitoramento do mercado de trabalho formal na área do Incid. Os dados são divulgados com periodicidade mensal, e optamos por consolidar os dados referentes ao mês de agosto de 2012 (o último disponível), estabelecendo comparação com os meses de agosto dos três anos anteriores. Embora ainda não tenha sido possível chegar à seleção dos indicadores, exploramos aqui, neste Marco Zero, as primeiras inferências a partir das informações levantadas, procurando delinear o que elas já revelam sobre a situação do mercado de trabalho. An-

tes, cabe observar que a análise por município precisa levar em conta que os dados se referem às empresas sediadas no município. Se uma empresa atua em um município, mas tem sede em outro, as contratações e desligamentos serão computados no município sede.

Primeiramente, para avaliar se há tendência de crescimento ou de retração do mercado de trabalho formal, observamos os dados sobre as admissões e desligamentos, de 2009 a 2012 (sempre no mês de agosto), e o saldo entre eles (se positivo, houve mais contratados do que demitidos; se negativo, as demissões foram mais numerosas que as contratações).

Observamos que há uma tendência de queda do saldo entre contratações e demissões no mês de agosto no estado do Rio de Janeiro. No entanto, no período observado, a área do Incid como um todo apresentou tendência de estabilidade do saldo nos meses de agosto (Gráfico 27).

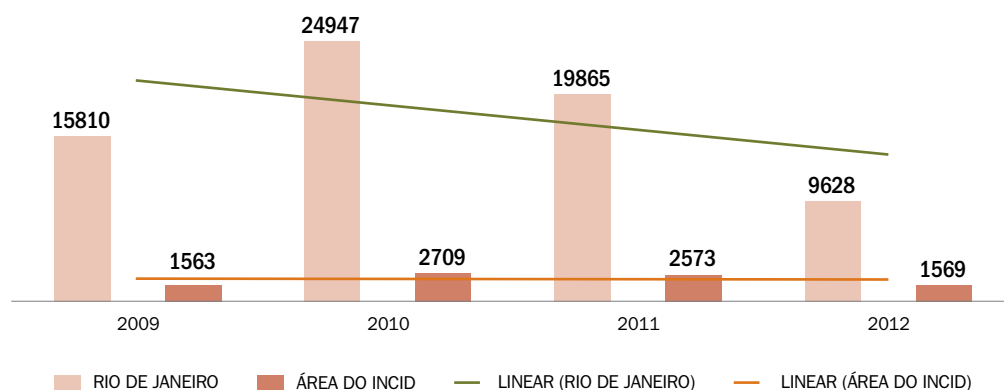
A comparação entre os saldos do mês de agosto nos municípios do Incid, nos últimos 4 anos, permite preliminarmente chamar a atenção para os frequentes saldos negativos apresentados pelos municípios de Rio Bonito e Tanguá. Em seguida, foram identificados alguns saldos negativos, ao longo do período analisado, nos municípios de Casimiro de Abreu e Saquarema. Por outro lado, destacamos que o maior saldo, e que também é crescente ao longo do período, foi apresentado pelo município de Itaboraí, conforme tabela em anexo.

GRÁFICO 27_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DO ACESSO AO EMPREGO NO MERCADO FORMAL

SALDO (ADMITIDOS - DESLIGADOS) NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL (AGOSTO 2009/2012)

FONTE: CAGED/MTE



A análise do saldo entre admissões e desligamentos por recorte de escolaridade revela que, tanto no estado do Rio de Janeiro quanto na média da área do Incid e na maior parte dos municípios considerados, os maiores saldos se situam na faixa do Ensino Médio completo. Proporcionalmente, adquirem maior expressividade, sem superar a faixa do Ensino Médio completo, os postos de trabalho que requerem Superior Completo em São Gonçalo e Fundamental Completo e Incompleto, em Itaboraí (ver tabela em anexo).

Quanto ao saldo dos meses de agosto dos últimos 4 anos, considerando o setor da atividade,

observamos que, de uma maneira geral, os setores de construção, comércio e educação são os que têm apresentado os maiores saldos, tanto no estado do Rio de Janeiro quanto no total da área do Incid. Focando os 14 municípios analisados, observamos que seguem esta tendência, com algumas especificidades. Em Itaboraí, o setor de construção apresenta saldo sensivelmente maior que os demais em todo o período analisado. No município de Niterói, no ano de 2012, o setor com maior saldo foi o de “atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas” (ver tabela em anexo).

DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Os Direitos Civis e Políticos, definidos pela igualdade, estão relacionados à possibilidade de participação plena na vida em sociedade, com liberdade e possibilidade de expressão. Entre eles consideramos o Direito à Igualdade e Diversidade e o Direito à Participação Social e Eleitoral.

DIREITO À IGUALDADE E À DIVERSIDADE

Considerando que a existência de tratamentos discriminatórios e situações de desigualdade ou inequidade caracterizam violações dos Direitos Civis e Políticos, para a área do Incid, no que diz respeito ao “Direito à Igualdade e à Diversidade”, foram construídos indicadores que, através das diferentes dimensões da cidadania, medem a igualdade de acesso aos direitos e o reconhecimento e respeito à diferença, fundamentais à plena participação na vida em sociedade.

Na dimensão da Cidadania Viva, os indicadores propostos aferem as condições de igualdade de gênero em questões relativas ao mercado de trabalho e a equidade racial no tocante ao acesso à vida segura e à permanência dos jovens na escola. Na dimensão da Cidadania Garantida, o indicador utilizado informa a prioridade dada pela gestão educacional, em

cada município, à qualificação dos profissionais da educação para o trato da diversidade na escola. Na dimensão da Cidadania Percebida, o direito à igualdade e à diversidade é verificado em indicadores que analisam a percepção da igualdade de acesso às condições básicas de vida (incluindo um meio ambiente de qualidade) e a igualdade de tratamento e respeito às diferenças de uma maneira ampla, relativas tanto às situações vivenciadas pelos entrevistados como também às suas percepções sobre as situações vivenciadas por outrem. Na Cidadania em Ação, busca-se construir um cenário sobre as organizações e ações da sociedade em prol da igualdade de gênero e igualdade racial nos municípios do Incid.

Analisando mais detidamente os dados, observamos que, do conjunto de municípios do Incid, Niterói se destaca como o município onde o Direito à Igualdade e à Diversidade é mais violado. Dos 11 indicadores propostos para analisar este direito, o município se encontra entre os piores resultados em 8. No outro extremo, encontra-se Casimiro de Abreu com 9 frequências entre os melhores resultados.

No que diz respeito à situação do direito à igualdade de gênero no trabalho, analisados a partir da razão de sexo no acesso às vagas formais de emprego e na razão de sexo na remuneração auferida (analisados os trabalhadores com rendimentos até 1 salário mínimo e com

rendimentos acima de 5 salários mínimos), os dados demonstram que os homens ocupam mais vagas onde os direitos trabalhistas são devidamente assegurados – ou seja, para cada 100 mulheres no mercado de trabalho formal, há 165 homens (Tabela 3). Há predominância de mulheres recebendo até 1 salário mínimo e de homens recebendo mais de 5 salários mínimos em todos os municípios, o que indica claramente a desigualdade de gênero na ocupação das vagas de emprego e a desigualdade salarial entre homens e mulheres (Tabela 2). O município de Itaboraí figura entre os piores resultados em desigualdade de gênero, tanto no que diz respeito à diferença da remuneração auferida entre homens e mulheres, quanto à ocupação dos postos formais de trabalho, onde os homens encontram a melhor situação. Destaca-se que, em Casimiro de Abreu, a mulheres ocupam mais vagas de emprego (para cada 100 mulheres empregadas no mercado formal, há 88 homens).

A situação do direito a igualdade racial na área do Incid, verificada pela “razão de chance” de ocorrência de morte por homicídio, revela que são maiores as chances de morte para a população masculina, negra (cor preta ou parda), acima de 14 anos, do que para a população masculina e branca, da mesma faixa etária, na seguinte proporção: para cada 100 brancos com chance de sofrer homicídio, há 166 negros (Tabela 4). A desigualdade se repete na

“razão de chance” de uma pessoa de cor preta ou parda, com idade entre 15 e 17 anos, estar fora da escola: para cada 100 jovens brancos com chance de estar fora da escola, há 139 jovens negros na mesma situação (Tabela 5). O município de Maricá se destaca pela pior situação de desigualdade racial no acesso à vida segura, onde para cada 100 homens brancos com chance de ser vítima de homicídio, há 293 homens negros. Os indicadores demonstram ainda que os municípios de Niterói, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu apresentam as maiores chances de que as pessoas de 15 a 17 anos que estão fora da escola sejam negras.

Verificamos, na área do Incid, que a garantia de capacitação dos profissionais da educação sobre a temática da diversidade (gênero, raça e etnia e orientação sexual), entendida como esforço municipal de cumprimento da meta de número 10 do Plano Nacional de Educação, somente foi realizada abordando os três assuntos em 5 dos 14 municípios: Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Maricá, Niterói e São Gonçalo. Três municípios realizaram capacitação, abordando 1 ou 2 assuntos, e 6 municípios não realizaram capacitações sobre as temáticas citadas (Tabela 6).

Com relação à percepção acerca dos Direitos Cívicos e Políticos, analisados sob a ótica do direito à Igualdade e à Diversidade, é curioso notar que, na área do Incid, a percepção de

inexistência de discriminação com relação a si próprio em função das cinco razões inquiridas – raça/cor da pele, classe social, religião, gênero e opção sexual (percepção sobre o direito a diversidade) – atinge a casa de 72,2%. No entanto, abordada a percepção acerca da ocorrência de tratamentos discriminatórios que impeçam o acesso a direitos (percepção do respeito à diversidade), menos da metade (46,3%) dos entrevistados afirmam haver respeito à diversidade, abordado o conjunto das mesmas razões mencionadas acima. Tanto no indicador “Direito à Diversidade” (Gráfico 28) quanto no indicador “Respeito à Diversidade” (Gráfico 29), Niterói, Teresópolis e São Gonçalo apresentam os piores resultados e figuram abaixo da média da área do Incid. Destacamos que no indicador “Respeito à Diversidade” os índices variam de 42,0% em Teresópolis a 59,2% em Silva Jardim, indicando uma alta percepção de violação – ou seja, da ocorrência de tratamentos discriminatórios.

Para o conjunto dos municípios do Incid, quando verificada a percepção sobre a igualdade de condições de vida e de tratamento (percepção sobre igualdade na diversidade) o percentual se mantém. A média da área do Incid, que é ponderada segundo o porte populacional dos diferentes municípios, é de 41,3%. Niterói e Teresópolis permanecem entre as 3 piores avaliações, completados por Itaboraí (Gráfico 30). Nota-se neste indicador também uma alta percepção de violação do direito à

diversidade, visto que as respostas variam de 38,2% em Niterói a 55,7% em Casimiro de Abreu, sendo este o único município onde a percepção de haver igualdade na diversidade ultrapassa um pouco a casa dos 50%.

Na área do Incid, fica em 44,3% a avaliação sobre a “igualdade de direito ao meio ambiente” (à água limpa, ao ar limpo e a espaços públicos de qualidade) abordada no Indicador: “Percepção sobre igualdade de condições ambientais”. Os municípios que percebem menor igualdade de condições ambientais são Nova Friburgo (32,5%), Niterói (35%) e Cachoeiras de Macacu (39,9%). A maior percepção de igualdade nas condições ambientais foi apresentada por Casimiro de Abreu (67,1%). Ainda assim, cerca de um terço percebe a existência de desigualdade nas condições ambientais (Gráfico 31).

Ao analisar o bloco acima, ressaltamos que os índices indicam uma alta percepção de violação do direito à Igualdade e à diversidade, passando dos 50% em quase todos os indicadores, com exceção das respostas de percepção relativas ao próprio entrevistado, onde a violação deste direito é percebida em 26,2% das respostas.

Por fim, os indicadores que medem a percepção sobre a diferença e saúde e a diferença e educação, baseados em uma combinação das respostas “Me atende, mas não atende o outro”, “Me atende e atende ao outro”, “Não me atende, mas atende ao outro”, “Não me atende e não atende ao outro”, demonstram que há uma



clara percepção de violação do acesso a estes direitos na área do Incid. Com relação à Saúde, 54,7% percebem que não atende a si e aos outros. Na educação, o índice é de 35,3%. No entanto, com relação à desigualdade de acesso a estes serviços básicos, verificamos na área do Incid um percentual de 27,3% e de 39% referentes a conjugação das respostas “Me atende mas não atende o outro” e “Não me atende mas atende ao outro”, nos serviços de atendimento à saúde e à educação respectivamente (Gráficos 32 e 33). Maricá se destaca como o município que percebe a maior diferença no atendimento à Educação

e terceiro na percepção de diferenças no atendimento à Saúde.

O objetivo do Sistema de Indicadores da Cidadania é construir uma análise abrangente que permita avaliar a situação de cidadania nos 14 municípios do Incid, conferindo visibilidade a situações de desigualdade e de exclusão em uma região que passa por transformações decorrentes do processo de industrialização e urbanização. Desta forma, apontar indícios de violações de direitos torna-se fundamental para fortalecer a mobilização social e contribuir na busca da sustentabilidade socioambiental dos territórios em questão.

TABELA 2_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REMUNERAÇÃO

QUANTIDADE DE HOMENS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO PARA CADA 100 MULHERES NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO, EM CADA UMA DESTAS FAIXAS SALARIAIS

FONTES: MINISTÉRIO DO TRABALHO – RAIS/CAGED – 2010

PARA TRABALHADORES COM RENDIMENTOS DE ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO		PARA TRABALHADORES COM RENDIMENTOS ACIMA DE 5 SALÁRIOS MÍNIMOS	
ESTADO RJ	62	ESTADO RJ	150
SILVA JARDIM	75	MAGÉ	290
TANGUÁ	70	SÃO GONÇALO	270
CACHOEIRAS DE MACACU	69	ITABORAÍ	270
RIO BONITO	69	GUAPIMIRIM	250
SAQUAREMA	68	CACHOEIRAS DE MACACU	230
MAGÉ	66	CASIMIRO DE ABREU	230
GUAPIMIRIM	65	RIO BONITO	230
TERESÓPOLIS	65	SILVA JARDIM	230
NOVA FRIBURGO	64	MARICÁ	210
ITABORAÍ	63	SAQUAREMA	210
CASIMIRO DE ABREU	62	NOVA FRIBURGO	180
NITERÓI	61	TERESÓPOLIS	160
MARICÁ	59	NITERÓI	130
SÃO GONÇALO	58	TANGUÁ	130

VALORES > 100

indicam mais homens ocupando cargos nesta faixa salarial.

VALORES = 100

indicam igualdade de homens e mulheres ocupando cargos nestas faixas salariais.

VALORES < 100

indicam mais mulheres ocupando cargos nesta faixa salarial.

TABELA 3_CIDADANIA VIVIDA

SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AO EMPREGO

QUANTIDADE DE HOMENS NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO PARA CADA 100 MULHERES NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO

FONTES: MINISTÉRIO DO TRABALHO – RAIS/CAGED – 2010

ESTADO RJ	152
ÁREA DO INCID	165
ITABORAÍ	230
TANGUÁ	210
SÃO GONÇALO	193
NITERÓI	170
SAQUAREMA	170
RIO BONITO	165
MAGÉ	150
CACHOEIRAS DE MACACU	147
TERESÓPOLIS	143
SILVA JARDIM	138
GUAPIMIRIM	137
MARICÁ	132
NOVA FRIBURGO	117
CASIMIRO DE ABREU	88

VALORES > 100

indicam maior presença de homens no mercado de trabalho.

VALORES = 100

indicam igualdade de homens e mulheres no mercado formal de trabalho

VALORES < 100

indicam maior presença de mulheres no mercado de trabalho.

TABELA 4_CIDADANIA VIVIDA**SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE RACIAL
NO ACESSO À VIDA SEGURA**

QUANTIDADE PROVÁVEL DE MORTES POR HOMICÍDIO ENTRE PRETOS E PARDOS PARA CADA 100 BRANCOS COM CHANCE DE MORTE POR HOMICÍDIOS

FUNTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO – RAIS/CAGED, 2010

ESTADO DO RJ	196
ÁREA DO INCID	166
MARICÁ	293
NOVA FRIBURGO	220
MAGÉ	208
ITABORAÍ	166
SÃO GONÇALO	163
NITERÓI	122
TERESÓPOLIS	121
SILVA JARDIM	100
TANGUÁ	100
CACHOEIRAS DE MACACU	100
CASIMIRO DE ABREU	100
SAQUARE MA	93
GUAPIMIRIM	44
RIO BONITO	32

VALORES > 100

indicam que a ocorrência de mortes por homicídio é mais provável de ocorrer na população preta e parda.

VALORES = 100

indicam que a ocorrência de mortes por homicídio é igualmente provável de ocorrer nos dois grupos.

VALORES < 100

indicam que a ocorrência de mortes por homicídio é mais provável de ocorrer na população branca.

TABELA 5_CIDADANIA VIVIDA**SITUAÇÃO DE DESIGUALDADE RACIAL
NA PERMANÊNCIA DOS JOVENS NA ESCOLA**

QUANTIDADE DE JOVENS PRETOS E PARDOS COM IDADE ENTRE 15 E 17 ANOS COM CHANCE DE ESTAREM FORA DA ESCOLA PARA CADA 100 JOVENS BRANCOS NA MESMA FAIXA DE IDADE COM CHANCE DE ESTAREM FORA DA ESCOLA

FUNTE: IBGE – CENSO DEMOGRÁFICO

ESTADO RJ	147
ÁREA DO INCID	139
CACHOEIRAS DE MACACU	206
NITERÓI	206
TERESÓPOLIS	202
SILVA JARDIM	179
NOVA FRIBURGO	177
MAGÉ	176
SÃO GONÇALO	135
MARICÁ	126
SAQUAREMA	104
RIO BONITO	98
ITABORAÍ	86
GUAPIMIRIM	85
TANGUÁ	74
CASIMIRO DE ABREU	73

VALORES > 100

indicam chance maior de jovens pretos e pardos estarem fora da escola.

VALORES = 100

indicam que há chances iguais de pretos/pardos e brancos estarem fora da escola.

VALORES < 100

indicam chance maior de jovens brancos estarem fora da escola.

TABELA 6_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES PARA A DIVERSIDADE

EXISTÊNCIA DE CAPACITAÇÃO DE DOCENTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O TRATO DAS TEMÁTICAS RAÇA/ETNIA, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL (2009)

FONTE: MUNIC/IBGE,2009

	GÊNERO	RAÇA/ETNIA	ORIENTAÇÃO SEXUAL
CACHOEIRAS DE MACACU	●	●	●
ITABORAÍ	●	●	●
MARICÁ	●	●	●
NITERÓI	●	●	●
SÃO GONÇALO	●	●	●
TANGUÁ	●	●	-
MAGÉ	●	-	-
TERESÓPOLIS	-	-	●
CASIMIRO DE ABREU	-	-	-
GUAPIMIRIM	-	-	-
NOVA FRIBURGO	-	-	-
RIO BONITO	-	-	-
SAQUAREMA	-	-	-
SILVA JARDIM	-	-	-

GRÁFICO 28_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À DIVERSIDADE

PESSOAS QUE ACREDITAM NUNCA TEREM SIDO TRATADAS DE FORMA DISCRIMINATÓRIA (2012) (%)*

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

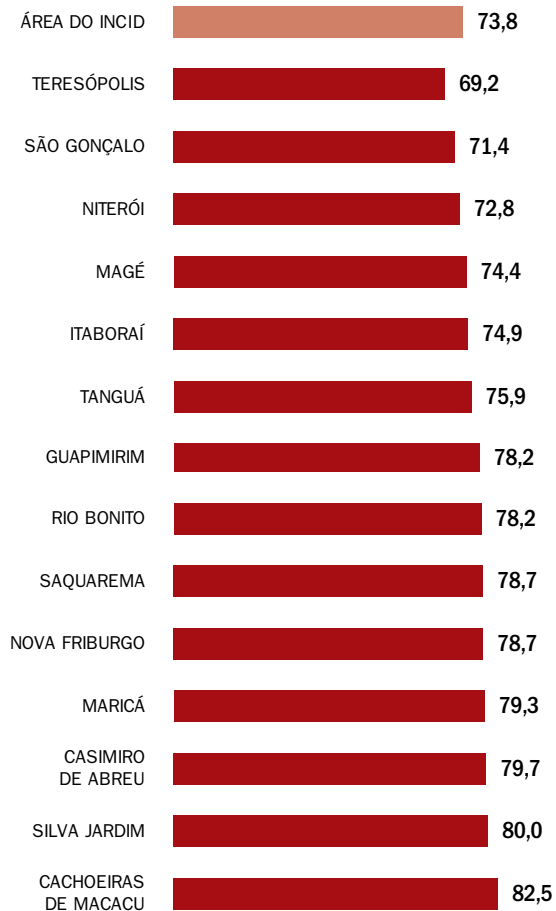
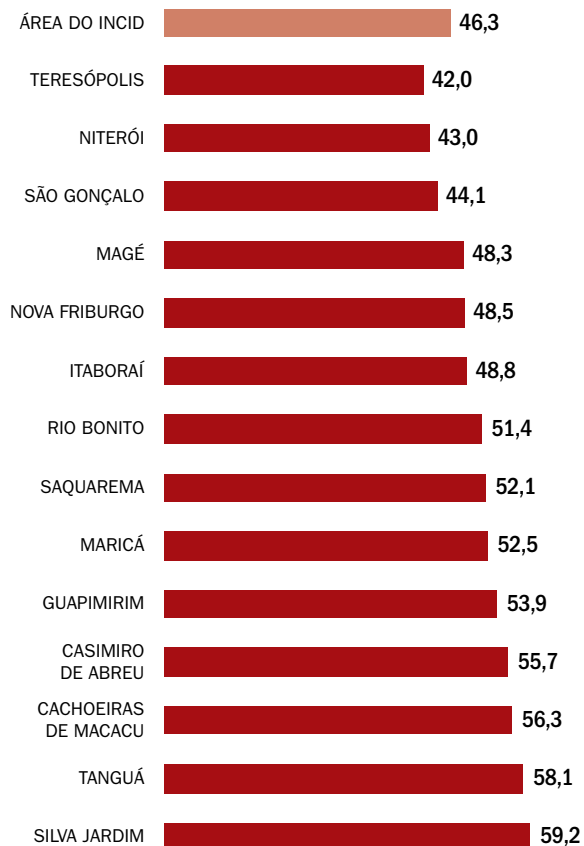


GRÁFICO 29_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE RESPEITO À DIVERSIDADE

PESSOAS QUE PERCEBEM QUE NÃO EXISTE TRATAMENTO DISCRIMINATÓRIO POR RAÇA/COR DA PELE, CLASSE SOCIAL, RELIGIÃO, GÊNERO OU OPÇÃO SEXUAL NO LUGAR ONDE MORAM (2012) (MÉDIA)*

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 30_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE IGUALDADE NA DIVERSIDADE

PESSOAS QUE ACREDITAM NÃO EXISTIR DIFERENÇAS DE CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRATAMENTO ENTRE PESSOAS NO LUGAR ONDE MORAM (2012) (MÉDIA)*

FONTES: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

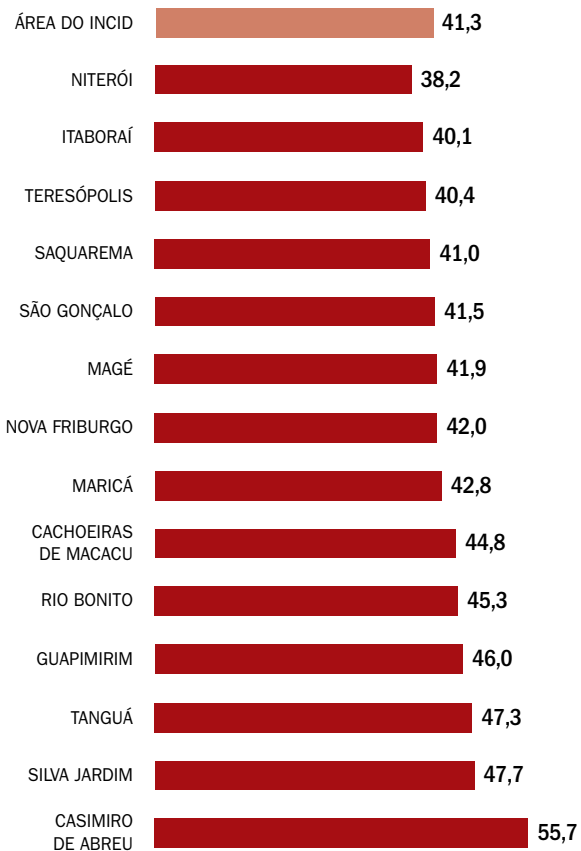
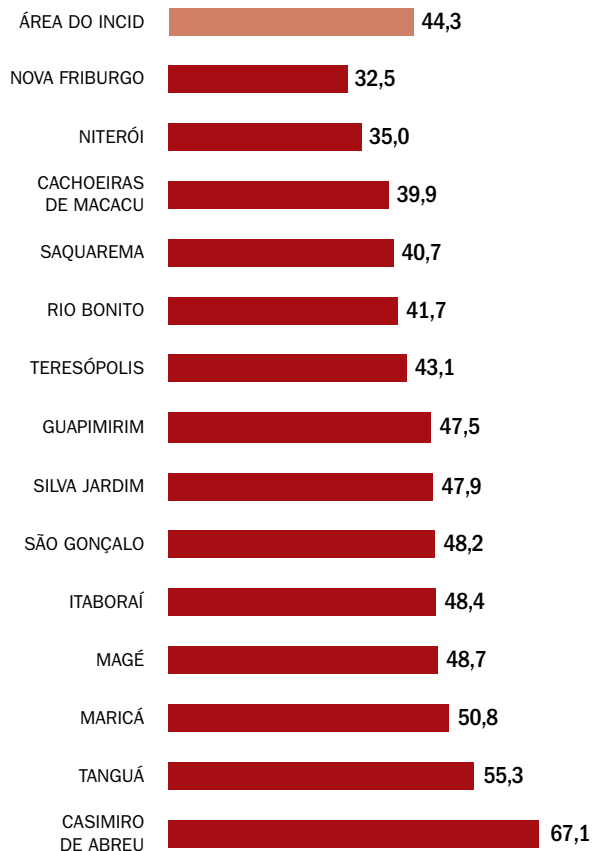


GRÁFICO 31_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE IGUALDADE DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS

PESSOAS QUE ACREDITAM QUE HÁ IGUALDADE DE CONDIÇÕES NO ACESSO À AGUÁ E AO AR LIMPOS E A ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADES (2012) (%)*

FONTES: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 32_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE

DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO SOBRE O ACESSO DE SI MESMO E DE OUTRAS PESSOAS, DO “LUGAR ONDE MORA”, AOS SERVIÇOS DE SAÚDE (2012) (%)*

FONTE: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

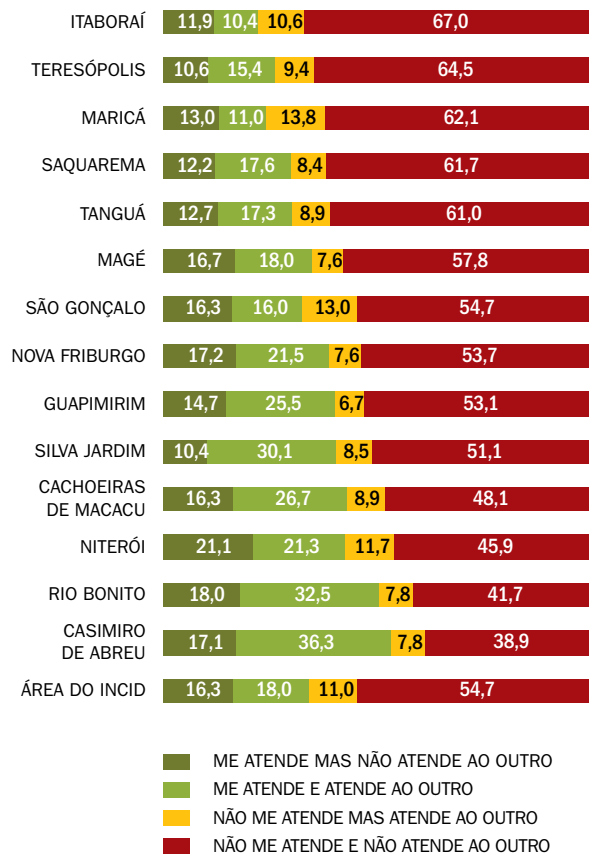
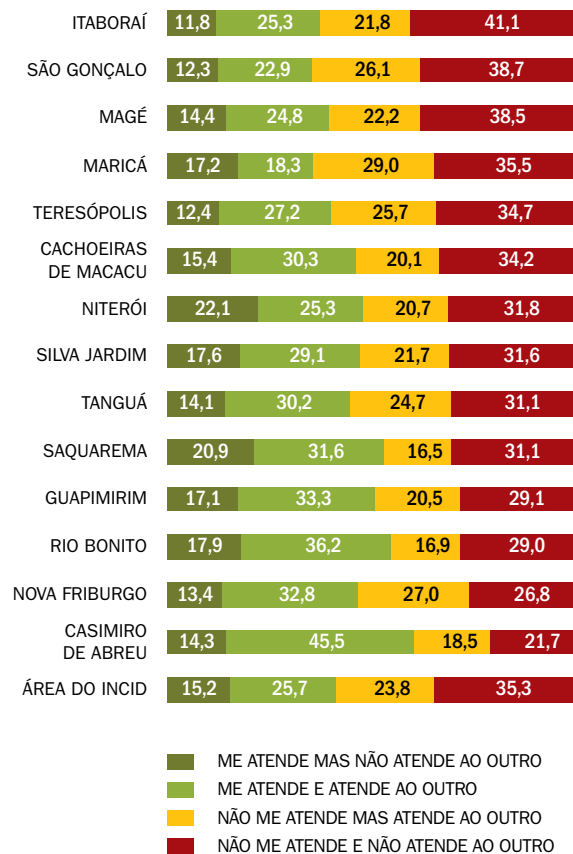


GRÁFICO 33_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO

DIFERENÇAS NA PERCEPÇÃO SOBRE O ACESSO DE SI MESMO E DE OUTRAS PESSOAS, DO “LUGAR ONDE MORA” SOBRE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO (2012) (%)*

FONTE: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

DIREITO À PARTICIPAÇÃO

Para a área do Incid, o Direito à Participação foi avaliado com diferentes indicadores que conjugam aspectos da democracia representativa e da democracia participativa, através da análise de canais consolidados de participação social (conselhos) e da abordagem de aspectos mais gerais relacionados à percepção acerca da efetividade e credibilidade da participação da sociedade para a transformação de aspectos da vida social. Esta opção parte do pressuposto de que a participação é uma conquista e um direito de cidadania, meio pelo qual uma governabilidade mais democrática é alcançada.

Na dimensão da Cidadania Garantida o Indicador mede o esforço municipal de institucionalização de conselhos, entendido como abertura de canais de participação na formulação e gestão das políticas públicas municipais. Na dimensão da Cidadania Percebida, os indicadores aferem a percepção sobre as possibilidades de mudanças através da participação em três áreas: meio ambiente, educação e saúde, além da percepção acerca da possibilidade de mudança social e de garantias de direitos a partir da participação. Na dimensão da Cidadania em Ação, os indicadores informam acerca da participação social nos processos eleitorais e analisam a participação nos Conselhos.

No que diz respeito à garantia de existência de Conselhos na gestão das Políticas Públicas, foi pesquisada a existência de 23 Conselhos, a saber: Assistência Social, Saúde, Educação, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Criança e Adolescente, Conselho Tutelar, Meio Ambiente, Segurança Pública, Política Urbana (Desenvolvimento Urbano, da cidade ou similar), Cultura, Esporte, Habitação, Transporte, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial (ou similar), Juventude, Idoso, Pessoa com Deficiência, LGBT, Mulher, Turismo, Anti-Drogas e Segurança Alimentar. Destes, os seis primeiros são obrigatórios a todos os municípios, definidos assim por seus marcos regulatórios de âmbito federal. No entanto, como cabe às Prefeituras Municipais a criação, instalação, realização de eleições e demais trâmites administrativos para o funcionamento dos Conselhos, os obrigatórios foram contabilizados também como esforço do poder público local, para dar consequência prática aos princípios da democracia participativa previstos na Constituição. Verificamos que São Gonçalo é o município que mais criou Conselhos em suas gestões municipais, com um total de 19 conselhos funcionando em 2012, seguidos de Nova Friburgo (18 conselhos), Tanguá e Niterói (com 17 conselhos) - Gráfico 34. Podemos constatar ainda que Saquarema é o município

que menos criou conselhos municipais, com apenas 11 conselhos e, destes, apenas 4 conselhos não obrigatórios institucionalizados.

Na área do Incid, de uma maneira geral, é elevada a percepção de que o exercício do direito à participação pode contribuir para a ampliação da cidadania. O campo que apresenta a maior percepção de que as pessoas comuns (que não são ligadas ao governo) podem contribuir para mudanças positivas é o meio ambiente, onde 83,2% acreditam que as pessoas podem fazer alguma coisa para melhorar o meio ambiente em geral. No campo da Educação, este percentual diminui para 71,7% e, no que diz respeito à Saúde, tal percepção, no conjunto dos municípios, fica em 62,2%.

Nas três temáticas abordadas (saúde, educação e meio ambiente), dois municípios se destacam com os maiores percentuais de percepção de que é possível melhorar as condições de vida através da participação dos cidadãos: Nova Friburgo e Niterói, figurando entre os três melhores resultados nas três temáticas citadas (Gráficos 35, 36 e 37). Ressaltando que Nova Friburgo possui o maior percentual nas três. Convém chamar a atenção também para o fato de que, com relação a participação e meio ambiente, os percentuais de pessoas que acreditam que podem mudar a condição de vida a partir da participação variam de 80,7% em São Gonçalo a 89,4% em Nova Friburgo.



Treinamento da equipe de campo da Cidadania Percebida
Colégio Assunção – Rio de Janeiro – Março de 2012

FOTO: FRANCISCO VALDEAN_IMAGENS DO POVO

Este é um dado importante do ponto de vista da cidadania e da democracia, por revelar que, na área do Incid, é propício o ambiente para mobilizar a participação cidadã.

Ainda na dimensão da Cidadania Percebida, a perspectiva de influir na garantia de direitos (à saúde, à educação, ao meio ambiente e à diversidade) varia de 67,6% em Itaboraí a 77,3% em Nova Friburgo (Gráfico 38). Já a percepção de que é possível influir na mudança para melhor da sociedade é bastante elevada, variando de 90,9% em São Gonçalo a 97% em Guapimirim (Gráfico 39). Estes dois indicadores consideram transversalmente o recorte de gênero, raça/cor, a temática geracional (incluindo idosos e jovens) e renda, aferindo a participação também sob o ponto de vista da Igualdade e Diversidade para o total da área em estudo (sem considerar as diferenças entre municípios). Suas análises indicam que quase não há diferença de percepção sobre a possibilidade de influência entre homens e mulheres nos dois indicadores. No entanto as pessoas que se declararam brancas têm uma expectativa mais positiva quanto à participação na garantia dos direitos em relação aos outros grupos populacionais de raça/cor. A diferença racial não se revela na percepção sobre a participação e mudança social. Já no tocante à renda os dois indicadores apontam que, quan-

to maior a renda, mais positiva é a percepção acerca da possibilidade de mudanças a partir da participação. No que diz respeito às análises segundo os grupos por idade, os indicadores demonstram que os mais jovens possuem maior expectativa sobre a possibilidade de influência a partir da participação, ao passo que os idosos possuem uma percepção mais negativa acerca, tanto da possibilidade de garantia de direitos, quanto da possibilidade de mudanças sociais decorrentes da participação.

Na dimensão da Cidadania em Ação, com relação a eleições, dados do Tribunal Superior Eleitoral mostram que o número de eleitores cadastrados na área do Incid que compareceram às urnas no primeiro turno para votar em 2010 corresponde a 83,7% da população de votantes (Gráfico 40). O que revela que 16,3% dos eleitores cadastrados não exerceram o direito nem cumpriram o dever de participar do processo eleitoral. Com relação ao voto facultativo de jovens (16 e 17 anos), os dados demonstram um movimento maior dos jovens para alistamento eleitoral para as eleições estaduais e federais do que para as eleições municipais. Por fim, ressaltamos que no conjunto dos municípios do Incid, para as eleições de 2010 (eleições estadual e federal), percebe-se uma variação de comparecimento da população de eleitores

por municípios que vai do menor resultado em Saquarema (77,4%) ao maior resultado de comparecimento às urnas encontrado em Niterói (86%).

O objetivo do Sistema de Indicadores da Cidadania é construir indicadores que permitam uma leitura da realidade possível de ser apropriada pela sociedade civil organizada, que possa vir a fortalecer as suas lutas em cada um dos municípios trabalhados. Desta forma, apontamos a pertinência de indicadores que meçam sob vários aspectos a participação (considerada no âmbito dos direitos civis e políticos), no sentido de aportar elementos para a garantia e ampliação dos espaços de participação, fundamentais para a radicalização da democracia.

GRÁFICO 34_CIDADANIA GARANTIDA

GARANTIA DE EXISTÊNCIA DE CONSELHOS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

NÚMERO DE CONSELHOS POR MUNICÍPIO (2012)

FONTE: IBASE – LEVANTAMENTO 2012

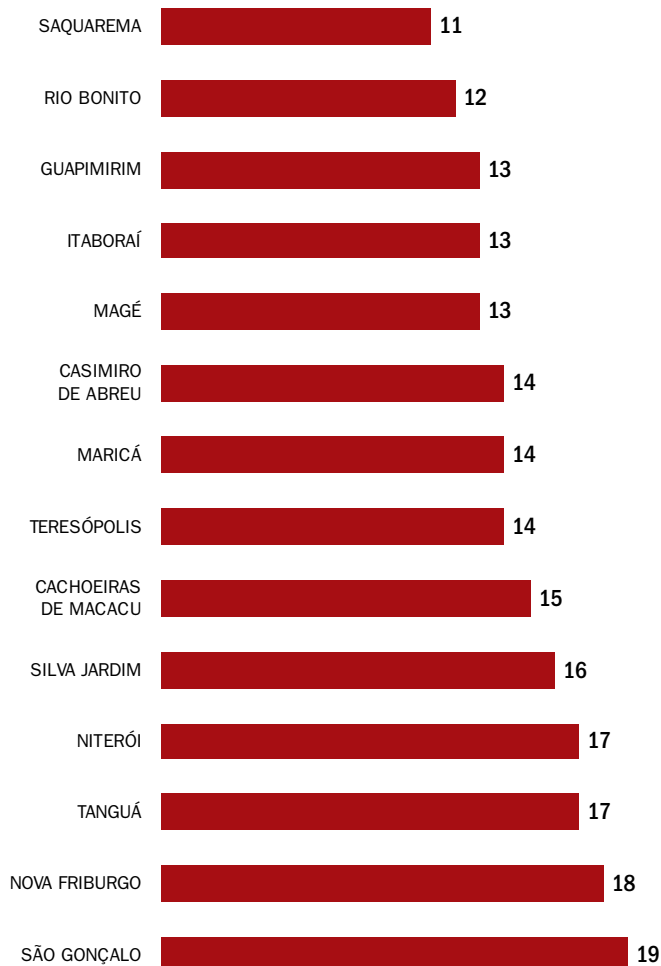


GRÁFICO 35_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MEIO AMBIENTE

PESSOAS QUE ACREDITAM QUE É POSSÍVEL MUDAR PARA MELHOR AS CONDIÇÕES AMBIENTAIS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS (2012) (%)*

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

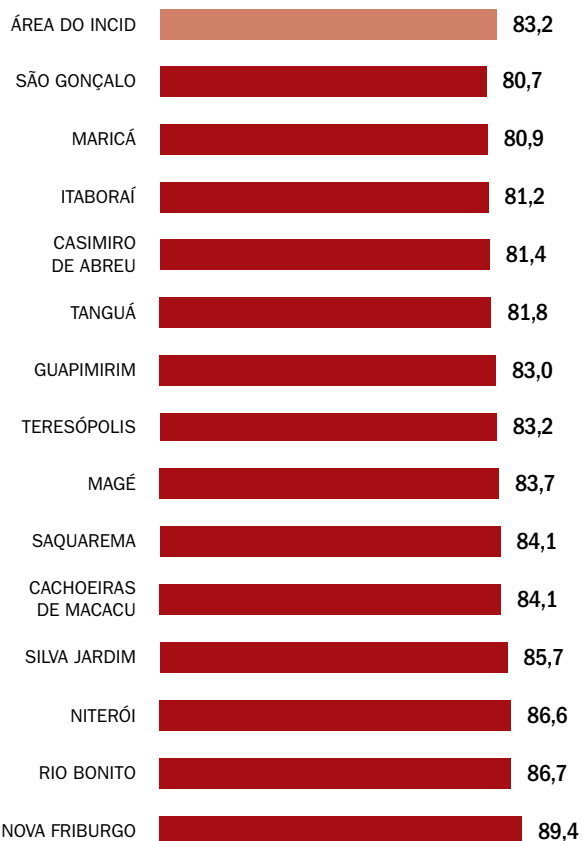
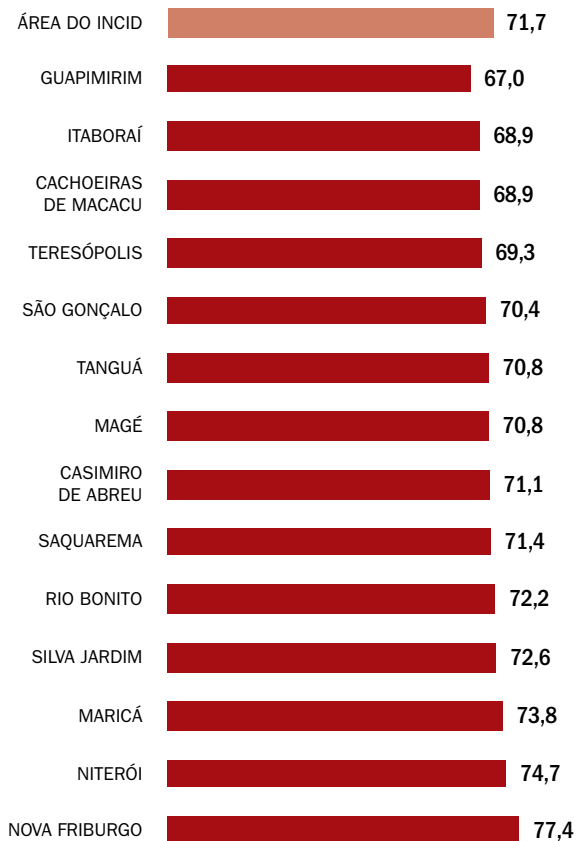


GRÁFICO 36_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO

PERCEPÇÕES DE QUE PESSOAS COMUNS, QUE NÃO SÃO LIGADAS AO GOVERNO, PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORAR A EDUCAÇÃO (2012) (%)*

FONTE: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 37_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E SAÚDE

PERCEPÇÕES DE QUE PESSOAS COMUNS, QUE NÃO SÃO LIGADAS AO GOVERNO, PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORAR A SAÚDE (2012) (%)*

FORNTE: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA

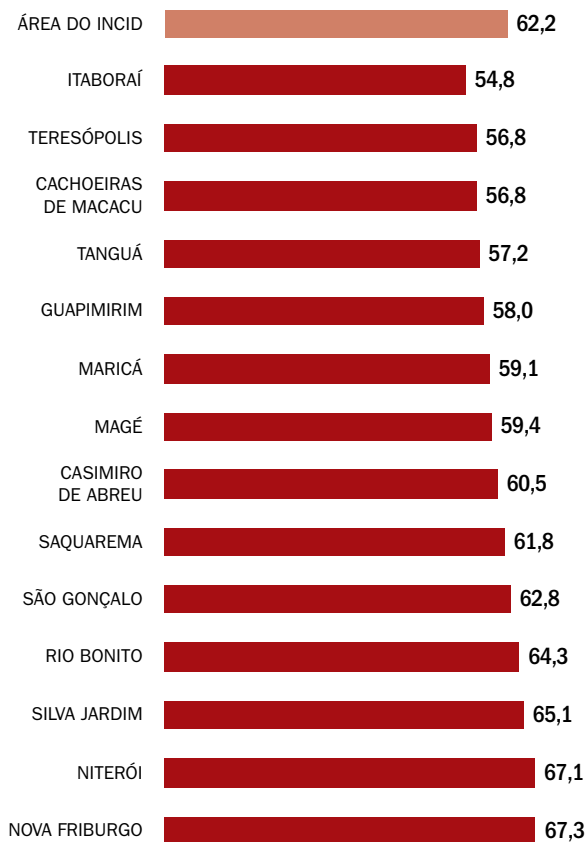
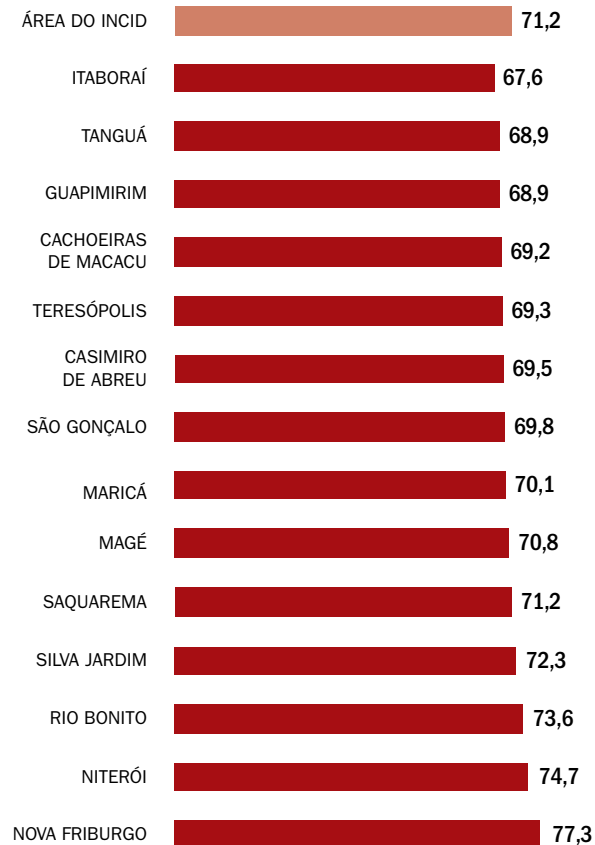


GRÁFICO 38_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS

PERCEPÇÕES DE QUE PESSOAS COMUNS, QUE NÃO SÃO LIGADAS AO GOVERNO, PODEM CONTRIBUIR PARA MELHORAR A SAÚDE (2012) (%)*

FORNTE: IBASE - PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



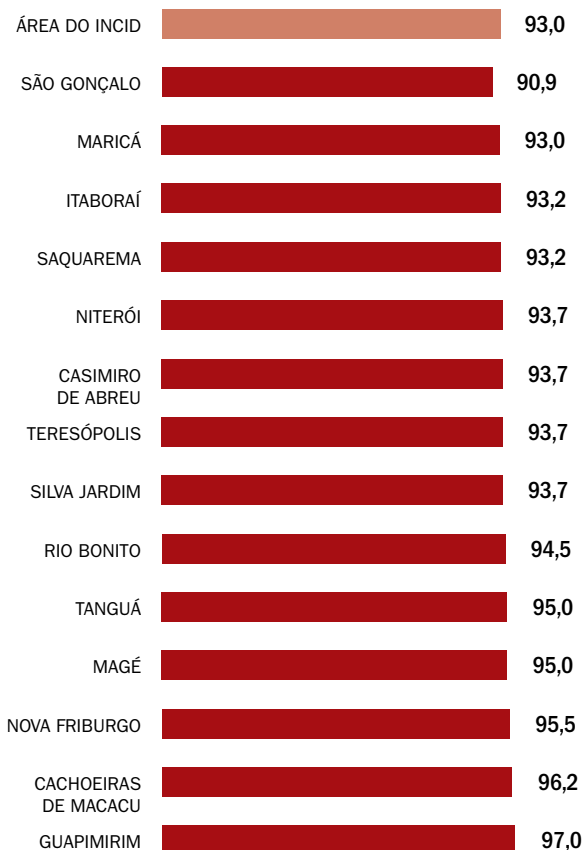
* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 39_CIDADANIA PERCEBIDA

PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL

PESSOAS QUE ACREDITAM PODER INFLUENCIAR NA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO (2012) (%)*

FONTE: IBASE – PESQUISA CIDADANIA PERCEBIDA



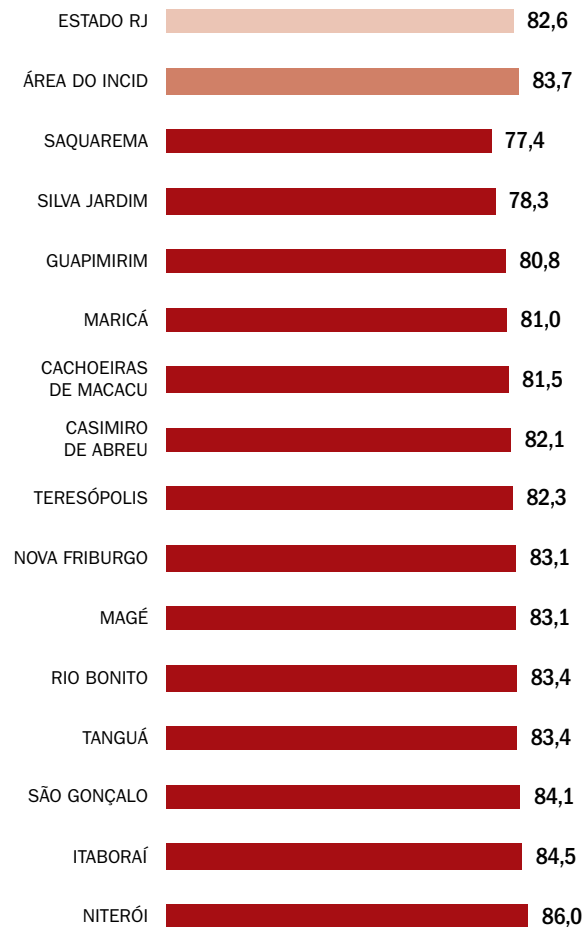
* OBSERVAÇÃO: O valor atribuído à percepção da área do Incid é uma média ponderada que leva em conta a população dos 14 municípios.

GRÁFICO 40_CIDADANIA EM AÇÃO

PARTICIPAÇÃO DA CIDADANIA NO PROCESSO ELEITORAL

ELEITORES APTOS QUE COMPARECERAM AO 1º TURNO DAS ELEIÇÕES (2010) (%)

FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE)



A CIDADANIA E O TERRITÓRIO INDÍCIOS DE VIOLAÇÕES

O SISTEMA DE INDICADORES COMO INSTRUMENTO PARA A CIDADANIA ATIVA NO TERRITÓRIO

A proposta do Ibase de um sistema de indicadores de cidadania vem carregada de intencionalidade. Trata-se de um modo de avaliar o estado da cidadania, em determinado território, com base em direitos, visando a sua promoção. Ou seja, em última análise, trata-se de indicadores para a ação, com capacidade de fomentar a Cidadania Ativa para mudar sua própria situação e conquistar mais democracia no seu território. Porém, a intencionalidade de que está imbuído o Sistema de Indicadores depende de sua apropriação e uso pelos cidadãos e cidadãs que vivem a situação avaliada.

Visando potencializar a dimensão de Sistema de Indicadores para a ação da cidadania, o Ibase não se limita a apurá-los e disponibilizá-los para consulta e uso. Organiza diálogos e toma posição a respeito do que revelam os indicadores. Assim, como organização de cidadania ativa, com a sua trajetória de luta por direitos, promoção da cidadania e da democracia, o Ibase quer usar o Sistema de Indicadores de Cidadania para

potencializar a sua própria ação como ator político-cultural, do local ao mundial.

Aqui se faz necessário ressaltar que os indicadores sempre são construções, com fundamentos teóricos e metodológicos, que trabalham com escolha e ordenamento de dados produzidos sobre a realidade social. Os indicadores dependem dos dados já disponíveis e/ou produzidos e do modo como são construídos. Sempre podem ser aperfeiçoados e novos indicadores podem ser acrescentados. No caso do Incid, este é o primeiro esforço de transformar uma proposta teórico-metodológica em uma avaliação de fato de uma realidade dada. É apenas o começo de construção de um sistema de indicadores como tal. Isto não invalida o seu uso, pelo contrário, permite mostrar as potencialidades que contém e por onde avançar para aperfeiçoá-lo e completá-lo. Levando em conta o que se disse acima sobre os indicadores de cidadania como indicadores para a ação, o mais importante para o Ibase é a sua apropriação imediata pela cidadania do território avaliado. Este é o sentido da reflexão que se faz aqui, apostando que a cidadania da área do Incid vai ajudar a desenvolver o Sistema de Indicadores, usando-o como instrumento de sua própria ação cidadã no território que é seu bem comum.

Os indicadores são construídos a partir de definições teóricas e metodológicas para gerar uma distribuição contínua e constante,

numa escala de avaliação. Trata-se de algo que pode ser aplicável a todo o conjunto avaliado e a diferentes conjuntos para comparações, segundo critérios (as definições feitas) que explicam o processo percorrido na escolha do dado e na sua transformação em indicador. Seguindo este caminho, as apurações podem ser repetidas e replicadas. Podem captar diferenças dentro de territórios e entre territórios. Permitem ainda comparações no mesmo tempo histórico e em tempo diferentes, basta que sejam reavaliados.

A cidadania da área avaliada aparece multifacetada por processos no tempo histórico e no espaço organizado. Os indicadores conseguem captar tanto extremos quanto nuances de violações e desigualdades, nos quatro painéis. No estágio em que está o projeto, são escolhidos, em cada conjunto, os indicadores mais consistentes e potencialmente explicativos da situação de cidadania avaliada no território do Incid.

VIOLAÇÕES E DESIGUALDADES REVELADAS

Um primeiro aspecto a destacar diante dos indicadores é o nível de violação de direitos de cidadania. Este é um aspecto fundamental, que extrapola a construção dos

indicadores em si, pois implica em tomada de posição cidadã e política diante da realidade que está sendo captada. Ou seja, diferentes revelações e diferentes leituras são possíveis. Os indicadores são apenas suportes. A tomada de posição é de quem os lê e os usa.

Mas os indicadores precisam ser fecundados politicamente para que se tornem suporte na tomada de posição. Trata-se de apropriá-los com olhar que busca violações, pois em si eles apontam algo de mais para menos ou de menos para mais. Isto que aqui se define como fecundação política é um convite para usar os indicadores de cidadania como instrumentos de luta. Importa sublinhar que não existe uma linha absoluta de violação, pois ela depende do contexto. Como diz Gramsci, uma coisa é passar fome onde não há comida, outra é passar fome em meio à abundância. As violações de direitos – como olhar – têm por trás posicionamento ético, político e tomada de posição sobre possibilidades ligadas ao estado geral da sociedade que abarca a situação avaliada. Ou seja, o indicador não define a violação. A violação é uma escolha de quem lê os resultados gerados pelos indicadores.

Dito isto, a partir do Sistema de Indicadores de Cidadania avaliado na área do Incid e das razões que movem o Ibase como ator de Cidadania Ativa, são aqui destacados indícios

de algumas violações de direitos de cidadania inaceitáveis para o tempo histórico – segunda década do século XXI – e para a população do território analisado – os 14 municípios avaliados, sob influência do Comperj, parte integrante do Rio de Janeiro, no Brasil po-

tência emergente. Mas, não nos limitamos ao painel de Cidadania Viva. Procuramos ver o “estado da violação” de direitos através de diferentes painéis, percorrendo o conjunto de direitos coletivos, direitos sociais e econômicos, direitos civis e políticos:

INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DE ALGUNS DIREITOS COLETIVOS		
DIMENSÕES DA CIDADANIA	DIREITO À CIDADE	DIREITOS AMBIENTAIS
VIVIDA	<ul style="list-style-type: none"> 6,6% do total da população total vivendo em aglomerados subnormais, atingindo 16,4% em Niterói e 25,6% em Teresópolis (Indicador “Situação de moradores em locais precários”) 12,6% do total da população urbana vivendo com esgoto a céu aberto. Esta violação do direito à cidade atinge 19,1% da população em São Gonçalo e 21,3% em Itaboraí (Indicador “Situação da qualidade dos espaços públicos”) 	<ul style="list-style-type: none"> 8% do total da população sem acesso adequado à água, sendo 14% em Magé e 16% em Teresópolis (Indicador “Situação do acesso à água”) 21,9% do total sem esgotamento sanitário adequado. Em Guapimirim, Teresópolis, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu, Maricá, Magé e Silva Jardim mais de 30% estão nesta situação, chegando a 40% ou mais em Tanguá e Saquarema (Indicador “Situação do esgotamento sanitário”)
GARANTIDA	<ul style="list-style-type: none"> Não foi possível criar indicador a respeito do esforço das políticas públicas em garantir este direito por falta de transparência do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> Os investimentos em meio ambiente pelo governo municipal revelam grande desigualdade de tratamento dado a esta questão nos diferentes municípios (Indicador “Garantia de investimento no meio ambiente”)
PERCEBIDA	<ul style="list-style-type: none"> Somente 45,4% do total da população adulta da área acham que o direito a espaços públicos de qualidade é respeitado (Indicador “Percepção sobre o direito a espaços públicos de qualidade”) 	<ul style="list-style-type: none"> Somente pouco mais da metade (52,8%) da população adulta da área acha que tem direito ao ar puro respeitado. Tal percepção é ainda menor em Niterói (38,3%) e em São Gonçalo (39,3%) (Indicador “Percepção sobre o direito ao ar limpo”) Em Maricá, só 32,4% da população adulta considera que seu direito à água limpa é assegurado (Indicador “Percepção sobre o direito à água limpa”)
EM AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Ainda não apurado 	<ul style="list-style-type: none"> Ainda não apurado

INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DE ALGUNS DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS

DIMENSÕES DA CIDADANIA	DIREITO À SAÚDE	DIREITO À EDUCAÇÃO
VIVIDA	<ul style="list-style-type: none"> Na área do Incid, de cada 100 crianças que nascem mais de 8, em média, apresentam baixo peso (Indicador “Situação do direito à saúde”) 	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 12% de jovens de 15 a 17 anos não frequentam escola na área do Incid, chegando a mais de 16% em Guapimirim e mais de 17% em Teresópolis (Indicador “Situação da permanência de jovens na escola”)
GARANTIDA	<ul style="list-style-type: none"> Com exceção de Silva Jardim, está longe de ser universal a garantida de Atenção Básica em Saúde, pois na média de toda área, aproximadamente 40% da população está cadastrada, ficando em menos de 30% em Maricá, Niterói e Nova Friburgo (Indicador “Garantia de Atenção Básica”) 	<ul style="list-style-type: none"> O IDEB nos anos iniciais na Rede Pública está abaixo da média do Estado do Rio de Janeiro (4,8) em 10 dos 14 municípios da área, sendo o pior em Magé (3,9)
PERCEBIDA	<ul style="list-style-type: none"> Mais de 60% dos adultos da área do Incid, em média, não consideram o seu direito à saúde atendido e mais de 70% acham que os outros também não são atendidos (Indicadores “Percepção sobre o direito à saúde” e “Percepção sobre inclusão na saúde”) 	<ul style="list-style-type: none"> Quase 60% dos adultos da área, em média, não acham seu direito à educação atendido e em torno de 50% consideram tal direito negado aos outros moradores na sua localidade (Indicadores “Percepção sobre o direito à educação” e “Percepção sobre inclusão na educação”)
EM AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> Ainda não apurado 	<ul style="list-style-type: none"> Ainda não apurado

INDÍCIOS DE VIOLAÇÃO DE ALGUNS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

DIMENSÕES DA CIDADANIA	DIREITO À IGUALDADE E À DIVERSIDADE	DIREITO À PARTICIPAÇÃO
VIVIDA	<ul style="list-style-type: none"> • Discriminação de gênero no emprego: as mulheres da área do Incid têm menores chances de acesso a empregos formais do que os homens, com exceção de Casimiro de Abreu (Indicador “Situação da desigualdade de gênero no acesso ao emprego”) • Discriminação racial: em 8 municípios da área, a probabilidade de jovens negros e negras, de 15 a 17 anos, estar fora da escola é maior do que a de jovens brancos e brancas (Indicador “Situação da desigualdade racial na permanência de jovens na escola”) 	
GARANTIDA	<ul style="list-style-type: none"> • Em 6 municípios não foi garantida nenhuma qualificação dos docentes em diversidades de gênero, raça/etnia, orientação sexual (Indicador “Garantia de qualificação dos docentes para a diversidade”) 	<ul style="list-style-type: none"> • Constatado um tratamento bem desigual pelos governos municipais na garantia de existência de Conselhos de Políticas Públicas, afetando o direito de participação da cidadania local (Indicador “Garantia da existência de conselhos na gestão das políticas públicas”)
PERCEBIDA	<ul style="list-style-type: none"> • Sentir-se discriminado: no conjunto, em torno de 17% (em Cachoeiras de Macacu) a 30% (em Teresópolis) dos adultos já sentiram algum tipo de discriminação (raça/cor, classe social, religião, gênero e opção sexual (Indicador “Percepção sobre o direito à diversidade”) • Percepção de ocorrência de algum tipo de discriminação sobre outros: em torno de 40% (em Silva Jardim) a 58% (em Teresópolis) apontam ocorrências de tais práticas (Indicador “Percepção sobre o respeito à diversidade”) 	
EM AÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não apurado 	<ul style="list-style-type: none"> • Ainda não apurado



Visita a campo em Magé, dia 29 de novembro de 2012 – Projeto Mangue Vivo, distrito Praia de Mauá

DIREITOS DE CIDADANIA E RESPONSABILIDADES DIFERENCIADAS

Para o Ibase, importa avaliar a cidadania em sua dupla face: direitos e responsabilidades. O sistema de indicadores, montado através de painéis que se prestam a diferentes composições, leituras da realidade e tomada de posições, apontam ainda para níveis diferentes onde direitos e responsabilidades se concretizam. Assim, reconhece-se que direitos e responsabilidades em nível de estrutura socioeconômica dada (cidadania vivida), construída pelo passado, são diferentes de direitos e responsabilidades que caracterizam opções de políticas públicas no presente (cidadania garantida). Ainda é outro o nível de direitos e responsabilidades na consciência cidadã (cidadania percebida) e no nível da ação organizada (cidadania em ação).

Os quatro níveis de apuração de indicadores são interdependentes, mesmo sendo possíveis leituras separadas. A importância dos quatro níveis é para definir onde e como incidir para mudar o estado da cidadania apurado e, sobretudo, a quem cabe a responsabilidade. Assim, é difícil mudar a estrutura socioeconômica (cidadania vivida) de um dia

a outro, mas em última análise a qualidade de vida cidadã se reflete nela quando realmente muda. Percepções, por outro lado, não mudam imediatamente a realidade, mas são condições indispensáveis para que a mobilização cidadã (cidadania em ação) seja possível, faça a sua parte e pressione o Estado para políticas que enfrentem violações e mudem a estrutura e prática econômica/mercado, berços das estruturas. Mudanças cidadãs, numa democracia, ocorrem quando o Estado ou o mundo mercantil/empresarial mudaram ou ainda quando os dois mudaram ao mesmo tempo. Agora, eles só mudam se a cidadania o desejar (cidadania percebida) e exercer o seu papel instituinte e constituinte (cidadania em ação).

Uma “revelação” da cidadania integrada, sistêmica, não brota automaticamente do sistema de indicadores. A intencionalidade de quem dele participa deve ser tensionada para isto acontecer. É o que a proposta prevê quando articula produção de indicadores e um trabalho de diálogo cidadão ao longo do processo de produção, diálogo que se inspira na troca de saberes e percepções, com debate cidadão aberto, inspirado na metodologia dialógica da prática de liberdade de Paulo Freire.

**Legitimação,
apropriação e
comunicação
do Incid**

03

O projeto Incid foi concebido para gerar um sistema de indicadores que busca avaliar situações de cidadania ativa em sua diversidade social e territorial, mas sem perder sua dimensão de universalidade, capaz de dar conta do conjunto dos direitos de cidadania (vivida, garantida, percebida e em ação) de um território específico. Em termos políticos, teóricos e metodológicos este é o principal desafio: construir um sistema de indicadores de cidadania consistente, explicativo, de simples utilização e mobilizador, que possa ser apropriado pela própria cidadania ativa e, assim, alimentar a radicalidade da prática democrática local.

O conceito de Cidadania Ativa, base do Sistema Incid, incorpora além das dimensões já explicitadas anteriormente, a liberdade e autonomia para a participação. Participação como indivíduo ou como um grupo organizado da sociedade que se mobiliza, tanto para participar de processos decisórios, quanto para reivindicar direitos. Desta forma, participando, os indivíduos se tornam cidadãos ativos.

O Sistema Incid, legitimado e apropriado pelos grupos sociais ativos, visa se tornar um instrumento útil nas lutas democráticas por cidadania e fortalecedor de uma maior capacidade de participação e incidência qualificada no debate público sobre os desafios e possibilidades que se abrem nos territórios para os diferentes atores sociais que aí vivem. Para isso está

sendo fundamental investir em indicadores que tenham um caráter de mobilização e que façam sentido para a população ali inserida.

Por outro lado, o processo de construção de legitimidade do sistema de indicadores deve contar com o reconhecimento de sua pertinência e confiabilidade. Para isso, além de envolver a participação dos atores sociais do território em questão, submete a criação do sistema ao diálogo permanente com um grupo de especialistas que dá suporte técnico-científico à equipe e com parceiros que lideram e acompanham a iniciativa (representantes da Petrobras, Comperj e Ibase).

Estas premissas ou considerações refletem os caminhos metodológicos escolhidos.

PASSOS METODOLÓGICOS COMBINADOS

Para que a construção do conjunto de indicadores se deixe permear pelos problemas mais emergenciais que envolvem a realidade dos grupos sociais nela inseridos, é preciso que os passos metodológicos a serem perseguidos possam refletir as próprias manifestações destes grupos. O desafio deste processo está sendo apurar a escuta diversificada que considere os diferentes interesses e condições de vida dos grupos envolvidos.

Mais do que um conjunto de métodos ou técnicas para promover a legitimação, apropria-

ção e divulgação do Sistema Incid pelos atores estratégicos e grupos sociais locais a opção foi por deslanchar um processo gradual e contínuo de envolvimento, troca de informação e diálogo que pudesse proporcionar a transformação do Sistema Incid durante o seu desenvolvimento.

ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO/ LEGITIMAÇÃO

EVENTOS PARA TROCAR INFORMAÇÃO, DIALOGAR E DEBATER SOBRE OS INDICADORES COM ATORES SOCIAIS DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID

Seminário ampliado, oficinas e visitas municipais e encontros regionais temáticos aconteceram em momentos intercalados à produção dos quatro conjuntos de indicadores que compõem o Sistema Incid.

• **Seminário Ampliado em Itaboraí (08/12/2011)** – teve como objetivo compartilhar a ideia da concepção do Incid com representantes dos 14 Fóruns das Agendas 21 e movimentos sociais dos municípios envolvidos. Neste encontro, os temas prioritários escolhidos para compor o primeiro conjunto de indicadores (Cidadania Viva) foram discutidos, questionados, aperfeiçoados e legitimados por

este grupo. Foi uma oportunidade de iniciar, ainda que parcialmente, o reconhecimento das especificidades e urgências próprias de grupos de moradores dos territórios.

• **15 Oficinas e Visitas municipais (fevereiro/março 2012)** – Com o intuito de clarear a proposta Incid, tirar dúvidas e aproximá-la da realidade municipal, 15 oficinas e algumas visitas a Secretarias Municipais específicas foram realizadas. Manifestações e críticas dos grupos locais ao conjunto dos indicadores propostos e ajustes sugeridos nestes eventos influenciaram a versão preliminar do relatório da Cidadania Viva – Painel I. A partir destas oficinas iniciou-se o mapeamento de atores sociais interessados em compor uma rede de adesão à proposta, que contribua na construção de novas estratégias de mobilização conjunta em cada município.

• **5 Encontros Regionais Temáticos (Junho/julho 2012)** – Visou promover debates temáticos a partir da discussão de grupos específicos de indicadores relacionados a temas previamente selecionadas para cada seminário, aproximando a proposta Incid das realidades regionais.

Os 5 Encontros realizados x temas envolvendo grupos de municípios:

ENCONTROS REGIONAIS X TEMAS DEBATIDOS

MUNICÍPIOS	DATAS	LOCAIS	TEMAS
Cachoeiras de Macacu / Itaboraí / Tanguá	30/06/12, sábado, 10 às 17h	Itaboraí	Água/Saneamento. Trabalho / Educação
Saquarema / Maricá / Rio Bonito	06/07/12, sexta, 13 às 17h	Rio Bonito	Transporte, Saneamento/Água, Educação
Niterói / São Gonçalo	07/07/12, sábado, 9 às 17h	São Gonçalo	Transporte, Preconceito/ Discriminação, Segurança
Magé / Guapimirim / Teresópolis / Nova Friburgo	21/07/12, sábado, 9 às 16h	Teresópolis	Trabalho, Saneamento e Habitação
Silva Jardim / Casimiro de Abreu	28/07/12, sábado, 9 às 16h	Casimiro de Abreu	Trabalho e Renda, Meio Ambiente e Saúde

Nestes encontros já foi possível identificar e integrar articuladores locais como parte da equipe de mobilização, organização e planejamento dos eventos. Essa estratégia facilitou a diversificação do perfil dos grupos sociais que foram convidados para participar dos eventos.

As manifestações sobre demandas específicas, críticas e recomendações de novas estratégias de participação surgidas nestes encontros, incidiram na construção dos indicadores e no planejamento e cronograma de

atividades do 2º ano do projeto. Os grupos e atores sociais participantes foram mapeados para compor a rede de profissionais interessados em participar da proposta Incid no seu segundo ano de atuação.

Em todas as atividades de mobilização, fichas de cadastramento foram preenchidas pelos participantes e já começam a compor o Banco de Dados sobre os atores e grupos organizados da área de atuação do Incid, criado pela dimensão “Cidadania em Ação” (Painel IV).

OFICINAS COM O GRUPO DE REFERÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

A parceria estabelecida com um grupo formado por 10 especialistas, tanto na produção de dados e indicadores, quanto em temáticas que envolvem direitos de cidadania e sustentabilidade socioambiental de territórios, tem permitido nutrir a equipe executora de experiências semelhantes e proporcionado a oportunidade de aprofundamento conceitual e metodológico do sistema em construção. Dois representantes da Petrobras (Comunicação Social/ Responsabilidades Social) têm acompanhado os encontros deste grupo.

Foram realizadas 4 Oficinas envolvendo a equipe permanente e o Grupo de Referência Técnico Científica (GRTC), mais um encontro envolvendo apenas um membro do GRTC e a equipe técnica do Incid.

A Estrutura preliminar do Sistema de Indicadores vem sendo aprimorada e acordada a partir de contribuições e posicionamentos deste grupo sobre conceitos, temas, estratégias de mobilização e de construção participativa, proporcionando maior clareza e segurança nas definições conceituais e metodológicas dos 4 painéis de indicadores.

OFICINAS GRTC		
DATAS	LOCAL	INTENÇÃO DOS ENCONTROS
28/09/11	lbase	Iniciar o diálogo com o grupo para afinar o seu papel no Projeto, colher sugestões e validar escolhas iniciais
14/12/11	lbase	Debater, colher sugestões e validar escolhas feitas para compor o sistema de indicadores e o conjunto de indicadores do Painel 1 (Cidadania Viva)
09/05/12	lbase	Trocar e atualizar informações sobre estratégias de atuação e resultados preliminares de cada conjunto de indicadores
12/09/12	lbase	Debater, contribuir com o enriquecimento e validar adequações teóricas, políticas e metodológicas do sistema de indicadores construído (Marco Zero)
11/04/12	lbase	Encontro com um membro do GRTC que contribuiu no processo de adequação e refinamento da construção do Painel II (Cidadania Garantida)

REUNIÕES COM O GRUPO DE MONITORAMENTO TÉCNICO TERRITORIAL

O grupo de monitoramento técnico territorial tem como função prevista estabelecer o diálogo permanente entre a equipe do Ibase, Petrobras, representantes dos fóruns locais e de setores do Comperj que atuam na área do Incid. Apesar de ainda não ter havido as condições necessárias à conformação deste grupo, algumas reuniões e contatos já ocorreram entre o Ibase e cada um destes setores (Gerência de Responsabilidade Social/Programas Sociais, Comunicação Institucional da Petrobras e do Comperj, Grupo de Diálogo Social do Comperj/PRINT, Coordenadores/Articuladores dos Fóruns da Agenda 21 Local).

Esses contatos aconteceram ao longo do primeiro ano do projeto com o intuito de aproximação e afinamento técnico-político das ações desenvolvidas no Projeto Incid. Além de gerar sinergia de informações entre Ibase e as instituições parceiras no desenvolvimento desta iniciativa.

ATIVIDADES DE COMUNICAÇÃO/ INCIDÊNCIA

A produção e circulação de informações têm papel chave na construção da legitimidade do projeto junto aos parceiros e ao público em

geral e na mobilização dos atores sociais, principalmente locais. Se mobilização for entendida como apropriação do projeto por parte dos parceiros locais, teremos dessa forma o desafio de criar um círculo virtuoso, em que atores locais não só recebam, mas também repliquem informações do projeto nos seus territórios. A preocupação em estabelecer um círculo virtuoso nesses termos é parte da estratégia metodológica do projeto como um todo.

As estratégias escolhidas de comunicação e incidência se somam, portanto, às demais já descritas e fortalecem tanto a mobilização de atores sociais quanto se orientam para alcançar três níveis diferentes de públicos ou espaços sociais percebidos como principais beneficiários do sistema de indicadores da cidadania: Nível I – Cidadania Ativa dos Territórios; Nível II – Petrobras, Comperj, empresas relacionadas ao empreendimento e governos; Nível III – Público em geral.

Para garantir que as informações produzidas circulem da maneira mais abrangente e efetiva possível pelos públicos do projeto foram realizadas as atividades a seguir:

CONSTRUÇÃO DE CANAL DE INTERAÇÃO E DIÁLOGO VIRTUAIS

• **Portal Interativo (site)** – A construção de um canal interativo amplia a comunicação

dos resultados e a possibilidade de troca de informação entre os usuários e equipe Incid. No site do Projeto Incid (www.incid.org.br) estão disponíveis os relatórios técnicos, cadernos produzidos pela equipe, informações sobre as ações do projeto, além da sessão “Incid responde” que fortalece as possibilidades de interação com o público.

- **Boletim virtual** – Um boletim quinzenal, contendo três matérias é enviado a parceiros já cadastrados no banco de dados do Incid. Seu conteúdo atualiza parceiros e membros das comunidades locais sobre as ações do projeto além de veicular questões relativas aos territórios.

PRODUÇÃO DE PUBLICAÇÕES (VIRTUAIS E IMPRESSAS)

- **Produção de documentos e relatórios técnicos virtuais** – estão disponíveis para consulta sob o formato de cópia para *download* os seguintes documentos produzidos pela equipe Incid:

1. Documento de Referência Teórico Metodológica
2. Relatório do Iº Seminário Incid
3. Introdução ao Sistema Indicadores da Cidadania
4. Relatório Técnico “Cidadania Viva” (Painel I)

5. Relatório Técnico “Cidadania Garantida” (Painel II) – em processo de revisão
6. Relatório Técnico “Cidadania Percebida” (Painel III)
7. Relatório Técnico “Cidadania em Ação” (Painel IV) – em processo de revisão
8. Apresentações em powerpoint
 - Slides explicativos sobre os Indicadores da Cidadania (Incid)
 - Slides da apresentação temática feita para os participantes dos cinco Encontros Regionais do Incid.

- **Produção de publicações impressas⁵** – Versões resumidas e explicativas dos relatórios técnicos em linguagem mais simples estão sendo gradualmente produzidas em versão impressa e distribuídas nos eventos de mobilização do projeto.

1. Folheto informativo sobre a proposta Incid
2. Caderno Cidadania Viva
3. Caderno Cidadania Percebida
4. Caderno Cidadania Garantida – em construção
5. Caderno Cidadania em Ação – em construção

5. Essas publicações também se encontram disponíveis para visualização e download em formato PDF no site do projeto – www.incid.org.br

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DIÁLOGO E APROPRIAÇÃO DO INCID

Os 14 municípios da área de atuação do Incid se situam na região Leste do Estado do Rio de Janeiro, fazem parte da área de influência do Comperj e coincidem com os municípios que participam do projeto Agenda 21 Comperj, iniciativa estimulada pela Petrobras nesta região.

O Ibase deu início ao processo de diálogo com a população moradora desse território aproximando-se das Agendas 21 Locais, reconhecendo o esforço já realizado em termos de diagnóstico e mobilização na elaboração das Agendas 21. Estas instâncias definiram Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável e criaram Fóruns Locais que hoje fazem interlocução com o governo e o empreendimento sobre as questões que afetam os municípios. Acredita-se que a existência e o funcionamento dos Fóruns Locais contribuem para a constituição de uma rede de pessoas interessadas em discutir e participar de definições sobre o desenvolvimento sustentável de seus municípios e vêm impulsionando uma comunicação intrarregional.

No entanto, percebeu-se, ao longo do processo de mobilização, que a maioria dos Fóruns Locais das Agenda 21, nos municípios da área de atuação do Incid, tem sido operada por

representantes da Prefeitura que de fato apóia com recursos esses Fóruns, viabilizando encontros e atividades. Esta é uma questão que vem sendo avaliada pela equipe e parceiros do Incid como uma fragilidade desta instância de interlocução. Nestes espaços, não raro, ficam ausentes ou inibidas manifestações dos interesses dos diferentes grupos locais da sociedade civil, principalmente daqueles mais vulnerabilizados e afetados pelas transformações que ocorrem no território. Este fato acaba provocando certo esvaziamento dos debates, enfraquecendo a potencialidade dos Fóruns das Agendas 21 como espaço de concertação, representativo da cidadania ativa local.

Por outro lado, percebe-se que, para além das Agendas 21 locais, outros grupos, Conselhos e Fóruns vêm debatendo igualmente as dinâmicas e questões que hoje afetam o desenvolvimento e as condições de vida da população local. Entre esses podemos destacar o Fórum Popular Comperj, Conselhos Comunitários municipais, Associações de Moradores e de Pescadores, Grupos de Mulheres, Sindicatos, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, entre outros.

Os dados coletados até aqui nas pesquisas realizadas, somados às informações levantadas nos debates promovidos no âmbito da proposta Incid, mostram que a realidade dos municípios é muito desigual. Assim como são

“Para aprofundar a análise sobre a situação de cidadania deste território heterogêneo e diverso, a equipe do Incid enfrenta o desafio metodológico e político de diversificar e ampliar o diálogo e a escuta de grupos, Fóruns e movimentos diversos atuantes nos territórios”

desiguais as condições de vida da população moradora dentro de um mesmo município, se for considerado as especificidades de bairros ou distritos e localidades.

Para aprofundar a análise sobre a situação de cidadania deste território heterogêneo e diverso, a equipe do Incid enfrenta o desafio metodológico e político de diversificar e ampliar o diálogo e a escuta de grupos, Fóruns e movimentos diversos atuantes nos territórios. É fundamental que a diversidade da cidadania ativa destes territórios esteja refletida nos indicadores construídos, e que possa ter a oportunidade de se apropriar da proposta Incid e fazer uso do Sistema em construção para fortalecer sua organização, articulação e forma de atuação democrática.

Neste sentido, a equipe busca diversificar os formatos dos encontros, ampliar o convite à participação de diferentes atores da cidadania

ativa e atender algumas demandas e convites, realizando debates temáticos específicos, esclarecendo dúvidas sobre a proposta Incid, ou trocando a experiência com grupos interessados.

Para o segundo ano do Incid, estuda-se a possibilidade de realização de rodadas de diálogo com grupos diversos onde as questões levantadas pelo Sistema de Indicadores poderão ser visualizadas e debatidas a partir de imagens cartográficas georreferenciadas. A intenção é aproximar o Incid gradativamente dos grupos e das diversas realidades presentes nos territórios, construindo maior adesão à proposta. Ao mesmo tempo, o fortalecimento de uma rede de atores locais interessada, capacitada e envolvida com o monitoramento dos indicadores será fundamental para garantir uma continuidade consequente e consistente deste instrumento enquanto potencializador da cidadania ativa.

**0 que está
por vir**

04



COMPLEMENTAÇÃO E CONTINUIDADE DO SISTEMA

Construir um sistema de indicadores de cidadania consistente, explicativo, de simples utilização e mobilizador, que possa ser apropriado pela própria cidadania ativa é de fato um enorme desafio que o Ibase abraça.

É preciso e desejável compartilhar tanto com nossos parceiros como com os atores sociais envolvidos nesta proposta o resultado de nosso esforço até aqui:

- a.** Fazer um balanço da primeira versão do Sistema: sua consistência teórica metodológica; capacidade de indicar ou medir situações de cidadania. Para tanto, a construção conjunta com atores locais faz-se fundamental.
- b.** Avaliar as apostas/escolhas priorizadas: dá para apostar? Em que mais apostar?
- c.** Identificar os vazios: onde estão os buracos e o que foi deixado de fora?

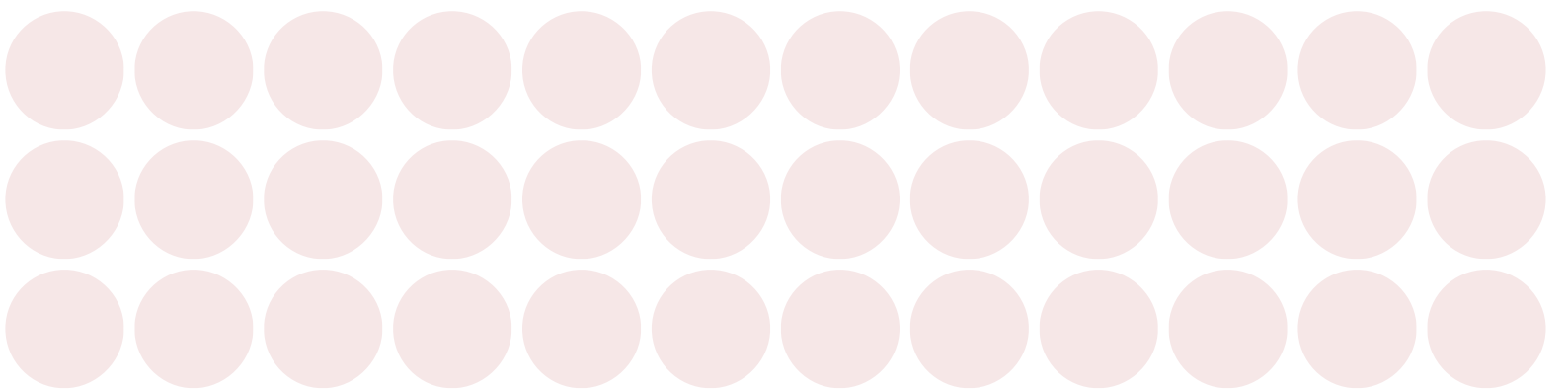
- d.** Avaliar a pertinência e coerência política das escolhas feitas até aqui.

A princípio, pretende-se aprofundar a análise dos dados sobre o mercado de trabalho formal e construir indicadores afinados com as demandas por geração de postos de trabalho e capacitação profissional da população local.

Ao mesmo tempo, integrando a análise sobre trabalho, é preciso chegar à construção e monitoramento das questões fundiárias e das áreas de pesca, pois estes setores precisam estar integrados ao desenvolvimento que se pretende para a região.

Nas questões diretamente ligadas à cidadania e à participação, a construção participativa do banco de dados da Cidadania em ação pretende se constituir em uma ferramenta para a mobilização e as lutas do território.

A intenção de construir indicadores de transparência da gestão municipal e



transparência no licenciamento ambiental, através de estudos de caso nos quais haverá acompanhamento de atores locais na busca por informações necessárias à participação cidadã, e também no intuito de elaborar uma ferramenta de fortalecimento de ações cidadãs na área do Incid.

Finalmente, é preciso ainda construir conjuntamente com a rede de atores locais, indicadores que permitam o monitoramento dos poderes legislativo e judiciário, como garantias de respeito a direitos e participação.

O Incid na área de abrangência do Comperj é um primeiro exercício que vem se construindo na medida em que dá seus primeiros passos, analisando-os, legitimando-os e ajustando-os. No final dos dois primeiros anos, a metodologia testada nesta área deverá ser disponibilizada para ser adaptada e novamente testada em outros territórios. É esta a intenção.

ESTRATÉGIA DE INCIDÊNCIA PARA O PÚBLICO EM GERAL

Como uma ferramenta de mobilização social e cidadã, o sistema Incid deve ser de conhecimento do público em geral. Por isso pensamos em uma ação de assessoria de imprensa para o segundo ano do projeto. Este trabalho será feito pelo Núcleo de Comunicação do Ibase. O primeiro passo será relacionar todos os veículos de mídia que podem ser potenciais divulgadores de reportagens sobre o projeto e sobre os resultados das pesquisas de campo. Daí em diante, será necessário uma aproximação com os veículos de comunicação. Para isso será preciso confeccionar releases com informações sobre o projeto e também artigos dos pesquisadores sobre algum tema relacionado às pesquisas. É importante que se elejam porta-vozes, tanto no Ibase quanto nas entidades parceiras para falar sobre o projeto e os resultados das pesquisas de campo.



Anexos

ANEXO 1. Tabela com Indicadores da Cidadania

Relação das nomenclaturas nos painéis e no Marco Zero

DIMENSÕES	NOME DO INDICADOR NO RELATÓRIO DO PAINEL	NOME DO INDICADOR NO MARCO ZERO
CIDADANIA VIDA	ACESSO A ÁGUA CANALIZADA	SITUAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA
	ACESSO À COLETA DE LIXO	SITUAÇÃO DO DESTINO DO LIXO
	ACESSO AO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO
	ACESSO À HABITAÇÃO	SITUAÇÃO DE MORADORES EM LOCAIS PRECÁRIOS
	BAIXO PESO AO NASCER	SITUAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE
	DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO A VIDA SEGURA	SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO À VIDA SEGURA
	DESIGUALDADE DE RENDA NO ACESSO A EMPREGO	SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AO EMPREGO
	DESIGUALDADE DE GÊNERO NA RENDA DO TRABALHO	SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REMUNERAÇÃO
	-	SITUAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS
	-	SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NA PERMANÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA
	-	SITUAÇÃO DO ACESSO AO EMPREGO NO MERCADO FORMAL – A CONSTRUIR
	DESLOCAMENTO SEGURO	-
	CIRCULAÇÃO SEGURA	-
	ACESSO A TRANSPORTE RODOVIÁRIO	-
	ACESSO A TRANSPORTE COLETIVO INTRARREGIONAL	-
	DESIGUALDADE NO PADRÃO HABITACIONAL	-
	ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA DE QUALIDADE	-
ACESSO À TERRA	-	
SAÚDE E QUALIDADE DA ÁGUA	-	
CIDADANIA GARANTIDA	DOCENTES DO FUNDAMENTAL I SEM ENSINO SUPERIOR	GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES
	QUANTIDADE DE APARATO NAS ESCOLAS PÚBLICAS/PARTICULARES	GARANTIA DE AMBIENTES DE ACESSO À INFORMAÇÃO
	-	GARANTIA DE INVESTIMENTO NO MEIO AMBIENTE
	-	GARANTIA DE DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS
	-	GARANTIA DE ATENÇÃO BÁSICA
	-	GARANTIA DE INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA
	-	GARANTIA DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO
	-	GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES PARA A DIVERSIDADE
	-	GARANTIA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA
	-	GARANTIA DA EXISTÊNCIA DE CONSELHOS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
	-	GARANTIA DE INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
	-	GARANTIA DE ÁREAS PROTEGIDAS
	REGULAMENTAÇÃO NO ÓRGÃO GESTOR RESPONSÁVEL	-
	ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS PÚBLICAS AOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS	-
	ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS PARTICULARES AOS SERVIÇOS PÚBLICOS BÁSICOS	-

CIDADANIA PERCEBIDA	DIFERENÇAS DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS	PERCEÇÃO SOBRE IGUALDADE DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS
	DIREITO À ÁGUA LIMPA	PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO À ÁGUA LIMPA
	DIREITO A ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO A ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE
	DIREITO AO AR LIMPO	PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO AO AR LIMPO
	PARTICIPAÇÃO E MEIO AMBIENTE	PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MEIO AMBIENTE
	DIREITO À EDUCAÇÃO	PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO
	INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	PERCEÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO
	DIFERENÇA E EDUCAÇÃO	PERCEÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO
	PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO	PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO
	DIREITO À SAÚDE	PERCEÇÃO SOBRE O DIREITO À SAÚDE
	INCLUSÃO NA SAÚDE	PERCEÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NA SAÚDE
	DIFERENÇA E SAÚDE	PERCEÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE
	PARTICIPAÇÃO E SAÚDE	PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E SAÚDE
	PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS	PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS
	PARTICIPAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	PERCEÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL
	IGUALDADE	PERCEÇÃO SOBRE A IGUALDADE NA DIVERSIDADE
	RESPEITO À DIVERSIDADE	PERCEÇÃO SOBRE RESPEITO À DIVERSIDADE
DIREITO À DIVERSIDADE	PERCEÇÃO SOBRE DIREITO À DIVERSIDADE	
DIREITO A CONDIÇÕES BÁSICAS DE VIDA	-	
CIDADANIA EM AÇÃO	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELO MEIO AMBIENTE	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELO MEIO AMBIENTE
	AÇÕES DA CIDADANIA PELO MEIO AMBIENTE	AÇÕES DA CIDADANIA PELO MEIO AMBIENTE
	AÇÕES DA CIDADANIA PELO MEIO AMBIENTE	AÇÕES DA CIDADANIA PELO MEIO AMBIENTE
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA EDUCAÇÃO	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA EDUCAÇÃO
	AÇÕES DA CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO	AÇÕES DA CIDADANIA PELA EDUCAÇÃO
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA SAÚDE	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA SAÚDE
	AÇÕES DA CIDADANIA PELA SAÚDE	AÇÕES DA CIDADANIA PELA SAÚDE
	AÇÕES DA CIDADANIA PELOS DIREITOS DAS MULHERES	AÇÕES DA CIDADANIA PELOS DIREITOS DAS MULHERES
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELOS DIREITOS DAS MULHERES	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELOS DIREITOS DAS MULHERES
	AÇÕES DA CIDADANIA PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL	AÇÕES DA CIDADANIA PELA PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA IGUALDADE RACIAL	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELA IGUALDADE RACIAL
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELO DIREITO AO TRABALHO	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ PELO DIREITO AO TRABALHO
	AÇÕES DA CIDADANIA PELO DIREITO AO TRABALHO	AÇÕES DA CIDADANIA PELO DIREITO AO TRABALHO
	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS DE DIREITOS	PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NOS CONSELHOS DE DIREITOS
	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO ELEITORAL	PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO ELEITORAL
	PARTICIPAÇÃO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS NO PROCESSO ELEITORAL	PARTICIPAÇÃO DE JOVENS DE 16 E 17 ANOS NO PROCESSO ELEITORAL
	PARTICIPAÇÃO DE IDOSOS A PARTIR DE 70 NO PROCESSO ELEITORAL	PARTICIPAÇÃO DE IDOSOS A PARTIR DE 70 ANOS NO PROCESSO ELEITORAL
PARTICIPAÇÃO DA CIDADANIA NOS COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	-	

ANEXO 2. Fichas técnicas dos Indicadores da Cidadania

ENUNCIADO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO/CONCEITOS	SENTIDO	FONTE DE PESQUISA
SITUAÇÃO DO ACESSO À ÁGUA	Proporção entre o número de domicílios abastecidos de forma inadequada sobre o total de domicílios	Negativo	IBGE – Censo Demográfico
SITUAÇÃO DO DESTINO DO LIXO	Proporção de domicílios cujo lixo não era coletado por serviço de limpeza ou coletado em caçamba sobre o total de domicílios	Negativo	IBGE – Censo Demográfico
SITUAÇÃO DO ESGOTAMENTO SANITÁRIO	Proporção de domicílios com esgotamento sanitário inadequado sobre o total de domicílios	Negativo	IBGE - Censo Demográfico
SITUAÇÃO DE MORADORES EM LOCAIS PRECÁRIOS	Proporção de moradores de domicílios particulares permanentes localizados em aglomerados subnormais sobre população total do município	Negativo	IBGE – Censo Demográfico
SITUAÇÃO DA QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	É a proporção entre o número moradores em domicílios particulares permanentes em áreas urbanas com esgoto a céu aberto no entorno dos domicílios e o total de moradores em domicílios particulares permanentes em áreas urbanas	Positivo	IBGE – Censo Demográfico - Resultados do Universo
SITUAÇÃO DA ALFABETIZAÇÃO	É a taxa de pessoas analfabetas, considerando a população com 15 anos ou mais.	Negativo	IBGE – Censo Demográfico
SITUAÇÃO DA PERMANÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA	Percentual de jovens com idade entre 15 e 17 anos que estão fora da escola.	–	IBGE - Censo Demográfico
SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NA PERMANÊNCIA DE JOVENS NA ESCOLA	É a comparação (razão) entre a probabilidade de uma pessoa de cor preta ou parda, com idades entre 15 e 17 anos, estarem fora da escola sobre a mesma probabilidade de uma pessoa de cor branca.	–	IBGE - Censo Demográfico
SITUAÇÃO DO DIREITO A SAÚDE	Percentual de nascidos vivos com peso ao nascer inferior a 2.500 gramas, de mães residentes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.	Negativo	Ministério da Saúde / SINASC
SITUAÇÃO DO ACESSO AO EMPREGO NO MERCADO FORMAL	A construir	A construir	A construir
SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NA REMUNERAÇÃO	É a razão entre o total de homens e mulheres com rendimentos de até 1 salário mínimo / Razão entre o total de homens e mulheres com rendimentos acima de 5 salários mínimos	–	Ministério do Trabalho – RAIS/CAGED
SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO NO ACESSO AO EMPREGO	É a razão entre o total de homens e mulheres no mercado de trabalho formal	–	Ministério do Trabalho – RAIS/CAGED
SITUAÇÃO DA DESIGUALDADE RACIAL NO ACESSO À VIDA SEGURA	É a razão entre o número de pessoas pretas e pardas mortas pelas causas consideradas homicídios sobre o número total de pessoas mortas pelas causas consideradas homicídios.	–	DATASUS / SIM
GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES PARA A DIVERSIDADE	Existência de capacitação de docentes da rede municipal de ensino para o trato das temáticas raça/etnia, gênero e orientação sexual	Positivo	Munic/IBGE
GARANTIA DE INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Ranqueamento dos municípios de acordo o número de conselhos e o grau de ingerência nas políticas públicas: deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador.	Positivo	IBGE/MUNIC

ANO DE REFERÊNCIA	TIPO DE MEDIDA	VARIÁVEIS	CONSTANTE
2010	Percentual	Número de domicílios abastecidos de forma inadequada / Total de domicílios	x100
2010	Percentual	Número de domicílios cujo lixo não era coletado por serviço de limpeza ou coletado em caçamba / Total de domicílios	x100
2010	Percentual	Número de domicílios com esgotamento sanitário inadequado / Total de domicílios	x100
2010	Percentual	Total de moradores em domicílios particulares permanentes localizados em aglomerados subnormais / População total do município	x100
2010	Percentual	Total de moradores em domicílios particulares permanentes localizados em aglomerados subnormais / População total do município	x100
2010	Taxa	Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas / População total de 15 anos ou mais	
2010	Percentual	Número de pessoas com idades entre 15 e 17 anos fora da escola / Total de pessoas com idade entre 15 e 17 anos	
2010	Razão de chance	Probabilidade pessoas pretas e pardas, com idades entre 15 e 17 anos, estarem fora da escola / Probabilidade pessoas brancas, com idades entre 15 e 17 anos, estarem fora da escola	
2000-2009	Percentual	Número de crianças que nasceram com peso inferior a 2500 gramas / Número de nascimentos total	x100
A construir	A construir	A construir	
2010	Razão	Total de homens com rendimentos de até 1 salário mínimo / Total de mulheres com rendimentos de até 1 salário mínimo ; Total de homens com rendimentos acima de 5 salários mínimos / Total de mulheres com rendimentos acima de 5 salários mínimos	
2010	Razão	Total de homens no mercado de trabalho formal / Total de mulheres no mercado de trabalho formal	
2009	Razão de chance	Total de pessoas pretas e pardas mortas pelas causas consideradas homicídios/ Total da população morta pelas causas consideradas homicídios	
2009	Existência	Existência ou não de capacitação de docentes da rede municipal de ensino para o trato das temáticas raça/etnia, gênero e orientação sexual	
2009	média	Rank Municipal = Somatório(Rank por Área)/nº de conselhos existentes no município (Máx = 10)	

ANEXO 2. Fichas técnicas dos Indicadores da Cidadania (CONT.)

ENUNCIADO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO/CONCEITOS	SENTIDO	FONTE DE PESQUISA
GARANTIA DA EXISTÊNCIA DE CONSELHOS NA GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	Número total de conselhos por municípios.	Positivo	Consulta Incid/IBASE junto às prefeituras locais
GARANTIA DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA	O Ideb integra informações de fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão), dados do Censo Escolar da Educação Básica e os resultados da Prova Brasil, que é aplicada pelo Inep aos estudantes ao final de cada etapa da Educação Básica. A fórmula do Ideb pode ser resumida assim: quanto menos tempo os alunos de uma escola levam para completar determinada etapa do ensino, e quanto mais altas são as notas deles na Prova Brasil, melhor será o Ideb dessa escola. A escala vai de zero a dez.	Positivo	INEP/MEC / IDEB
GARANTIA DE ÁREAS PROTEGIDAS	É a razão entre as áreas de conservação federais, estaduais e municipais sobre o total da área dos município.	Positivo	SEA (http://www.rj.gov.br/web/sea/exibe_conteudo?article-id=164974)
GARANTIA DE INVESTIMENTO NO MEIO AMBIENTE	Quantia gasta em Gestão ambiental por cada habitante da unidade geográfica.	Positivo	Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE
GARANTIA DE DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Quadro com os municípios da área do Incid onde existem lixões.	Negativo	Secretaria do Estado do Ambiente – SEA.
GARANTIA DE AMBIENTES DE ACESSO À INFORMAÇÃO	Percentual de alunos no ensino fundamental da rede pública que frequentam escolas com laboratório de informática e biblioteca.	Positivo	Censo Escolar / INEP
GARANTIA DE INVESTIMENTO NA EDUCAÇÃO	Revela o quanto foi gasto para cada aluno do ensino fundamental.	Positivo	FNDE – Fundo nacional de desenvolvimento em educação
GARANTIA DE QUALIFICAÇÃO DOS DOCENTES	Percentual de professores que lecionam no ensino fundamental da rede pública I e que não possuem ensino superior.	Negativo	Censo Escolar / INEP
GARANTIA DE ATENÇÃO BÁSICA	É a razão entre o número de pessoas cadastradas pelos programas de Atenção Básica em Saúde sobre a população total.	Positivo	Sistema de Informação de Atenção Básica - Siab – Ministério da Saúde / Censo Demográfico 2010 – IBGE

ANO DE REFERÊNCIA	TIPO DE MEDIDA	VARIÁVEIS	CONSTANTE
2012	Número	Número total de conselhos por municípios.	
2009	Índice Devido a complexidade da fórmula de cálculo aconselho que vejam o link http://www.publicacoes.inep.gov.br/detalhes.asp?pub=4121# para maiores detalhes		
2011	Percentual	Total das áreas de conservação federais, estaduais e municipais em hectares / Total das áreas dos municipais em hectares.	x100
2009	Taxa	Quantia total declarada à Secretaria Nacional do Tesouro gasta com Gestão Ambiental / População calculada para o ano de 2009.	
2012	Existência	Existência ou não de lixões nos municípios da área do Incid.	
2010	Percentual	Alunos da rede pública em escola com biblioteca e laboratório de informática.	x100
2011	Taxa	Despesa com MDE no âmbito do ensino fundamental / Número total de alunos matriculados no ensino fundamental	
2010	Percentual	Número de professores que lecionam no ensino fundamental da rede pública sem ensino superior / Número total de professores que lecionam no Fundamental I da rede pública	X100
2010	Percentual	Pessoas cadastradas na Atenção Básica. População total.	X100

ANEXO 2. Fichas técnicas dos Indicadores da Cidadania (CONT.)

ENUNCIADO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO/CONCEITOS	SENTIDO	FONTE DE PESQUISA
GARANTIA DE INVESTIMENTO NA ATENÇÃO BÁSICA	É a quantia gasta em Atenção Básica de saúde cada habitante da unidade geográfica	Positivo	Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE
PERCEPÇÃO SOBRE RESPEITO À DIVERSIDADE	Percepções sobre a ocorrência de discriminação em virtude de cinco razões: raça/cor da pele; classe social; religião; gênero; e opção sexual.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE A IGUALDADE NA DIVERSIDADE	Percepção sobre igualdade, auferida a partir da consciência sobre duas situações: a existência de desigualdades de acesso aos direitos básicos e a existência de preconceitos e/ou formas de discriminação.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE IGUALDADE DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS	Percepção sobre desigualdades e diferenças de acesso aos três direitos avaliados nos indicadores anteriormente expostos: direito à água limpa, ao ar limpo e a espaços públicos de qualidade.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE	Percepções diferenciadas quanto ao acesso de si próprio e de pessoas próximas aos serviços de saúde e quanto ao acesso de outras pessoas a estes mesmos serviços.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO	Percepções diferenciadas quanto ao acesso de si próprio e de pessoas próximas aos serviços de educação e quanto ao acesso de outras pessoas a estes mesmos serviços.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE DIREITO À DIVERSIDADE	Percepção sobre inexistência de tratamento discriminatório contra si.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MEIO AMBIENTE	Percepção sobre perspectivas de mudar para melhor as condições ambientais através da participação dos cidadãos.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E EDUCAÇÃO	Percepção sobre a perspectiva de participação dos cidadãos no sentido de mudar para melhor os serviços de educação.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E SAÚDE	Percepção sobre a perspectiva de mudar para melhor os serviços de saúde através da participação dos cidadãos.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS	Percepção sobre a possibilidade de participação ativa nas decisões sobre condições básicas como educação, saúde e meio ambiente.	Positivo	INCID/IBASE

ANO DE REFERÊNCIA	TIPO DE MEDIDA	VARIÁVEIS	CONSTANTE
2009	taxa	Quantia total declarada à Secretaria Nacional do Tesouro gasta com em Atenção Básica de saúde. População calculada para o ano de 2009.	
2012	Média	Q20_1 - As pessoas não são discriminadas por sua raça ou etnia. Q20_2 - As pessoas não são discriminadas por serem pobres. Q20_3 - As pessoas não são discriminadas por sua religião. Q20_4 - As pessoas não são discriminadas por serem mulheres. Q20_5 - As pessoas não são discriminadas por serem homossexuais.	
2012	Média	Q12 - Não existem pessoas no lugar onde você mora sem acesso aos serviços de educação de que precisam. Q15 - Não existem pessoas onde você mora que quando têm um problema de saúde ficam sem atendimento adequado. Q18 - As condições de água, ar e de limpeza das praças e ruas são as mesmas para todos que moram no município. Q20_1 - As pessoas não são discriminadas por sua raça ou etnia. Q20_2 - As pessoas não são discriminadas por serem pobres. Q20_3 - As pessoas não são discriminadas por sua religião. Q20_4 - As pessoas não são discriminadas por serem mulheres. Q20_5 - As pessoas não são discriminadas por serem homossexuais.	
2012	Percentual	Q18 - As condições de água, ar e de limpeza das praças e ruas são as mesmas para todos que moram no município.	
2012	Percentual	Q14 - Quando você ou alguém próximo têm um problema de saúde, conseguem atendimento adequado. Q15 - Existem pessoas onde você mora que quando têm um problema de saúde ficam sem atendimento adequado.	
2012	Percentual	Q11 - Você acha que a educação no lugar onde você mora atende ao que você e sua família precisam. Q12 - Existem pessoas no lugar onde você mora sem acesso aos serviços de educação de que precisam.	
2012	Percentual	Q21 - Você não tratado diferente por alguma razão referente a sua condição social, credo, raça/cor ou opção sexual.	
2012	Percentual	Q19 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo, podem fazer alguma coisa para melhorar o meio-ambiente em geral.	
2012	Percentual	Q13 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo podem fazer alguma coisa para melhorar a educação em geral.	
2012	Percentual	Q16 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo podem fazer alguma coisa para melhorar a saúde em geral.	
2012	Média	Q13 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo podem fazer alguma coisa para melhorar a educação em geral. Q16 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo podem fazer alguma coisa para melhorar a saúde em geral. Q19 - Acha que as pessoas que não são ligadas ao governo, podem fazer alguma coisa para melhorar o meio-ambiente em geral.	

ANEXO 2. Fichas técnicas dos Indicadores da Cidadania (CONT.)

ENUNCIADO DO INDICADOR	DEFINIÇÃO/CONCEITOS	SENTIDO	FONTE DE PESQUISA
PERCEPÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL	Percepção sobre a perspectiva de melhorar as condições de vida através da participação.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO A ESPAÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE	Percepção sobre a situação de limpeza das ruas e praças.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO AO AR LIMPO	Percepção sobre a qualidade do ar.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À ÁGUA LIMPA	Percepção sobre a qualidade da água que chega às residências.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À EDUCAÇÃO	Percepção sobre o acesso do entrevistado e de sua família aos serviços de educação.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	Percepção do entrevistado sobre a inexistência de pessoas que ficam sem acesso adequado aos serviços de educação.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E EDUCAÇÃO	Percepção sobre o acesso de si próprio e de pessoas próximas aos serviços de educação	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE O DIREITO À SAÚDE	Percepção sobre o acesso de si próprio e de pessoas próximas aos serviços de saúde	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE A INCLUSÃO NA SAÚDE	Percepção sobre a inexistência de pessoas que ficam sem acesso adequado aos serviços de saúde.	Positivo	INCID/IBASE
PERCEPÇÃO SOBRE DIFERENÇA E SAÚDE	Percepções diferenciadas quanto ao acesso de si próprio e de pessoas próximas aos serviços de saúde e quanto ao acesso de outras pessoas a estes mesmos serviços.	Positivo	INCID/IBASE
PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROCESSO ELEITORAL	Proporção de votantes que compareceram as urnas no 1º turno das eleições sobre o total de pessoas aptas a votarem	Positivo	Supremo Tribunal Federal

ANO DE REFERÊNCIA	TIPO DE MEDIDA	VARIÁVEIS	CONSTANTE
2012	Percentual	Q24 - Acha que a participação da população pode melhorar as condições de vida em um lugar.	
2012	Percentual	Q17_3 - As ruas e praças são limpas.	
2012	Percentual	Q17_2 - O ar é limpo.	
2012	Percentual	Q17_1 - A água que chega nas casas é limpa.	
2012	Percentual	Q11 - Acha que a educação no lugar onde mora atende ao que você e sua família precisam	
2012	Percentual	Q12 - Não existem pessoas no lugar onde você mora sem acesso aos serviços de educação de que precisam.	
2012	Percentual	Q11 - Você acha que a educação no lugar onde você mora atende ao que você e sua família precisam. Q12 - Existem pessoas no lugar onde você mora sem acesso aos serviços de educação de que precisam.	
2012	Percentual	Q14 - Quando você ou alguém próximo têm um problema de saúde, conseguem atendimento adequado.	
2012	Percentual	Q15 - Não existem pessoas onde você mora que quando têm um problema de saúde ficam sem atendimento adequado.	
2012	Percentual	14 - Quando você ou alguém próximo têm um problema de saúde, conseguem atendimento adequado. Q15 - Existem pessoas onde você mora que quando têm um problema de saúde ficam sem atendimento adequado.	
2010	Percentual	Número de eleitores aptos que compareceram ao 1º turno das eleições / total de eleitores aptos a votar	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

1_SALDO DE TRABALHADORES. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO

	2009			2010		
	ADMISSÕES	DESLIG.	SALDO	ADMISSÕES	DESLIG.	SALDO
RIO DE JANEIRO	117.014	101.204	15.810	144.789	119.842	24.947
RESTO DO ESTADO	101.907	87.660	14.247	127.658	105.420	22.238
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	15.107	13.544	1.563	17.131	14.422	2.709
CACHOEIRAS DE MACACU	197	225	-28	231	148	83
CASIMIRO DE ABREU	343	440	-97	183	134	49
GUAPIMIRIM	97	100	-3	111	104	7
ITABORAÍ	925	811	114	1.108	1.062	46
MAGÉ	368	373	-5	610	495	115
MARICÁ	231	217	14	331	245	86
NITERÓI	5.306	4.729	577	6.498	5.225	1.273
NOVA FRIBURGO	1.845	1.539	306	1.934	1.726	208
RIO BONITO	1.102	1.337	-235	957	857	100
SÃO GONÇALO	2.885	2.388	497	3.351	2.842	509
SAQUAREMA	416	388	28	638	532	106
SILVA JARDIM	33	29	4	48	53	-5
TANGUÁ	81	97	-16	79	103	-24
TERESÓPOLIS	1.278	871	407	1.052	896	156

FONTE: CAGED/MTE

2011			2012		
ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO	ADMISSÕES	DESLIGAMENTOS	SALDO
152.843	132.978	19.865	157.780	148.152	9.628
133.319	116.027	17.292	136.741	128.682	8.059
19.524	16.951	2.573	21.039	19.470	1.569
361	206	155	283	261	22
191	133	58	161	185	-24
127	133	-6	162	141	21
1.788	1.254	534	2.703	1.852	851
583	552	31	690	659	31
433	283	150	416	435	-19
7.044	6.350	694	7.424	6.800	624
1.800	1.698	102	1.756	1.817	-61
922	927	-5	656	712	-56
4.156	3.627	529	4.395	4.247	148
686	479	207	572	718	-146
58	59	-1	65	49	16
95	118	-23	167	157	10
1.280	1.132	148	1.589	1.437	152

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

2_SALDO DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009-2012

		2009		
		ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO DE JANEIRO	ANALFABETO	330	335	-5
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	18.919	18.244	675
	FUNDAMENTAL COMPLETO	33.055	29.322	3.733
	MÉDIO COMPLETO	54.504	45.915	8.589
	SUPERIOR COMPLETO	10.206	7.388	2.818
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	ANALFABETO	25	42	-17
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	2.668	2.666	2
	FUNDAMENTAL COMPLETO	4.615	4.191	424
	MÉDIO COMPLETO	6.876	5.947	929
	SUPERIOR COMPLETO	923	698	225
CACHOEIRAS DE MACACU	ANALFABETO	0	1	-1
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	38	75	-37
	FUNDAMENTAL COMPLETO	67	59	8
	MÉDIO COMPLETO	69	75	-6
	SUPERIOR COMPLETO	23	15	8
CASIMIRO DE ABREU	ANALFABETO	3	1	2
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	53	119	-66
	FUNDAMENTAL COMPLETO	187	179	8
	MÉDIO COMPLETO	93	129	-36
	SUPERIOR COMPLETO	7	12	-5
GUAPIMIRIM	ANALFABETO	-	-	-
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	23	24	-1
	FUNDAMENTAL COMPLETO	26	34	-8
	MÉDIO COMPLETO	46	38	8
	SUPERIOR COMPLETO	2	4	-2

FONTE: CAGED/MTE

2010			2011			2012		
ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO	ADMI.	DESLIG.	SALDO
325	341	-16	293	391	-98	262	296	-34
22.240	20.861	1.379	21.790	20.867	923	21.765	22.499	-734
39.609	33.779	5.830	39.660	36.240	3.420	39.617	40.007	-390
69.482	55.809	13.673	76.303	64.909	11.394	81.346	73.610	7.736
13.133	9.052	4.081	14.797	10.571	4.226	14.790	11.740	3.050
39	29	10	37	44	-7	40	35	5
2.646	2.635	11	3.143	2.841	302	3.205	3.134	71
5.085	4.317	768	5.645	5.028	617	5.582	5.379	203
8.255	6.722	1.533	9.477	8.132	1.345	10.908	9.843	1.065
1.106	719	387	1.222	906	316	1.304	1.079	225
1	1	0	2	3	-1	4	2	2
56	24	32	53	33	20	57	52	5
67	46	21	110	58	52	80	85	-5
95	66	29	149	91	58	129	112	17
12	11	1	47	21	26	13	10	3
1	1	0	0	1	-1	0	2	-2
31	26	5	34	24	10	19	33	-14
101	60	41	67	57	10	72	78	-6
48	44	4	82	49	33	60	67	-7
2	3	-1	8	2	6	10	5	5
0	1	-1	0	1	-1	-	-	-
18	23	-5	26	22	4	18	24	-6
48	30	18	41	39	2	33	40	-7
43	44	-1	58	62	-4	89	74	15
2	6	-4	2	9	-7	22	3	19

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

2_SALDO DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009-2012 (CONT.)

		2009		
		ADM.	DESLIG.	SALDO
ITABORAÍ	ANALFABETO	1	3	-2
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	262	318	-56
	FUNDAMENTAL COMPLETO	319	249	70
	MÉDIO COMPLETO	304	222	82
	SUPERIOR COMPLETO	39	19	20
MAGÉ	ANALFABETO	0	1	-1
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	96	65	31
	FUNDAMENTAL COMPLETO	81	107	-26
	MÉDIO COMPLETO	170	180	-10
	SUPERIOR COMPLETO	21	20	1
MARICÁ	ANALFABETO	-	-	-
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	41	32	9
	FUNDAMENTAL COMPLETO	62	82	-20
	MÉDIO COMPLETO	103	92	11
	SUPERIOR COMPLETO	25	11	14
NITERÓI	ANALFABETO	7	10	-3
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	742	712	30
	FUNDAMENTAL COMPLETO	1.412	1.356	56
	MÉDIO COMPLETO	2.743	2.354	389
	SUPERIOR COMPLETO	402	297	105
NOVA FRIBURGO	ANALFABETO	9	5	4
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	477	463	14
	FUNDAMENTAL COMPLETO	616	515	101
	MÉDIO COMPLETO	627	460	167
	SUPERIOR COMPLETO	116	96	20

FONTE: CAGED/MTE

RESUMEN DE RESULTADOS								
2010			2011			2012		
ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO	ADMI.	DESLIG.	SALDO
3	3	0	2	4	-2	3	4	-1
240	341	-101	486	309	177	638	499	139
357	278	79	546	399	147	776	531	245
446	415	31	648	451	197	1.175	739	436
62	25	37	106	91	15	111	79	32
6	0	6	-	-	-	4	3	1
110	78	32	70	75	-5	93	105	-12
156	142	14	189	169	20	171	202	-31
315	259	56	304	290	14	385	335	50
23	16	7	20	18	2	37	14	23
0	1	-1	-	-	-	0	2	-2
34	37	-3	37	28	9	40	42	-2
105	80	25	126	104	22	106	136	-30
166	124	42	246	141	105	243	242	1
26	3	23	24	10	14	27	13	14
13	7	6	18	8	10	10	15	-5
809	772	37	1.017	943	74	971	917	54
1.582	1.305	277	1.818	1.606	212	1.657	1.573	84
3.569	2.772	797	3.629	3.376	253	4.229	3.773	456
525	369	156	562	417	145	557	522	35
4	3	1	3	6	-3	3	0	3
499	493	6	429	442	-13	380	460	-80
703	633	70	654	636	18	614	640	-26
640	527	113	635	558	77	657	628	29
88	70	18	79	56	23	102	89	13

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

2_SALDO DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009-2012 (CONT.)

		2009		
		ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO BONITO	ANALFABETO	2	8	-6
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	241	183	58
	FUNDAMENTAL COMPLETO	281	390	-109
	MÉDIO COMPLETO	507	708	-201
	SUPERIOR COMPLETO	71	48	23
SÃO GONÇALO	ANALFABETO	0	4	-4
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	361	298	63
	FUNDAMENTAL COMPLETO	918	783	135
	MÉDIO COMPLETO	1.485	1.196	289
	SUPERIOR COMPLETO	121	107	14
SAQUAREMA	ANALFABETO	1	1	0
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	30	75	-45
	FUNDAMENTAL COMPLETO	172	125	47
	MÉDIO COMPLETO	189	159	30
	SUPERIOR COMPLETO	24	28	-4
SILVA JARDIM	ANALFABETO	-	-	-
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	17	11	6
	FUNDAMENTAL COMPLETO	7	3	4
	MÉDIO COMPLETO	9	14	-5
	SUPERIOR COMPLETO	0	1	-1
TANGUÁ	ANALFABETO	0	1	-1
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	12	19	-7
	FUNDAMENTAL COMPLETO	26	48	-22
	MÉDIO COMPLETO	31	23	8
	SUPERIOR COMPLETO	12	6	6
TERESÓPOLIS	ANALFABETO	2	7	-5
	FUNDAMENTAL INCOMPLETO	275	272	3
	FUNDAMENTAL COMPLETO	441	261	180
	MÉDIO COMPLETO	500	297	203
	SUPERIOR COMPLETO	60	34	26

FONTE: CAGED/MTE

RESUMEN DE RESULTADOS								
2010			2011			2012		
ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO	ADMI.	DESLIG.	SALDO
2	1	1	4	4	0	1	2	-1
201	173	28	155	207	-52	67	72	-5
269	248	21	253	281	-28	163	165	-2
425	401	24	457	396	61	388	422	-34
60	34	26	53	39	14	37	51	-14
2	4	-2	6	6	0	6	0	6
364	344	20	471	412	59	371	406	-35
1.107	976	131	1.129	1.075	54	1.247	1.249	-2
1.709	1.401	308	2.360	1.996	364	2.516	2.406	110
169	117	52	190	138	52	255	186	69
2	1	1	1	4	-3	1	0	1
71	73	-2	89	85	4	119	115	4
215	137	78	210	129	81	131	170	-39
310	297	13	345	227	118	297	405	-108
40	24	16	41	34	7	24	28	-4
2	2	0	0	3	-3	1	1	0
20	26	-6	5	13	-8	22	16	6
7	11	-4	42	30	12	22	13	9
19	14	5	11	11	0	18	19	-1
-	-	-	0	2	-2	2	0	2
0	1	-1	0	1	-1	1	2	-1
19	22	-3	18	27	-9	52	34	18
30	52	-22	46	48	-2	41	75	-34
30	25	5	30	35	-5	71	41	30
0	3	-3	1	7	-6	2	5	-3
3	3	0	1	3	-2	6	2	4
174	203	-29	253	221	32	358	359	-1
338	319	19	414	397	17	469	422	47
440	333	107	523	449	74	651	580	71
97	38	59	89	62	27	105	74	31

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010							
		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO DE JANEIRO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	827	790	37	878	1.106	-228
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	557	468	89	987	589	398
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	11.574	9.068	2.506	15.763	11.498	4.265
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	166	150	16	187	167	20
	CONSTRUÇÃO	14.012	12.796	1.216	18.440	16.255	2.185
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	32.042	27.252	4.790	36.928	31.847	5.081
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	9.213	8.632	581	10.544	9.596	948
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	8.565	7.064	1.501	10.192	8.222	1.970
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1.078	963	115	1.589	1.178	411
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	24.759	23.055	1.704	31.178	26.791	4.387
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	359	353	6	248	236	12
	EDUCAÇÃO	4.085	2.685	1.400	5.215	3.280	1.935
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	4.245	3.285	960	5.323	3.912	1.411
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	5.509	4.614	895	7.297	5.142	2.155
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	18	18	0	20	22	-2
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	5	11	-6	0	1	-1	

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
ÁREA D ATUAÇÃO DO INCID	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	157	108	49	143	127	16
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	33	28	5	59	38	21
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	2.284	1.720	564	2.396	2.356	40
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	26	38	-12	51	54	-3
	CONSTRUÇÃO	1.583	1.635	-52	1.682	1.481	201
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	4.904	4.271	633	5.622	4.890	732
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	958	886	72	1.041	974	67
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	883	621	262	1.212	843	369
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	75	79	-4	149	80	69
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	2.479	2.612	-133	2.875	2.049	826
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	124	164	-40	7	49	-42
	EDUCAÇÃO	537	433	104	713	445	268
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	517	470	47	501	458	43
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	545	477	68	676	572	104
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2	2	0	4	6	-2
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
CACHOEIRAS DE MACACU	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	22	27	-5	24	16	8
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	2	1	1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	11	11	0	12	24	-12
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	0	1	4	0	4
	CONSTRUÇÃO	1	102	-101	42	2	40
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	91	45	46	80	58	22
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	10	5	5	9	9	0
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3	1	2	7	3	4
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1	0	1	-	-	-
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	22	15	7	27	14	13
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	25	11	14	5	8	-3
	EDUCAÇÃO	5	2	3	7	8	-1
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	2	1	1	4	1	3
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	3	4	-1	7	4	3
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	1	0	1
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
CASIMIRO DE ABREU	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	9	1	8	2	7	-5
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	2	-2	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	14	8	6	7	14	-7
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	153	267	-114	18	21	-3
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	59	48	11	65	60	5
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	33	17	16	15	9	6
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	2	0	2	4	2	2
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	-	-	-
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	57	84	-27	61	14	47
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	1	-1	.	.	.
	EDUCAÇÃO	7	6	1	3	1	2
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	-	-	-	.	.	.
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	9	5	4	8	4	4
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	1	-1	0	2	-2
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
GUAPIRIRIM	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	0	3	-3	4	5	-1
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	8	20	-12	19	27	-8
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	3	12	-9	0	4	-4
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	55	51	4	36	41	-5
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	7	4	3	6	5	1
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	4	1	3	5	4	1
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	1	1	0
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	15	8	7	33	10	23
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	4	1	3	5	5	0
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	1	0	1	1	1	0
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	-	-	-	1	1	0
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
ITABORAI	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	1	0	1	2	5	-3
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	2	1	1	2	0	2
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	155	90	65	174	156	18
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	1	0	1
	CONSTRUÇÃO	254	336	-82	245	332	-87
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	279	209	70	336	289	47
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	77	66	11	56	59	-3
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	63	54	9	74	81	-7
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1	2	-1	7	2	5
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	16	8	8	124	71	53
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	40	23	17	31	23	8
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	8	8	0	14	8	6
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	29	14	15	42	35	7
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	0	1	-1
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
MAGÉ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	1	1	0	2	1	1
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	1	0	8	3	5
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	53	54	-1	91	57	34
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	0	1	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	52	24	28	51	44	7
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	175	216	-41	275	282	-7
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	16	11	5	14	13	1
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	8	8	0	23	8	15
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1	2	-1	6	0	6
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	31	23	8	73	51	22
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	13	17	-4	15	11	4
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	5	9	-4	37	9	28
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	11	7	4	15	15	0
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	0	1	-1
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
MARICÁ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	0	3	-3	-	-	-
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	2	2	0
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	32	22	10	32	30	2
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	2	17	-15	4	3	1
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	111	126	-15	160	132	28
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	10	7	3	15	20	-5
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	11	7	4	17	22	-5
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	1	-1	7	0	7
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	12	8	4	31	8	23
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	35	18	17	55	11	44
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	8	2	6	0	9	-9
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	9	6	3	8	8	0
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	0	1	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
NITERÓI	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	27	14	13	14	7	7
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	15	11	4	34	21	13
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	522	436	86	435	543	-108
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	10	27	-17	41	49	-8
	CONSTRUÇÃO	580	414	166	751	474	277
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.748	1.494	254	2.009	1.753	256
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	430	440	-10	533	472	61
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	344	226	118	409	269	140
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	29	34	-5	51	33	18
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	830	961	-131	1.333	920	413
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	13	6	7	1	1	0
	EDUCAÇÃO	203	152	51	283	203	80
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	226	269	-43	259	199	60
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	329	245	84	344	280	64
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	1	1	0
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
NOVA FRIBURGO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	7	4	3	5	12	-7
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	12	4	8	2	3	-1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	699	535	164	835	691	144
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	10	9	1	0	2	-2
	CONSTRUÇÃO	97	56	41	115	105	10
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	538	440	98	564	517	47
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	79	78	1	109	97	12
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	70	60	10	74	82	-8
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	4	6	-2	7	1	6
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	43	52	-9	58	53	5
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	58	135	-77	0	40	-40
	EDUCAÇÃO	56	43	13	67	33	34
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	134	73	61	34	47	-13
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	38	43	-5	64	43	21
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	1	-1	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO BONITO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	12	8	4	3	14	-11
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	6	1	5
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	45	41	4	44	43	1
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	0	1	1	1	0
	CONSTRUÇÃO	74	61	13	140	90	50
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	186	159	27	201	127	74
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	17	15	2	16	21	-5
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	62	43	19	66	45	21
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	15	14	1	21	12	9
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	646	919	-273	402	406	-4
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	13	2	11	22	9	13
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	9	9	0	14	72	-58
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	22	65	-43	21	16	5
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SÃO GONÇALO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	4	1	3	10	5	5
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	3	5	-2	0	4	-4
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	531	396	135	516	564	-48
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	2	-1	1	1	0
	CONSTRUÇÃO	196	147	49	187	148	39
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.200	1.065	135	1.377	1.179	198
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	162	142	20	139	162	-23
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	272	180	92	463	269	194
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	6	7	-1	14	10	4
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	242	185	57	270	171	99
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	120	127	-7	144	111	33
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	89	66	23	102	84	18
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	59	65	-6	126	133	-7
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	2	1	1
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SAQUAREMA	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	0	3	-3	10	0	10
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	0	1	-1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	6	6	0	61	24	37
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	39	32	7	66	169	-103
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	88	91	-3	116	91	25
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	12	17	-5	17	7	10
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	21	8	13	38	28	10
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	14	6	8	26	17	9
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	212	206	6	293	183	110
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	3	2	1	5	1	4
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	11	7	4	1	2	-1
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	10	9	1	5	9	-4
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SILVA JARDIM	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	13	6	7	8	16	-8
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	3	2	1	6	4	2
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	2	0	2	3	1	2
	CONSTRUÇÃO	0	1	-1	2	6	-4
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	7	6	1	16	11	5
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	8	10	-2	11	7	4
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	-	-	-	0	6	-6
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	-	-	-
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	0	2	-2	0	1	-1
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	0	1	-1	0	1	-1
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	0	1	-1	1	0	1
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	-	-	-	1	0	1
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
TANGUÁ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	2	1	1	2	2	0
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	3	2	1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	5	11	-6	14	11	3
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	12	30	-18	18	43	-25
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	19	15	4	25	21	4
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	3	7	-4	1	9	-8
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	3	3	0	-	-	-
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	1	0	1
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	8	17	-9	4	7	-3
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	24	9	15	-	-	-
	EDUCAÇÃO	1	0	1	0	1	-1
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	4	3	1	10	7	3
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	-	-	-	1	0	1
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

3_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2009/2010 (CONT.)

		2009			2010		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
TERESÓPOLIS	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	59	36	23	57	37	20
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	200	88	112	150	168	-18
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	120	136	-16	43	40	3
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	348	306	42	362	329	33
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	94	67	27	100	84	16
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	20	30	-10	32	24	8
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	4	7	-3	8	4	4
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	345	124	221	166	140	26
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	4	2	2	1	0	1
	EDUCAÇÃO	37	39	-2	76	27	49
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	20	22	-2	24	19	5
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	26	14	12	33	24	9
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	0	1	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO DE JANEIRO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	974	935	39	828	991	-163
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1.216	610	606	1.010	757	253
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	14.313	12.608	1.705	14.133	13.394	739
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	285	166	119	806	487	319
	CONSTRUÇÃO	19.132	15.619	3.513	20.486	17.385	3.101
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	40.059	37.420	2.639	40.893	39.559	1.334
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	11.536	10.917	619	12.205	12.700	-495
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	11.125	9.598	1.527	12.143	11.282	861
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	2.060	1.314	746	1.377	1.497	-120
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	33.335	29.416	3.919	33.131	32.461	670
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	235	206	29	636	1.026	-390
	EDUCAÇÃO	6.307	3.855	2.452	6.347	3.905	2.442
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	4.875	4.349	526	5.961	5.138	823
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	7.356	5.919	1.437	7.784	7.534	250
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	21	17	4	20	14	6
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	14	29	-15	20	22	-2	

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	156	136	20	160	172	-12
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	51	37	14	56	42	14
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	2.587	2.270	317	2.619	2.455	164
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	34	16	18	52	67	-15
	CONSTRUÇÃO	2.309	1.510	799	3.133	2.472	661
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	6.090	5.862	228	6.476	6.261	215
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	1.382	1.248	134	1.349	1.309	40
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	1.173	1.062	111	1.444	1.259	185
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	82	107	-25	146	138	8
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	3.197	2.852	345	3.254	3.162	92
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	58	7	51	7	22	-15
	EDUCAÇÃO	862	567	295	931	571	360
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	753	540	213	658	593	65
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	781	723	58	746	935	-189
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	8	3	5	3	4	-1
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	11	-10	5	8	-3	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
CACHOEIRAS DE MACACU	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	14	12	2	19	23	-4
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	2	1	1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	37	26	11	28	32	-4
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	7	2	5	0	1	-1
	CONSTRUÇÃO	12	5	7	28	7	21
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	93	65	28	92	104	-12
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	17	14	3	45	31	14
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	10	13	-3	6	8	-2
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	1	0	1
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	104	56	48	46	43	3
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	57	5	52	6	1	5
	EDUCAÇÃO	5	3	2	7	2	5
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	0	1	-1	0	3	-3
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	4	3	1	3	2	1
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	0	1	0	3	-3
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
CASIMIRO DE ABREU	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	2	3	-1	2	2	0
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	1	0	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	7	5	2	9	10	-1
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	3	0	3
	CONSTRUÇÃO	31	16	15	21	43	-22
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	73	67	6	73	69	4
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	19	12	7	20	13	7
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	9	2	7	1	2	-1
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	1	1	0	1	0	1
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	32	17	15	26	31	-5
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	0	1	-1
	EDUCAÇÃO	12	3	9	3	4	-1
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	-	-	-	0	1	-1
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	3	5	-2	2	9	-7
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	1	0	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_ SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
GUAPIMIRIM	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	0	5	-5	1	3	-2
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	1	1	0
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	18	28	-10	26	38	-12
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	1	0	1
	CONSTRUÇÃO	-	-	-	3	5	-2
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	60	70	-10	66	71	-5
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	10	9	1	12	5	7
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	6	2	4	10	3	7
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	2	-2	1	0	1
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	14	6	8	25	9	16
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	9	6	3	15	4	11
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	0	3	-3	-	-	-
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	10	2	8	1	2	-1
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
ITABORAI	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	2	3	-1	4	8	-4
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	3	4	-1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	165	151	14	173	164	9
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	608	254	354	1.465	695	770
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	373	377	-4	393	383	10
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	119	99	20	106	104	2
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	59	66	-7	77	73	4
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	2	1	1	2	0	2
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	301	140	161	368	315	53
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	68	47	21	63	41	22
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	12	13	-1	22	13	9
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	79	103	-24	27	52	-25
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_ SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
MAGÉ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	1	5	-4	1	2	-1
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	9	2	7	2	0	2
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	103	64	39	90	82	8
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	0	1	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	48	36	12	57	104	-47
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	289	313	-24	338	325	13
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	16	20	-4	29	22	7
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	32	23	9	51	51	0
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	4	0	4	1	3	-2
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	30	39	-9	19	21	-2
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	21	22	-1	52	22	30
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	13	11	2	18	12	6
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	15	17	-2	32	15	17
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	0	1	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
MARICÁ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	1	5	-4	0	1	-1
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	0	1	-1	1	0	1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	54	36	18	36	47	-11
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	38	13	25	6	11	-5
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	226	155	71	261	253	8
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	25	16	9	13	28	-15
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	18	9	9	19	23	-4
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	0	1	-1	1	1	0
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	24	27	-3	28	30	-2
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	36	17	19	37	25	12
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	4	1	3	5	9	-4
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	7	2	5	9	7	2
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
NITERÓI	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	22	17	5	25	15	10
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	28	26	2	28	17	11
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	746	471	275	633	513	120
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	10	9	1	39	37	2
	CONSTRUÇÃO	672	499	173	695	662	33
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.910	2.106	-196	2.092	2.023	69
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	636	585	51	574	553	21
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	425	345	80	529	397	132
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	25	56	-31	76	65	11
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	1.351	1.409	-58	1.679	1.461	218
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	1	0	1	-	-	-
	EDUCAÇÃO	363	226	137	349	216	133
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	498	303	195	354	301	53
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	355	298	57	351	540	-189
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2	0	2	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
NOVA FRIBURGO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	12	0	12	3	7	-4
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	2	4	-2	6	15	-9
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	681	723	-42	643	749	-106
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	9	2	7	8	19	-11
	CONSTRUÇÃO	89	86	3	73	70	3
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	568	501	67	552	544	8
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	104	99	5	98	78	20
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	79	108	-29	80	89	-9
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	13	3	10	10	16	-6
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	75	46	29	76	62	14
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	0	20	-20
	EDUCAÇÃO	64	35	29	80	37	43
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	56	40	16	44	51	-7
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	47	50	-3	81	59	22
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	1	1	0	2	1	1
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
RIO BONITO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	12	6	6	4	2	2
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	1	0	1	1	0	1
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	49	52	-3	49	58	-9
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	4	0	4	0	2	-2
	CONSTRUÇÃO	124	148	-24	35	61	-26
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	181	139	42	193	185	8
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	27	19	8	31	34	-3
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	41	29	12	47	52	-5
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	20	10	10	20	14	6
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	389	434	-45	194	202	-8
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	18	12	6	18	9	9
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	11	30	-19	29	44	-15
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	45	48	-3	35	49	-14
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SÃO GONÇALO	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	22	7	15	10	14	-4
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	4	2	2	9	3	6
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	495	526	-31	692	527	165
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	2	0	2	0	3	-3
	CONSTRUÇÃO	383	192	191	318	453	-135
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	1.716	1.540	176	1.746	1.680	66
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	246	248	-2	226	280	-54
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	417	385	32	499	464	35
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	6	7	-1	11	20	-9
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	363	319	44	381	370	11
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	1	0	1
	EDUCAÇÃO	206	147	59	220	167	53
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	129	86	43	117	102	15
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	164	157	7	160	156	4
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	2	0	2	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	1	11	-10	5	8	-3	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SAQUAREMA	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	11	2	9	5	7	-2
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	77	43	34	39	76	-37
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	106	76	30	180	96	84
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	133	97	36	123	121	2
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	15	14	1	21	21	0
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	30	22	8	24	37	-13
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	5	25	-20	15	10	5
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	290	177	113	153	334	-181
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	11	10	1	5	4	1
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	6	5	1	2	7	-5
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	2	7	-5	4	5	-1
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	0	1	-1	1	0	1
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
SILVA JARDIM	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	3	10	-7	10	7	3
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	2	6	-4	4	3	1
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	1	3	-2	1	5	-4
	CONSTRUÇÃO	2	7	-5	5	5	0
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	11	12	-1	32	21	11
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	5	5	0	7	3	4
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	-	-	-	2	1	1
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	-	-	-
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	34	16	18	2	3	-1
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	-	-	-	2	1	1
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	-	-	-	-	-	-
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
TANGUÁ	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	4	4	0	1	3	-2
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	6	0	6	3	1	2
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	15	20	-5	14	37	-23
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	23	27	-4	42	36	6
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	17	29	-12	20	31	-11
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	7	4	3	9	10	-1
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	16	19	-3	39	14	25
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	-	-	-	-	-	-
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	0	1	-1	10	9	1
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	-	-	-	-	-	-
	EDUCAÇÃO	-	-	-	-	-	-
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	2	11	-9	29	16	13
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	5	3	2	-	-	-
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
	ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-

4_SALDO DE TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE. MÊS DE REFERÊNCIA: AGOSTO. 2011/2012 (CONT.)

		2011			2012		
		ADM.	DESLIG.	SALDO	ADM.	DESLIG.	SALDO
TERESÓPOLIS	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E EXPLORAÇÃO FLORESTAL, PESCA	50	57	-7	75	78	-3
	INDÚSTRIAS EXTRATIVAS	-	-	-	-	-	-
	INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	138	119	19	183	119	64
	PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	-	-	-	-	-	-
	CONSTRUÇÃO	173	151	22	205	224	-19
	COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS	440	391	49	495	451	44
	ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	136	104	32	158	127	31
	TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	31	39	-8	60	45	15
	INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E SERVIÇOS RELACIONADOS	6	1	5	7	9	-2
	ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUÉIS E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS	190	165	25	247	272	-25
	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	0	2	-2	-	-	-
	EDUCAÇÃO	49	39	10	82	40	42
	SAÚDE E SERVIÇOS SOCIAIS	22	36	-14	36	33	3
	OUTROS SERVIÇOS COLETIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	45	28	17	41	39	2
	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	-	-	-	-	-	-
ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS	-	-	-	-	-	-	

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

5. PERCENTUAL DE COMPARECIMENTO ÀS URNAS NO 1º TURNO DAS ELEIÇÕES EM 2010

RIO DE JANEIRO	82,6
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	83,7
SAQUAREMA	77,4
SILVA JARDIM	78,3
GUAPIMIRIM	80,8
MARICÁ	81,0
CACHOEIRAS DE MACACU	81,5
CASIMIRO DE ABREU	82,1
TERESÓPOLIS	82,3
NOVA FRIBURGO	83,1
MAGÉ	83,1
RIO BONITO	83,4
TANGUÁ	83,4
SÃO GONÇALO	84,1
ITABORAÍ	84,5
NITERÓI	86,0

6. PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DE COMPARECIMENTO ÀS URNAS NO 1º TURNO NAS ELEIÇÕES DE 2000 ATÉ 2010

	2000	2002	2004	2006	2008	2010
RIO DE JANEIRO	85,3	85,3	86,0	85,0	84,6	82,6
RESTANTE DO ESTADO	85,1	85,2	85,6	84,7	84,3	82,4
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	86,9	86,1	88,3	86,6	86,4	83,7
CACHOEIRAS DE MACACU	85,8	84,6	85,4	83,3	85,5	81,5
CASIMIRO DE ABREU	85,4	83,2	87,1	89,1	90,6	82,1
GUAPIMIRIM	88,2	84,0	87,1	83,4	87,2	80,8
ITABORAÍ	88,3	87,0	88,4	86,8	87,8	84,5
MAGÉ	87,4	86,4	87,1	85,7	86,0	83,1
MARICÁ	86,2	83,8	85,9	83,3	84,7	81,0
NITERÓI	85,5	86,5	94,2	91,0	88,1	86,0
NOVA FRIBURGO	88,2	86,9	86,9	85,0	85,9	83,1
RIO BONITO	88,6	86,5	88,5	85,8	88,2	83,4
SÃO GONÇALO	86,8	86,2	86,9	86,4	85,7	84,1
SAQUAREMA	86,0	82,4	85,6	80,5	83,6	77,4
SILVA JARDIM	86,5	82,3	85,4	81,3	85,2	78,3
TANGUÁ	90,4	86,9	89,3	86,2	89,4	83,4
TERESÓPOLIS	88,2	86,6	86,5	84,7	85,4	82,3

7_PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DE COMPARECIMENTO DE JOVENS AS URNAS NO 1º TURNO NAS ELEIÇÕES DE 1998 ATÉ 2010_ JOVENS DE 16 E 17 ANOS

	ESTADUAL - NACIONAL						
	1998	2002	2006	2010	VAR(%) 1998-2002	VAR(%) 2002-2006	VAR(%) 2006-2010
RIO DE JANEIRO	81.550	91.171	112.526	95.385	11,8	23,42	-15,23
RESTANTE DO ESTADO	69.467	76.568	94.821	80.116	10,22	23,84	-15,51
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	12.083	14.603	17.705	15.269	20,86	21,24	-13,76
CACHOEIRAS DE MACACU	248	213	392	503	-14,11	84,04	28,32
CASIMIRO DE ABREU	126	153	323	384	21,43	111,11	18,89
GUAPIMIRIM	177	303	439	580	71,19	44,88	32,12
ITABORAÍ	810	1.016	1.586	1.493	25,43	56,1	-5,86
MAGÉ	1.166	1.340	1.955	1.868	14,92	45,9	-4,45
MARICÁ	362	422	628	625	16,57	48,82	-0,48
NITERÓI	2.683	3.194	3.557	2.649	19,05	11,37	-25,53
NOVA FRIBURGO	1.069	1.349	1.607	1.307	26,19	19,13	-18,67
RIO BONITO	303	358	586	542	18,15	63,69	-7,51
SÃO GONÇALO	3.646	4.736	4.642	3.605	29,9	-1,98	-22,34
SAQUAREMA	309	381	571	464	23,3	49,87	-18,74
SILVA JARDIM	133	121	211	254	-9,02	74,38	20,38
TANGUÁ	263	219	263	120	-16,73	20,09	-54,37
TERESÓPOLIS	788	798	945	875	1,27	18,42	-7,41

ANEXO 3. Tabelas complementares

Tabelas com dados brutos sobre a situação do mercado formal de trabalho

Referente ao item Direito ao Trabalho

7_PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DE COMPARECIMENTO DE JOVENS AS URNAS NO 1º TURNO NAS ELEIÇÕES DE 2000 ATÉ 2012_ JOVENS DE 16 E 17 ANOS (CONT.)

	MUNICIPAL						
	2000	2004	2008	2012	VAR(%) 2000-2004	VAR(%) 2004-2008	VAR(%) 2008-2012
RIO DE JANEIRO	130.568	162.505	113.616	117.988	24,46	-30,08	3,85
RESTANTE DO ESTADO	108.146	135.806	93.765	97.339	25,58	-30,96	3,81
ÁREA DE ATUAÇÃO DO INCID	22.422	26.699	19.851	20.649	19,08	-25,65	4,02
CACHOEIRAS DE MACACU	487	809	641	730	66,12	-20,77	13,88
CASIMIRO DE ABREU	381	805	688	811	111,29	-14,53	17,88
GUAPIMIRIM	771	984	857	919	27,63	-12,91	7,23
ITABORÁÍ	2.025	2.341	1.748	1.968	15,6	-25,33	12,59
MAGÉ	2.020	2.746	2.107	2.791	35,94	-23,27	32,46
MARICÁ	976	1.124	1.095	1.063	15,16	-2,58	-2,92
NITERÓÍ	3.472	3.972	2.820	2.858	14,4	-29	1,35
NOVA FRIBURGO	1.957	2.445	1.917	1.433	24,94	-21,6	-25,25
RIO BONITO	884	909	598	696	2,83	-34,21	16,39
SÃO GONÇALO	5.748	6.329	4.259	4.148	10,11	-32,71	-2,61
SAQUAREMA	1.146	1.398	1.141	1.243	21,99	-18,38	8,94
SILVA JARDIM	381	419	319	393	9,97	-23,87	23,2
TANGUÁ	550	661	434	451	20,18	-34,34	3,92
TERESÓPOLIS	1.624	1.757	1.227	1.145	8,19	-30,17	-6,68

ANEXO 4. Balanço das Atividades para a Construção do Incid

ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTO	INCIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INCID
Elaboração de Documento de Referência Teórico Metodológica	Construir a base de referência / conceitos estruturantes do Sistema Incid	Documento – publicação virtual	Bases teórico metodológicas que dão suporte ao Sistema construídas coletivamente
Elaboração do conjunto de Indicadores da “ <i>Cidadania Vivida</i> ” - Painel I	Aprofundar o conhecimento e o entendimento sobre o contexto de desenvolvimento socioambiental que envolve a região de atuação do Incid	Documento preliminar	Temas prioritários que compõem o <i>Cidadania Vivida</i> identificados e conceituados preliminarmente
	Sistematizar os pressupostos teóricos metodológicos da proposta	Documento Introdução ao Sistema Indicadores da Cidadania – publicação virtual	Principais pressupostos teóricos e metodológicos sistematizados e recorte territorial que compõe a área de atuação do Incid analisado e apresentado.
	Produzir os indicadores que compõe a dimensão da <i>Cidadania Vivida</i> (Painel I)	Relatório Técnico “ <i>Cidadania Vivida</i> ” (Painel I) – publicação virtual	Conjunto de indicadores de situações da cidadania formulado e conceituado
Elaboração de conjunto de Indicadores da “ <i>Cidadania Garantida</i> ” - Painel II	<ul style="list-style-type: none"> Coletar e apurar dados de políticas públicas ativas, dos vários níveis de governo, nos territórios da AAI, sempre de uma perspectiva dos direitos de cidadania Mapear as políticas e examinar sua eficiência, eficácia e, sobretudo, efetividade, entendendo a equidade como questão transversal às dimensões mencionadas 	Relatório Técnico “ <i>Cidadania Garantida</i> ” (Painel II) – publicação virtual	Conjunto de indicadores de garantia de direitos de cidadania formulado e conceituado
Elaboração de conjunto de Indicadores da “ <i>Cidadania Percebida</i> ” - Painel III	<ul style="list-style-type: none"> Captar a forma como as pessoas pensam os seus direitos e os dos outros, assim como a percepção sobre participação, diversidade e desigualdade Por meio de pesquisa amostral conhecer e analisar a percepção da população sobre as questões acima Produzir os indicadores que compõe a dimensão da <i>Cidadania Percebida</i> (Painel III) 	- Relatório Técnico “ <i>Cidadania Percebida</i> ” (Painel III) – publicação virtual	- Conjunto de indicadores de percepções sobre cidadania formulado e conceituado
Elaboração de conjunto de Indicadores da “ <i>Cidadania em Ação</i> ” - Painel IV	Investigar a organização da cidadania nos territórios, conhecer o tecido associativo local, sua composição, sua diversidade e dinamismo	Relatório Técnico “ <i>Cidadania em Ação</i> ” (Painel IV) – publicação virtual	Conjunto de indicadores sobre ações e organizações da cidadania formulado e conceituado
	Mapear os principais atores sociais, os espaços e as ações de participação cidadã para saber como está organizada e age a cidadania ativa na AAI	Banco de Dados (BD) como ferramenta virtual de fortalecimento na implementação das lutas cotidianas de atores sociais locais.	Banco de Dados a serviço da cidadania ativa na AAI

Atividades de produção e desenvolvimento dos indicadores

Atividades de legitimação do Sistema de Indicadores

Atividades de Divulgação e Incidência do Projeto

ANEXO 4. Balanço das Atividades para a Construção do Incid (CONT.)

ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTO	INCIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INCID
Realização da 1ª Oficina do Grupo de Referência Técnico Científica (28/09/11)	<ul style="list-style-type: none"> • Iniciar o diálogo com o grupo para afinar o seu papel no Projeto. • Debater, colher sugestões e validar escolhas iniciais. 	Relatoria da Oficina	<ul style="list-style-type: none"> • Escolhas e estratégias iniciais, problematizadas e aprofundadas • Documento de Referência Teórico Metodológica aperfeiçoado a partir das discussões e recomendações coletadas.
Realização do 1º Seminário Ampliado (Anual) Incid (08/12/11)	Compartilhar a ideia da concepção do Incid com representantes de Fóruns e Movimentos sociais locais, envolvendo os 14 municípios da AAI	<ul style="list-style-type: none"> • Relatório • Fichas cadastro preenchidas para serem inseridas no BD 	Temas prioritários escolhidos para o Cidadania Viva, questionado, aperfeiçoado e legitimado por este grupo
Realização da 2ª Oficina do Grupo de Referência Técnico Científica (14/12/2011)	Debater, colher sugestões e validar escolhas feitas para compor o sistema de indicadores e Painel 1	Relatoria da Oficina	Estrutura preliminar do Sistema de Indicadores aprimorada e acordada a partir de contribuições e posicionamentos deste grupo sobre conceitos, temas, estratégias de mobilização e de construção participativa, proporcionando à maior clareza e segurança nas definições conceituais e metodológicas dos 4 painéis de indicadores.
Realização de Oficinas (Visitas) Municipais (15) (Fevereiro-março 2012)	<ul style="list-style-type: none"> • Clarear a proposta Incid, tirar dúvidas e aproximá-la da realidade municipal. • Iniciar a construção de uma rede de adesão à proposta, composta de atores sociais que contribuam na construção de novas estratégias de mobilização conjunta em cada município. 	<ul style="list-style-type: none"> • Atas de relatorias de cada oficina realizada • Fichas cadastro preenchidas para serem inseridas no BD 	Manifestações e críticas dos grupos locais ao conjunto dos indicadores propostos e ajustes sugeridos foram incluídos na versão preliminar do relatório da <i>Cidadania Viva</i> – Painel I.
Realização de reuniões de acompanhamento do projeto com as equipes da Petrobras (Gerência de Responsabilidade Social / Comunicação Institucional) e do COMPERJ (Diálogo Social / COMPERJ/PRINT) (ao longo do 1º ano do Incid)	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para o afinamento técnico-político das ações desenvolvidas no Projeto Incid. • Gerar sinergia de informações entre Ibase / Comunicação Social da empresa e Diálogo Social / COMPERJ. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatorias das reuniões realizadas • Inclusão do Ibase na mala direta de recebimento do Clipping e dos boletins semanais produzidos pela Print 	Compartilhamento de agendas, afinar temáticas, procedimentos e objetivos do que se pretende com o trabalho de campo dentro do escopo de trabalho do Ibase (Incid) e da Print-Rio (Diálogo Social).
Realização da 3ª Oficina do Grupo de Referência Técnico Científica (09/05/12)	<ul style="list-style-type: none"> • Trocar e atualizar informações sobre estratégias de atuação e resultados preliminares de cada conjunto de indicadores • Debater, colher sugestões de enriquecimento e validação das escolhas 	Relatoria da oficina	<ul style="list-style-type: none"> • Estrutura dos conjuntos de indicadores relacionados aos Painéis II, III e IV, aprimorada e acordada a partir de contribuições e posicionamentos deste grupo sobre concepções de Direitos • Recomendações sobre estrutura e formas de entrada e diálogo entre os indicadores do Sistema Incid consideradas • Blocos de direitos contemplados com melhor clareza no Sistema Incid

Atividades de produção e desenvolvimento dos indicadores

Atividades de legitimação do Sistema de Indicadores

Atividades de Divulgação e Incidência do Projeto

ATIVIDADES	OBJETIVOS	PRODUTO	INCIDÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO SISTEMA INCID
Realização dos Seminários Regionais Temáticos (5) (Junho-Julho_2012)	<ul style="list-style-type: none"> Identificar e integrar articuladores locais como parte da equipe de organização e planejamento dos seminários e mobilização dos grupos convidados. Promover debates temáticos a partir da discussão de grupos de indicadores, aproximando a proposta Incid das realidades regionais 	<ul style="list-style-type: none"> Atas de relatorias de cada seminário realizado Relatórios sobre o processo de mobilização efetuado por cada articulador local envolvido Fichas cadastro preenchidas para serem inseridas no BD 	<ul style="list-style-type: none"> Manifestações, críticas e recomendações de estratégias de envolvimento e participação na proposta Incid incidem na construção do planejamento e cronograma de atividades do 2º ano do projeto Grupos e atores sociais mapeados para compor a rede de profissionais interessados em participar da proposta incid no seu segundo ano de atuação
Realização da 4ª Oficina do Grupo de Referência Técnico Científica (12/09/12)	<ul style="list-style-type: none"> Debater, colher sugestões e avaliar a adequação teórica, política e metodológica do sistema de indicadores construído (<i>Marco Zero</i>) Debater, colher sugestões de enriquecimento das escolhas feitas até aqui 	Relatoria da oficina	<ul style="list-style-type: none"> Revisão de nomes de indicadores que compõem a estrutura do sistema de indicadores construído (<i>Marco Zero</i>) Re-posicionamento de alguns indicadores em relação aos blocos de Direitos Inserção no documento Marco Zero de matriz de indicadores que não puderam ainda ser contemplados
Elaboração e validação do padrão visual do projeto	Criar e aprovar a identidade visual do Incid	Logomarca e identidade visual do Incid	Identidade visual do Incid construída e compartilhada pela equipe e parceiros
Construção do Portal Interativo (<i>site</i>), contendo os relatórios, cadernos produzidos pela equipe, além de informações sobre as ações do projeto	Criar e aprovar o Portal Interativo	Portal / <i>site</i>	Canal de interação e diálogo virtuais ampliando a comunicação dos resultados e a possibilidade de troca de informação entre os usuários e equipe Incid
Elaboração de Folheto Explicativo sobre a proposta Incid	Produzir folheto informativo sobre a proposta Incid	1 Folheto	Proposta Incid apresentada e difundida entre parceiros e entre população da AAI
Elaboração do Caderno <i>Cidadania Viva</i>	Produzir o Caderno da <i>Cidadania Viva</i> – versão resumida do relatório técnico	1 Caderno – publicação impressa	Conteúdo explicativo sobre os indicadores que compõem o Painel I – <i>Cidadania Viva</i> difundido contribuindo para a apropriação dos indicadores pelos atores sociais da AAI
Elaboração do Caderno <i>Cidadania Percebida</i>	Produzir o Caderno da <i>Cidadania Percebida</i> – versão resumida do relatório técnico	1 Caderno – publicação impressa	Conteúdo explicativo sobre os indicadores que compõem o Painel III – <i>Cidadania Percebida</i> difundido, contribuindo para a apropriação dos indicadores pelos atores sociais da AAI
Elaboração do <i>Boletim Incid</i>	Produzir matérias sobre as ações do projeto e questões relativas aos territórios	Um boletim quinzenal, contendo três matérias	Conteúdo que atualiza parceiros e membros das comunidades locais sobre as ações do projeto

Atividades de produção e desenvolvimento dos indicadores

Atividades de legitimação do Sistema de Indicadores

Atividades de Divulgação e Incidência do Projeto

PARCERIA:

PROGRAMA
PETROBRAS
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA

BR **PETROBRAS**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

REALIZAÇÃO:

igase.

